FERNANDA MARA BORBA

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NUMA VILA LITORÂNEA: VESTÍGIOS NEGROS EM FAZENDAS OITOCENTISTAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SANTA CATARINA)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) como requisito parcial para conferir grau de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Dione da Rocha Bandeira.

JOINVILLE – SC

2013

Termo de Aprovação

"Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)",

por

Fernanda Mara Borba

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Ilanil Coelho
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)

Prof. Dr. Luiz Cláudio Pereira Symanski
(UFMG)

Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
(UNIVILLE)

Joinville, 28 de fevereiro de 2013.

Afetos e apoios, sugestões de leitura e fontes de discussão fizeram parte da trajetória deste trabalho. Dedico-o a minha família pelo amor e pela paciência, condições imprescindíveis para essa concretização. A todos(as) os(as) amigos(as) e educadores(as) que, entre encontros e desencontros, ajudaram a construir e solidificar minha existência intelectual.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa acadêmica nunca é construída de forma solitária, pois carregamos ideias, conceitos e leituras compartilhados em diferentes momentos em meio a apoios e cumplicidades que tecemos ao longo da vida. Portanto, escrever os agradecimentos é uma demonstração de que essa caminhada só foi possível porque várias mãos se estenderam nesse processo.

Gostaria de congratular, em primeiro lugar, a minha orientadora Dione da Rocha Bandeira, que, por meios inesperados, me apresentou à arqueologia e aceitou comigo o desafio de adentrar em um novo estudo. Agradeço sua confiança, seu auxílio e apoio em todos os momentos, acreditando que este trabalho poderia se tornar real.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o apoio financeiro, importante para a realização deste trabalho.

Às várias instituições e aos seus funcionários que me receberam no decorrer dessa etapa: Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (ACTJSC), Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc), Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj) e Museu Histórico de São Francisco do Sul (MHSFS).

À equipe que me acompanhou e me ajudou incansavelmente em campo, em laboratório e no processamento das informações, que requereu trabalhos nos fins de semana e noites adentro. São eles: Dione da Rocha Bandeira, Cibele Piva Ferrari, Filipe Ferrari, Alan Rafael Fachini, Anna Kelly Krassota, Thiago Fossile, Graciele Tules de Almeida, Kleber Padilha, Beatriz Ramos da Costa e Lucas Araújo Costa. Especialmente a Maria Cristina Alves, que também se fez presente em campo, mas contribuiu ainda com conversas, materiais bibliográficos e fotográficos e me auxilou muito na produção das plantas e dos desenhos apresentados aqui.

Ao Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac) e ao Grupo de Estudos em Arqueologia e Cultura Material (Arqueocult), as discussões e trocas de experiências diversas a respeito da nossa baía, que enriqueceram muito este estudo e minha caminhada profissional.

A todos os funcionários da Universidade da Região de Joinville (Univille), educadores(as) e sobretudo à minha turma. A Cibele Piva Ferrari e Roberta Nabuco de Oliveira, a força, o empenho e a dedicação doados para a minha pesquisa e nossa amizade. A Nathalia Hammes, o auxílio com as transcrições das entrevistas orais, e ao Laboratório de História Oral (LHO), o empréstimo dos gravadores. A Dennis Nass, do Centro de Cartografia Digital e Sistema de Informação Cartográfica, a ajuda na elaboração dos mapas usados neste trabalho. Também agradeço à banca, formada pelas professoras Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e Raquel Alvarenga Sena Venera, no momento da qualificação, e ao professor Luís Claudio Pereira Symanski, na defesa, todas as contribuições e sugestões.

Ao professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Carlos Alberto Medeiros Lima, a apresentação de leituras necessárias para esta pesquisa e aos seus comentários, que colaboraram bastante na construção e na reflexão sobre a história e a escravidão na região. Também aos colegas da disciplina Estudos Avançados em História II (2012/1), pessoas queridas que me receberam de forma carinhosa em sala e fora dela, Noemi Santos, Elke Debiazi, Vanessa Bull, Pamela Fabris, Silvio Weber, Thiago de Paula e Ernando Brito.

Ao Grupo de Genealogia de Santa Catarina, com ênfase a Antônio Roberto Nascimento, Brigitte Brandenburg e Ricardo Costa de Oliveira, todas as informações e lembranças partilhadas referentes aos arquivos, às fotografias e histórias da região. Agradeço também quem me colocou em contato com o grupo, Rogério Pereira Cunha, pesquisador muito gentil que igualmente me auxiliou no entendimento das informações quanto aos inventários de São Francisco do Sul.

Congratulo Camilla Agostini, pelas sugestões feitas no VI Congresso de Teoria Arqueológica na América do Sul (VI Taas) (ao ver uma pequena exposição da pesquisa), em Goiânia/GO, e por ter me atendido prontamente enviando seu trabalho sobre os cachimbos e outros textos. Além disso, agradeço a Fabiana Comerlato e Osvaldo Paulino da Silva, as informações e os materiais concedidos a respeito dos sítios Armação do Sul e Morro Grande 1, 2 e 3.

A todas as pessoas de São Francisco do Sul que colaboraram com o projeto, cedendo seus depoimentos, suas fotografias e outros documentos. Especialmente aos donos das propriedades pesquisadas, Marcelo Juliano Merkle (Frias 1), Dejair de Borda Ledoux (Frias 2) e Cláudio Tureck e sua família (Estaleiro 1).

À Prefeitura de Joinville, a qual me concedeu uma licença, fundamental para a dedicação exclusiva à pesquisa, e ao Colégio dos Santos Anjos e toda a sua equipe, que compreenderam as ausências necessárias e me apoiaram no fim desse processo.

Aos meus amigos e amigas, cuja contribuição foi além da troca de experiências e de leituras, de maneira especial àqueles que já me acompanham de longa data: Cinthia Larissa da Costa, Camila Diane da Silva e Priscila Gonçalves, que, apesar da minha distância, estiveram ao meu lado.

Por fim, a minha família, Alécio Bernardes Borba, Rosilete de Souza Borba, Bruno Alécio Borba e Maria Beatriz de Souza, e a Alan Rafael Fachini, pessoas maravilhosas que me apoiaram ao longo desse caminho, que compreenderam as minhas ausências e que, mesmo contrários às tamanhas atividades em que me aventurei e insisti em acumular, não hesitaram em me ajudar e me acolher nos momentos mais difíceis.

Preservação do patrimônio cultural, no caso desses estudos, significa também divulgação desse passado, posto que o valor cultural do objeto de preservação não está somente relacionado com a sua materialidade, mas, sobretudo, com a carga imaterial que ele carrega, graças aos múltiplos significados que lhe são atribuídos (SYMANSKI; SOUZA, 2007).

RESUMO

Este trabalho apresenta o primeiro estudo arqueológico sobre a escravidão nas fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina), com o intuito de compreender a atuação da mão de obra escrava nesses espaços e a produção cultural presente nesses estabelecimentos. Tais questões foram abordadas com base na análise de três antigas propriedades agrícolas localizadas na parte continental do município (Distrito do Saí) e de uma coleção arqueológica, documentos oficiais, jornais, mapas, fotografias e depoimentos orais. Considerando que havia uma lacuna relacionada aos locais de trabalho, à moradia e aos objetos cotidianos dos escravos da vila, a perspectiva arqueológica tentou ampliar os estudos ao reunir diferentes fontes de análise e elaborar algumas interpretações a respeito dos espaços e vestígios associados à escravidão. Habitações simples e uma cultura material marcada por traços peculiares fizeram parte de São Francisco do Sul, mostrando que a população negra e escrava, ademais de ter acompanhado o processo de ocupação do território, construiu e reelaborou de forma sutil seus elementos culturais naquela localidade. Esta dissertação está vinculada a uma pesquisa interdisciplinar financiada pela Capes e integra o Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural da Univille.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; arqueologia; escravidão; São Francisco do Sul.

ABSTRACT

This work presents the first archaeological study about slavery on the 18th century farms of São Francisco do Sul (Santa Catarina), with the purpose of understanding the role of slave labor in these sites and also the cultural production presented in those establishments. Those issues were approached through analysis based on three antique agricultural properties located in the continental side of the city (known as Distrito do Saí) and also from and archaeological collection, from official documents, newspapers, maps, photographs, as well as testimonials. Taking into account that there was a gap related to work places, living areas and to everyday objects from the village slaves, the archaeological perspective tried to broaden the studies when putting together different analysis sources and draw some interpretations related to spaces and traces associated to slavery. Uncomplicated habitation and a material cultural for peculiar fragments that were part of São Francisco do Sul, showing that black and slave population, likewise, having being part of the land occupation process, built and subtly reworked its cultural elements in that city. This paper is bound to an interdisciplinary research that is funded by Capes and integrates the Interdisciplinary Studies of Cultural Heritage research group at Univille.

Keywords: Cultural heritage; archaeology; slavery; São Francisco do Sul.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTJSC Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina
AHJ Arquivo Histórico de Joinville
Apesc Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
Arqueocult Grupo de Estudos em Arqueologia e Cultura Material
ASCBJ Arquivo da Secretaria da Catedral do Bispado de Joinville
Capes Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Conama Conselho Nacional de Meio Ambiente
DOU Diário Oficial da União
EIA/Rima Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
Fatma Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina
Geipac Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural
Ibama Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGSC Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
Iphan Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Lamina Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica
LHO Laboratório de História Oral da Univille
Marque Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina
Masj Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
MPCS Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
Neab Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
Pronapa Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
Prosup Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
PUCRS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Univille Universidade da Região de Joinville
UFPEL Universidade Federal de Pelotas
UFPR Universidade Federal do Paraná
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está vinculada ao Projeto “Patrimônio cultural da Ilha da Rita e Distrito do Saí, São Francisco do Sul/SC: estudos interdisciplinares”, iniciado em 2011 sob responsabilidade das professoras Doutora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e Doutora Dione da Rocha Bandeira (Edital Capes Prosup 2205/2010).

As pesquisas que envolvem a parte continental de São Francisco do Sul não são numerosas, pois muitas se voltaram à história e aos aspectos culturais da ilha, sede do município. Tentando minimizar essa situação e considerando as diferentes abordagens possíveis sobre o continente, os trabalhos ligados a esse projeto levantaram informações que levassem em conta o patrimônio cultural do território mencionado, os bens imóveis de referência, a presença de indígenas e escravos negros – cujos remanescentes ainda se fazem presentes –, as comunidades de pescadores artesanais, além de diversas manifestações culturais de âmbito religioso ou profano que não aparecem na literatura. Tais investigações integram o Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac)[1], que tem por objetivo apresentar os levantamentos e as interpretações dos aspectos da formação histórica e cultural da Baía Babitonga (o mais importante complexo estuarino do norte de Santa Catarina), reunindo dados e gerando conhecimento de modo interdisciplinar a respeito do patrimônio cultural da região.

A pesquisa conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e faz parte do Programa Interdisciplinar de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS) da Univille, pela linha de Patrimônio e Memória Social.

Este trabalho, especificamente, se centra em São Francisco do Sul, um dos municípios mais antigos do estado catarinense que, sobretudo durante o século XIX, ascendeu no cenário econômico nacional com a produção e a exportação da farinha de mandioca (SILVA, 2004; CUNHA, 2009; 2011). Ao responder à demanda

---

[1] O Geipac é composto de professores(as) e colaboradores(as), graduandos(as) e mestrandos(as) das áreas de História, Ciências Sociais, Geografia, Biologia Marinha, Arquitetura e Educação Física vinculados ao Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e aos Departamentos de História, Geografia, Biologia Marinha e Educação Física da Univille.

crescente das áreas agroexportadoras do Sudeste, o abastecimento do mercado possibilitou a acumulação dos produtores e comerciantes locais e o surgimento de uma pequena elite mercantil senhorial. Os estabelecimentos encarregados pela produção e pelo beneficiamento dos gêneros concentraram quase a totalidade da mão de obra escrava da vila e, ainda que houvesse um pequeno núcleo urbano responsável pela ação administrativa e religiosa ou ainda comercial, o espaço rural ocupava lugar central na dinâmica econômica da região. As propriedades agrícolas, que na Baía Babitonga chegaram a medir três léguas quadradas (em torno de 70 km^2), eram estruturadas com unidades produtivas, como os engenhos e em menor medida as olarias, e as residências das famílias proprietárias, escravas e de trabalhadores livres. Esses estabelecimentos, constituídos tais quais espaços das relações sociais e culturais, quando preservados, apresentam grande potencial para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas centradas na busca por vestígios materiais desses grupos sociais.

Assim, o presente trabalho apresenta o primeiro estudo arqueológico da escravidão em São Francisco do Sul com base em três antigas fazendas do século XIX, a fim de compreender a dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos e a atuação da mão de obra escrava nesses espaços. As propriedades agrícolas analisadas, nomeadas pelo termo *ocorrência*[2] de acordo com suas localidades (Frias e Estaleiro), fazem parte da porção continental do município denominada Distrito do Saí e foram escolhidas considerando um prévio levantamento de informações orais com a população local sobre as antigas estruturas cujos remanescentes arqueológicos se conservaram.

O desenvolvimento da pesquisa levou em conta uma abordagem interdisciplinar fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da arqueologia da escravidão, uma linha de investigação da arqueologia histórica que combina fontes escritas, materiais, iconográficas e orais na análise de sítios arqueológicos do período escravista com ênfase em grupos escravos (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996). Aqui, as documentações acessadas foram: inventários,

[2] Em pesquisas arqueológicas, o termo usual para designar cada espaço estudado é "sítio arqueológico", tratando-se de áreas cadastradas no Iphan. Porém os locais escolhidos não são cadastrados e, portanto, optou-se por empregar o termo "ocorrência". As ocorrências Frias 1 e 2 haviam sido mapeadas por um trabalho de arqueologia de contrato desenvolvido por Alves (2006) ligado às obras de pavimentação asfáltica de Joinville e São Francisco do Sul. Esta pesquisa usou as informações do relatório, mas adaptou os vocábulos utilizados.

jornais, fotografias e mapas, registros eclesiásticos, discursos e censos provinciais, entrevistas orais, relatórios e vestígios arqueológicos, em grande parte com uma baliza temporal situada entre a segunda metade e fins do século XIX. As complexidades e dificuldades ao lidar com uma ampla e variada tipologia de fonte são, ao longo da dissertação, problematizadas, e é necessário ressaltar que não foi possível localizar todas as documentações citadas para as três ocorrências.

Os inventários, produzidos com a finalidade de arrolar e avaliar os bens do falecido ou falecida para serem partilhados entre os herdeiros, consistem em fontes importantes para os estudos arqueológicos, pois trazem descrições detalhadas quanto às propriedades, aos móveis, aos objetos e aos escravos que pertenciam ao inventariado no momento de sua morte. Os arrolamentos avaliados estão no Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (ACTJSC), em Florianópolis, e infelizmente nem todos os documentos referentes aos proprietários aqui estudados foram encontrados; ainda em São Francisco do Sul, muitos foram perdidos por conta do mau acondicionamento dessa documentação.

Por meio dos discursos e censos provinciais, pertencentes ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc), em Florianópolis, e dos registros eclesiásticos das paróquias da ilha e do continente de São Francisco do Sul, do Arquivo da Secretaria da Catedral do Bispado de Joinville (ASCBJ), em Joinville, todos em meio digital, foi possível traçar um perfil da população geral e cativa da vila, permitindo uma discussão sobre profissões, procedência, cor, casamentos e batismos.

Os jornais do século XIX também contribuíram ao fornecerem dados a respeito da ocorrência mais antiga (Frias 1), que atualmente está em ruínas. Entre os jornais *Gazeta de Joinville* e *Folha Livre*, acondicionados no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), circularam 12 anúncios da antiga fazenda com sua descrição e outras particularidades. A mesma instituição disponibilizou ainda o mapa da medição e demarcação da Colônia Dona Francisca, de 1846, que compreende os terrenos adjacentes do rio e ilha de São Francisco do Sul. As demarcações territoriais daquele período usavam, na maioria das vezes, os próprios acidentes geográficos (rios, morros ou até mesmo outras propriedades) para delimitar o terreno de outro, e os marcos inseridos no documento identificam a existência de fazendas ou sítios, nomeados conforme os sesmeiros da região.

A iconografia analisada também contemplou duas pequenas séries de fotografias do início do século XX. Uma delas diz respeito a uma das antigas

fazendas estudadas (Frias 2), cedida por uma moradora local, com o objetivo de entender as estruturas em ruínas ou que sofreram modificações. A segunda contém imagens de afrodescendentes em situações cotidianas, que serviram para a discussão. Tais imagens estão disponíveis no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

As entrevistas orais, feitas ao longo do estudo, buscaram informações ligadas às antigas fazendas e à materialidade negra mediante um roteiro elaborado (apêndice A) de acordo com a metodologia da história oral (FERREIRA, 1996; MEIHY, 1996; PORTELLI, 1997)[3]. Pelos contatos estabelecidos com moradores locais, foram realizadas oito entrevistas com homens e mulheres nascidos entre os anos de 1920 e 1970, cujo recorte priorizou aqueles indivíduos relacionados ao patrimônio cultural negro ou que soubessem contar histórias antigas dos espaços averiguados. A interpretação dessas informações e, mais tarde, da cultura material, exigiu um entendimento anterior do contexto referente ao período estudado (século XIX) e, dessa maneira, de toda a documentação supracitada.

Os documentos produzidos pelo fazer arqueológico, gerados por estudos associados à arqueologia de contrato, auxiliaram na tentativa de conhecer as áreas impactadas e os vestígios materiais encontrados e salvos[4]. As cópias desses documentos estão presentes no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj). No que diz respeito ao município de São Francisco do Sul, somam-se 24 registros. Essa modalidade se faz necessária para a obtenção de licenças dos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) e a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Joinville (Fundema), a fim de cumprir o que determina as Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e a Portaria n.º 230 de 17 de dezembro de 2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (BRASIL, 2002). Também

---

[3] Anteriormente à realização das entrevistas, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Univille, atendendo à Resolução CNS 196/96 e complementares e à Resolução 19/07 CEP/Univille (anexo A). No término do trabalho, as cópias dos depoimentos e dos termos de doação e identificação de entrevista oral (anexos C e D) foram encaminhadas ao Laboratório de História Oral da instituição para que futuros investigadores da área possam ter acesso ao material elaborado.

[4] A partir da década de 1980, a Constituição Brasileira determinou que todo empreendimento potencialmente causador de danos ao ambiente fosse submetido, antes de sua implementação, aos chamados “estudos de impacto ambiental”, que envolvem diferentes áreas do conhecimento (biologia, geologia, antropologia, entre outras, além da arqueologia).

atendendo à Portaria n.º 7 de 1.º de dezembro de 1988 do Iphan (BRASIL, 1988), a própria pesquisa passou por uma avaliação do instituto, recebendo autorização para a execução do campo e das escavações arqueológicas, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) (anexo B, anexo III, item 1)[5].

Por fim, o trabalho arqueológico envolveu a princípio o reconhecimento e o mapeamento da ilha e do continente, assim como o levantamento de informações orais.

A escolha da análise pela parte continental deu-se por várias razões. Uma delas é que o estudo em que este projeto se vincula trata especialmente do Distrito do Saí – uma área que pouco sofreu com os processos urbanos e industriais, dificultando em parte a alteração da paisagem, e que ainda contempla algumas antigas estruturas que não foram pesquisadas pela arqueologia e tampouco pela história.

Nas ocorrências Frias 1 e 2 optou-se por examinar os espaços das unidades e as relações sociais ali elaboradas com base em documentos escritos e iconográficos, dada a impossibilidade de escavar e processar os materiais no curto período de tempo de que o mestrado dispõe. A escolha pela intervenção arqueológica na ocorrência Estaleiro 1 considerou a facilidade de acesso à área e a inexistência de pesquisas histórica e arqueológica envolvendo-a. A manutenção das duas primeiras ocorrências contribuiu na discussão sobre a presença escrava na parte continental da vila e os espaços de trabalho e moradia, lembrando que a escavação não é imprescindível para a realização de uma averiguação arqueológica. Os materiais recolhidos na ocorrência Estaleiro 1 foram: cerâmica de barro cozido, louça, grés, vidro, plástico, metal, vegetal, ósseo, conchífero e construtivo. Destes, somente a cerâmica de barro cozido foi problematizada, em virtude da falta de tempo necessário para interpretar todos os demais vestígios e do seu uso relacionado a cativos, apontado pela literatura.

Ao passo que se reunia as fontes e as informações, foi essencial: 1) estudar como se deu a ocupação do município, seus aspectos históricos e sociais a partir do século XVII, com o início da escravidão; 2) por meio da arqueologia, identificar estruturas e artefatos em fazendas agrícolas que utilizaram mão de obra escrava, levantando questões referentes aos espaços de trabalho e moradia e aos objetos de

---

[5] Com o término da pesquisa, a dissertação deve ser encaminhada ao Iphan, cumprindo o que determina a portaria mencionada.

cativos; 3) tratar das relações das informações históricas e arqueológicas e do patrimônio cultural no município, dando ênfase àqueles relacionados a africanos e afrodescendentes. Cada um desses dados – históricos e arqueológicos – compôs um capítulo específico nesta dissertação, e as informações foram organizadas conforme diferentes abordagens.

O primeiro capítulo comenta acerca dos referenciais teóricos e metodológicos empregados para fundamentar esta pesquisa, no tocante à arqueologia da escravidão. Ele traz a revisão dos principais estudos elaborados no continente americano e especialmente no país, discorrendo sobre as descobertas e as abordagens desenvolvidas no âmbito desse campo. Em seguida, apresenta-se o panorama geral das investigações arqueológicas feitas em contextos escravos em áreas de quilombos, urbanas, de fazendas e de engenhos, levantando aspectos como as configurações espaciais, a cultura material e os hábitos dos grupos escravos. Além disso, há uma discussão a respeito das especificidades regionais e locais. Existiu a preocupação em expor nessa parte algumas figuras das diferentes pesquisas da arqueologia da escravidão para exemplificar os trabalhos dessa linha.

O segundo capítulo contém uma revisão das obras historiográficas que abordam o tema da escravidão no litoral sul brasileiro, com destaque aos estudos referentes à antiga Província de Santa Catarina. Essa leitura se fez importante para avaliar os diferentes discursos a respeito desse sistema na região. Os estudos aqui analisados levam em conta o surgimento e desenvolvimento das propriedades rurais e das escravarias, o perfil demográfico dos escravos e alguns aspectos da sua vida cotidiana, como a formação de famílias e as funções empregadas. Ademais, eles iniciam um debate quanto às habitações cativas na região. Para tal análise, atentou-se às informações sobre o contexto histórico oitocentista de São Francisco do Sul e às suas principais implicações na economia brasileira do período.

O terceiro capítulo discorre sobre o histórico e a análise arqueológica das três ocorrências, atentando-se aos processos de ocupação, à distribuição espacial das estruturas que existiram e às transformações que aconteceram nesses locais ao longo do tempo, objetivando compreender a funcionalidade dos remanescentes desses espaços. Ao examinar os espaços e a materialidade, bem como os indícios presentes nas fontes históricas, começou-se uma discussão no que diz respeito a

alguns aspectos cotidianos da escravidão nesses estabelecimentos, tais quais os ambientes de trabalho e moradia e, ainda, possíveis elementos de uma expressividade africana ou afrodescendente nos vestígios.

No fim do trabalho, há um glossário com os termos e conceitos citados durante o texto referentes à decoração e à composição de fragmentos arqueológicos, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com essa terminologia.

Em suma, este trabalho oferece uma discussão preliminar acerca da escravidão em São Francisco do Sul, por meio da análise da cultura material e de fontes documentais de fazendas agrícolas no Distrito do Saí, ensejando lançar alguns parâmetros para a realização de pesquisas arqueológicas posteriores.

1 A ESCRAVIDÃO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA

A arqueologia constitui uma disciplina científica que estuda as culturas e os modos de vida do passado e do presente por meio da análise de vestígios materiais deixados em meios terrestres ou aquáticos. Atualmente ela possui diferentes áreas de atuação: arqueologia pré-colonial, arqueologia histórica, etnoarqueologia, arqueologia subaquática e muitas outras. Cada corrente detém uma abordagem específica e utiliza distintas fontes de pesquisa, como documentos escritos e iconográficos, depoimentos orais e cultura material.

A arqueologia da escravidão é uma linha integrante da arqueologia histórica, que pode ser definida como

> la arqueología que se ocupa de todas aquellas sociedades sobre las que existen fuentes escritas, incluyendo aquellas sociedades iletradas sobre las que sí escribieron. Algunos autores definen el campo de forma más estrecha, como la arqueología que trata del estúdio de los últimos 500 años, centrándose especialmente en la expansion colonial europea y su impacto (HILLS, 2008, p. 100-101).

Considera-se fundamental essa abordagem, pois “is particularly fitted to the study of class divisions and exploitation, providing direct access to the everyday lives of all members of society, not only elites, but also peasants, merchants, slaves and poor people” (FUNARI, 1999, p. 57). Com a ampliação das suas ações, a arqueologia histórica procura identificar espaços, estruturas e objetos pertencentes aos diversos grupos sociais para compreender suas transformações e seus conflitos. Ao contribuir com outras leituras possíveis dessa história, tal linha de pesquisa recorre a vozes abafadas, práticas esquecidas e culturas reprimidas (ORSER, 1992, p. 11), indicando uma realidade um pouco diferente da que foi passada pela oficialidade, permitindo rever algumas interpretações do passado.

Por sua vez, a arqueologia histórica, por abarcar longos períodos da história e diferentes grupos, contém linhas de investigação variadas: arqueologia militar, de gênero, da escravidão e da diáspora, da alimentação, da arquitetura etc.

1.1 A ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO: UM BREVE HISTÓRICO E ABORDAGENS

A arqueologia da escravidão é uma linha de investigação da arqueologia histórica dedicada ao estudo dos espaços de habitação e dos vestígios materiais dos africanos e afrodescendentes que viveram no continente americano sob o regime escravista. Em Santa Catarina, as pesquisas que envolvem essa perspectiva não são expressivas e, na busca por referenciais teóricos a respeito, um estudo sul rio-grandense elaborado por Rosa (2012) com o Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (Lamina/UFPEL) serviu de orientação, pois apresenta de forma bastante eficaz uma revisão quanto à linha averiguada. A releitura mostrada aqui orienta as análises dos vestígios da escravidão em São Francisco do Sul, sejam eles pequenos fragmentos ou ainda espaços transitados, atentando-se para as especificidades locais.

Essa perspectiva emergiu num contexto norte-americano impulsionado por fatores sociais, políticos e intelectuais que marcaram o período de 1960, como o ativismo negro, a criação de uma legislação patrimonial, a participação comunitária e os estudos sobre etnicidade e história social (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998). Em meio a tal cenário, surgiram as primeiras investigações em sítios escravos, onde a arqueologia apresentou a possibilidade de discutir evidências tangíveis da cultura africana e afrodescendente reivindicada por esses grupos, que não se sentiam representados na história nacional norte-americana. Assim, as investigações arqueológicas contaram com o apoio da Lei Nacional para a Conservação Histórica, de 1966, que legalizou a proteção do patrimônio histórico e arqueológico norte-americano (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1966). Com a legislação, houve o crescimento de empresas de consultoria e das pesquisas arqueológicas no âmbito privado, difundindo as escavações em sítios escravos e atendendo às demandas da própria arqueologia (SINGLETON, 1995; ORSER, 2002; SINGLETON; SOUZA, 2009).

A partir dos anos 1990, as averiguações contaram com o apoio e a participação da comunidade por intermédio da arqueologia pública, favorecendo a

popularização das pesquisas arqueológicas em sítios escravos (ORSER, 1998; 2002)[1]. Segundo Rosa (2012, p. 21),

> a abertura de sítios para visitação, as parcerias com os grupos filiados culturalmente, entre outras ações, resultaram na colaboração e na participação pública de comunidades e agentes sociais nas análises e nas interpretações dos achados arqueológicos.

A arqueologia da escravidão também sofreu grande influência das novas abordagens adotadas pelas ciências humanas e sociais desse período, rompendo barreiras tradicionais do campo acadêmico que se voltavam somente ao estudo das elites. Assim, ao favorecer as pesquisas sobre escravidão, a arqueologia pôde contribuir também com fontes alternativas que trouxeram informações ausentes nos registros escritos (SINGLETON, 1995). Nesse novo momento, as investigações focaram os estudos de grupos subordinados, marginalizados e silenciados pelas narrativas históricas dominantes (ORSER, 1998) e começaram a observar as diferentes formas de organização e a distribuição espacial dos sítios escravos, além da cultura material que circulava nas áreas de descarte e nas escavações no interior das habitações (SAMFORD, 1996), o que ocasionou novas interpretações sobre aspectos sociais, culturais e simbólicos dos grupos escravos.

Com o passar do tempo, a crescente produção das pesquisas arqueológicas a respeito da cultura africana e afrodescendente transcendeu o estudo da escravidão apenas em fazendas, e outros sítios foram analisados como os quilombos, as residências urbanas, os assentamentos de escravos e negros livres, as igrejas negras (ORSER, 2002). Com a expansão dos espaços e das abordagens, um novo termo passou a ser adotado pelos arqueólogos dedicados ao tema: arqueologia da diáspora africana. Tal conceito surgiu nos anos 1970 com os movimentos políticos e sociais que buscavam promover a defesa dos direitos do povo africano, tanto na África como em diáspora. O termo foi incorporado pelas ciências humanas e sociais para definir a dispersão mundial dos africanos e afrodescendentes fora da África, por meio da escravidão ou por outras migrações (SINGLETON; SOUZA, 2009), sendo empregado pela arqueologia apenas em 1990 (ORSER, 1998).

---

[1] De maneira geral, a arqueologia pública contempla as relações entre a arqueologia e a sociedade atual em todos os seus âmbitos, especialmente com questões relacionadas às suas implicações sociais, políticas e econômicas.

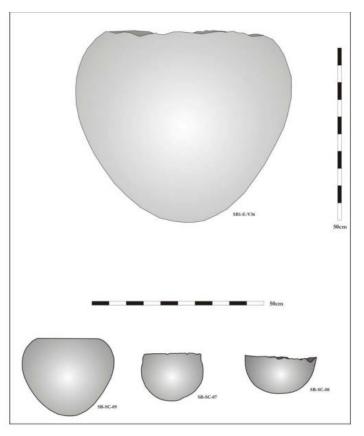
O conceito possui caráter multicultural e, de acordo com Ferreira (2009), fornece à arqueologia inúmeras possibilidades de investigação, desde os naufrágios de navios negreiros, a variabilidade de estilos culturais dos escravos, os estudos bioarqueológicos nos sepultamentos escravos e a abordagem crítica das noções de raça e racismo. Essa análise

> permite delinear a diversidade de identidades culturais que os escravos forjaram na América. Permite, ainda, circunscrever os espaços de formação das comunidades escravas e os distintos universos multiculturais que construíram. As comunidades escravas da América, com efeito, não se formaram apartadas do mundo que as cercava, como se estivessem engolfadas num mar de pureza cultural. É assim que a arqueologia da diáspora se coaduna com os enunciados da teoria social, como por exemplo, os lançados por Bhabha (1994) e Hall (1996): as identidades culturais são sempre posicionais e contextuais, híbridas e moventes, fazendo-se na diáspora (FERREIRA, 2009, p. 269).

Essas reflexões foram realizadas em muitos sítios do continente americano, mas no sul a temática é ainda pouco discutida, apesar do grande potencial para o desenvolvimento desses estudos arqueológicos, dada a utilização de mão de obra escrava entre os séculos XVI e XIX (ROSA, 2012). Porém é necessário lembrar que a própria arqueologia histórica se tornou um campo especializado apenas em meados dos anos 1980, especialmente porque as ditaduras implantadas impediram o livre desenvolvimento da disciplina, antes concentrada em sítios associados à arquitetura monumental ou a eventos políticos importantes. Na América do Sul, há só três países que apresentam averiguações organizadas na área da arqueologia histórica: Argentina, Uruguai e Brasil.

Nos estudos da arqueologia histórica ocorridos no Brasil, os profissionais têm examinado sítios de ocupação africana e afrodescendente em diferentes regiões do país, envolvendo vários espaços: quilombos, cemitérios, senzalas e engenhos escravistas. Mesmo na impossibilidade de contemplar “uma análise ampla daquilo que poderíamos chamar de uma ‘cultura material afrobrasileira’” (ROSA, 2012, p. 30), os estudos têm crescido com o objetivo de dar visibilidade ao registro arqueológico da diáspora africana no país.

O trabalho mais antigo foi desenvolvido por Guimarães e Lanna (1980). Os autores primeiramente buscaram observar os assentamentos quilombolas mineiros para, num segundo período, analisar um quilombo específico, o Ambrósio. Neste, identificaram-se casas de pau a pique, vestígios de fragmentos de uso cotidiano e restos de alimentação (SYMANSKI, 2009; SINGLETON; SOUZA, 2009). A década seguinte foi marcada por um importante estudo na área da arqueologia da escravidão, o Projeto Arqueológico Palmares (FUNARI, 1996; 2001). A pesquisa, desenvolvida por Funari, Orser e Rowlands, procurou entender a vida diária do Quilombo dos Palmares com base na cultura material e resultou na identificação de 14 sítios e mais de 31.000 artefatos, na maioria cerâmicos (indígenas, majólicas, faianças europeias e cachimbos decorados). Mais tarde, em 1998, Allen retomou a pesquisa na Serra da Barriga e, ao rever os dados, relacionou a existência de uma diversidade em cerâmica indicando a presença de um componente pré-colonial (tradição Aratu, grupo ceramista proto-Gê), com implicações à identidade plural (ALLEN, 2006) (figura 1).

Figura 1 – Urna funerária encontrada na Serra da Barriga sugerindo presença indígena no sítio

Fonte: ALLEN (2006, p. 94).

Ao combinar traços de diferentes povos, a cerâmica, que foi produzida localmente, recebeu um nome próprio e passou a ser chamada de cerâmica de Palmares. De acordo com Funari (2001, p. 23),

> havia cerâmica africana, nativa, colonial e importada em Palmares e, se a fluidez é ubíqua, como sugerem estudos recentes, tanto na literatura antropológica como arqueológica, então, em vez de procurar por cerâmica tupinambá, ovimbundu ou mesmo “africana”, parece mais razoável tratar da cerâmica de Palmares. Vidradas e opacas, feitas no torno ou não, não eram importações de Portugal ou Holanda, mas feitas no local pelos habitantes comuns.

A esse respeito, faz-se necessário frisar que essas discussões situavam o material citado como parte do componente palmarino, em virtude do desconhecimento da cultura material pré-colonial pelos primeiros estudos do sítio (figura 1). Outro ponto a ser mencionado é a relação da cerâmica vidrada e torneada e o seu feitio local. Conforme a literatura arqueológica, a elaboração desses materiais exige tecnologia sofisticada de produção, como o uso de torno e de componentes químicos (enxofre), que não fazem parte das tradições ceramistas, indígenas ou africanas.

No âmbito das senzalas, ainda na década de 1990, Lima, Bruno e Fonseca (1993) publicaram a primeira investigação arqueológica no país num sítio situado no município de Vassouras, no Rio de Janeiro. Além do prédio da senzala, escolhido pela potencialidade de revelar a cultura material de escravos, uma intervenção foi feita nas áreas de trabalho doméstico, onde havia maior quantidade de materiais: cachimbos e contas de colares atribuídos à utilização de escravos (LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993) (figura 2).

Figura 2 – Planta de escavação da área da cozinha da Fazenda São Fernando, Rio de Janeiro

Fonte: LIMA; BRUNO; FONSECA (1993, p. 200).

Por sua vez, Symanski e Souza (2007) trouxeram novas abordagens e destacaram a importância da visibilidade desse registro no país, especialmente com base na análise dos engenhos dos séculos XVIII e XIX na Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso. Nos sítios Taperão e Buritizinho, os arqueólogos identificaram contextos e vestígios associados aos escravos, problematizando as formas como os cativos empregavam a cultura material para a reapropriação e subversão da hierarquia dos espaços do engenho. Symanski (2007; 2008; 2009) analisou também vestígios ligados às religiosidades africanas na senzala e na casa-grande do engenho. Souza (2007) observou o engenho de São Joaquim, hoje Fazenda Babilônia, em Goiás, e discutiu as relações espaciais entre a principal residência e a senzala, além de encontrar vestígios por meio de uma escavação na senzala (cerâmicas, metais, vidros e materiais faunísticos), sugerindo o uso desse espaço para alimentação e socialização (SINGLETON; SOUZA, 2009).

Sobre os objetos, Agostini (1997; 1998; 2011) analisou peças decoradas de contextos escravos com o intuito de compreender as estratégias de resistência desses grupos ao sistema escravista. A arqueóloga comparou os estilos decorativos dos cachimbos com as escarificações corporais dos escravos (figura 3), presentes em pinturas e descrições documentais, identificando a preservação de símbolos que

reforçassem a identidade cultural africana.

Figura 3 – Marcas de escravos

Prado, J.F. (1968)	Monjolo	//// |||\ (((( ))))	laterais testa rosto
Fotografia de Christiano Jr. - n.31 Seculo XIX.	Monjolo ou Tyo / Teke (Congo)	(((//	rosto lado dir. peito dir.
Fotografia de Christiano Jr. - n. 29 Seculo XIX.	Mina	\\\/ \\// \\\	rosto ombro
Fotografia de Christiano Jr. - n. 34 Seculo XIX.	———	= ////	lado esq. nariz queixo
Fotografia de Christiano Jr. - n.40 Seculo XIX.	———	\ —	rosto testa
Fotografia de Christiano Jr. - n. 44 Seculo XIX.	———	///	lado esq. rosto
Fotografia do acervo do MHN-RJ	Mina Nagô	( )	rosto
Pintura associada a grupos quilombolas em Minas Gerais.	———	X X	rosto
Brigue Asseiceira 1841	Luillimano	⌒	braço esquerdo
Brigue Asseiceira 1841	Luillimano	^^	braço esquerdo

Fonte: AGOSTINI (1997, p. 47).

Em trabalho posterior, Agostini (2011) dedicou-se ao estudo das dinâmicas materiais e simbólicas em uma antiga fazenda oitocentista do litoral paulista. Na pesquisa, lidou com a hipótese da ligação entre o seu proprietário e o tráfico ilegal de africanos recém-chegados, problematizando como a dinâmica simbólica, materializada em objetos ricos e complexos, serviu no encontro de pessoas com formações culturais híbridas e criativas. Seguindo essa linha, Symanski e Souza (2007), ao examinar os sítios em Mato Grosso (três engenhos, um quilombo e uma casa rural), levantaram o debate a respeito da variabilidade diacrônica do material encontrado, sugerindo que os grupos usaram as cerâmicas para expressar diferenças sociais e culturais.

A cerâmica chamada neobrasileira, termo cunhado nos anos 1960 no

Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), foi caracterizada por decorações escovadas, corrugadas, ponteadas e incisas, além da ocorrência de asas, bases planas ou em pedestal (BROCHADO *et al.*, 1969, p. 23). Mesclando elementos indígenas, europeus e africanos, essa acepção vem sendo questionada pela sua amplitude e por não contemplar as variações de cada região, bem como em função dos sincretismos culturais que nela se apresentam (SYMANSKI, 2009; SINGLETON; SOUZA, 2009).

A decoração mencionada foi estudada por Zanettini (2005) ao reconhecer a existência de influências africanas no fabrico e no uso da cultura material das Casas Bandeiristas, sedes de fazendas construídas ao redor da vila de Piratininga, em São Paulo, durante os séculos XVII e XVIII. Mediante a cerâmica de produção local e regional, o autor tratou da presença de homens livres no cenário escravocrata paulista.

No âmbito ritualístico, a pesquisa desenvolvida em Salvador por Tavares (2006) identificou contas de colares e práticas religiosas de origem africana em sepultamentos localizados na antiga Igreja da Sé (figura 4). Os vestígios levaram, após a análise, à hipótese de práticas ritualísticas derivadas de sistemas religiosos que coexistiram paralelamente (católico e de origem africana).

Figura 4 – Contas de coloração azul identificadas em sepultamentos na antiga Igreja da Sé, em Salvador

Fonte: TAVARES (2006, p. 52).

Ainda no campo religioso, Carle (2005) estudou os assentamentos quilombolas sul rio-grandenses: Monjolo (século XVIII), em Santo Antônio da Patrulha; Ilha do Quilombo (século XIX), em Porto Alegre; e Paredão (fim do século XIX), nos municípios de Taquara e Gravataí. Mediante a investigação de caráter simbólico das manifestações religiosas, o pesquisador discutiu as influências destas na formação desses espaços pelas comunidades.

Além dos assentamentos quilombolas e engenhos, cemitérios e sítios urbanos, a outro espaço passou a ser dada atenção no Sul do país: as charqueadas. Thiesen (2011), no Rio Grande, e um projeto maior, intitulado “Pampa negro: arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)”, coordenado por Lúcio Menezes Ferreira, no qual se desdobra a pesquisa de Rosa (2012), em Pelotas, averiguaram o funcionamento dos complexos charqueadores com ênfase no uso de escravos nesses locais. Isso propôs um diálogo entre os documentos escritos e as materializações encontradas em algumas unidades remanescentes de antigos núcleos charqueadores das cidades citadas. Os trabalhos levantaram questões a respeito do perfil demográfico dos cativos, da divisão de trabalhos e do charque e derivados nesses estabelecimentos, bem como novas noções de hierarquia e mobilidade social. Apresentou-se, assim, um novo debate acerca do tema nessas regiões, lançando parâmetros arqueológicos para discutir a ocupação em Pelotas e no Rio Grande.

1.2 ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS SOBRE ESPAÇOS, HÁBITOS E VESTÍGIOS DE ESCRAVOS

De acordo com Rosa (2012), o fazer arqueológico em espaços de contextos escravos engloba inicialmente a análise da distribuição espacial da propriedade envolvida, auxiliada por fontes documentais e arqueológicas, identificando as unidades domésticas e produtivas. Isso é

> uma questão primordial [...], uma vez que os espaços e a cultura material associados aos escravos só se tornam passíveis de análise e compreensão quando são visíveis (ou visibilizados) no registro arqueológico, e para isso é

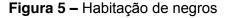
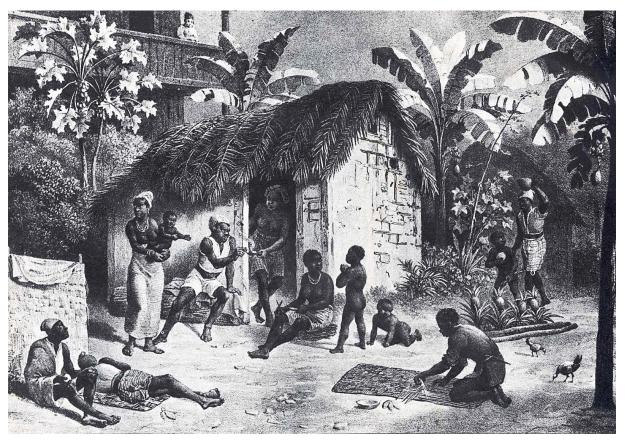
> necessário contextualizar os achados arqueológicos, evitando assim a essencialização da cultura material (ROSA, 2012, p. 36).

Para tanto, é necessário tomar atenção com as relações contextuais entre os grupos específicos de artefatos, sua distribuição no espaço do sítio e suas associações com estruturas arqueológicas particulares, sendo fundamental para Symanski e Souza (2007) a capacidade de diagnosticar essas evidências por meio de metodologias adequadas e do cuidado com o âmbito da deposição da cultura material.

Ao problematizar questões referentes às habitações escravas, as pesquisas levantaram informações sobre as características físicas (tamanho, dimensões, materiais e métodos de construção) e a propósito do modo de vida dos escravos, assim como questionamentos acerca de *status*, resistência e identidade cultural (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996). A respeito dos contextos escravos, uma diferença essencial para a análise é diferenciar os cenários urbanos dos rurais; ambos carregam especificidades bastante complexas. Os escravos, em contextos urbanos, tenderam a compartilhar os mesmos ambientes que os senhores, de maneira a implicar registros arqueológicos representando as práticas cotidianas dos dois grupos, especialmente se a área de descarte também foi compartilhada. Symanski e Souza (2007, p. 217) pontuam que, nesses cenários,

> uma alternativa possível para enfrentar esse problema baseia-se na percepção de que o refugo encontrado em contextos urbanos é, na grande maioria dos casos, produto da interação de agentes sociais bastante diferentes entre si, o que inclui os dois grandes grupos compostos por livres e escravos.

Em contextos rurais, escravos e senhores também podiam dividir as mesmas habitações, mas parte dos cativos vivia em locais separados da casa-grande, como as senzalas, que poderiam ser coletivas, individuais ou ainda familiares. Os relatos de viajantes descrevem que a tipologia mais comum de senzalas em contextos rurais apresentava uma planta bastante simplificada, de forma retangular, com um ou dois cômodos, paredes de pau a pique e cobertura de palha (figura 5).

Figura 5 – Habitação de negros

Fonte: RUGENDAS (1979, prancha IV, 5).

Porém os estudos afirmam que essas construções variavam muito de acordo com a região em que estavam inseridas, a origem dos escravos, a riqueza dos proprietários e as atividades individuais dos senhores. As senzalas também poderiam incluir

> edifícios geminados, compostos por três ou quatro compartimentos; e pavilhões, que apresentavam uma forma alongada e eram divididos em cubículos, estes últimos mais comuns no sudeste brasileiro da primeira metade do século XIX. Há ainda menção a um tipo de senzala organizado "em quadra", com pavilhões fechando um pátio quadrangular interno, identificado na região do Vale do Rio Paraíba (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 219).

Além da discussão de como as senzalas eram construídas, Symanski e Souza (2007) ainda levantam um ponto referente aos materiais utilizados na elaboração dessas construções. Os arqueólogos garantem que muitas dessas estruturas foram feitas com elementos perecíveis e, portanto, deixaram poucos traços nos registros, dificultando a identificação arqueológica. É necessário ressaltar

que esse debate serviu para interpretar e discutir os modelos instalados na região litorânea de Santa Catarina, que se caracterizaram em cenários rurais, com estruturas bastante frágeis.

Ademais dos espaços habitacionais, as pesquisas arqueológicas ainda traçaram estudos sobre a alimentação dos escravos, abrangendo as atividades de captação de recursos (caça, peça ou horticultura) e a preparação e o consumo de alimentos. Para tanto, trabalharam-se com os materiais orgânicos por intermédio de análises zooarqueológicas e botânicas, bem como com os instrumentos de caça e pesca, as ferramentas agrícolas e objetos usados no processamento dos alimentos, tais quais balas de chumbo, peças de armas, pesos de pescas, anzóis feitos de pregos e outros (SINGLETON, 1995). No Brasil, Symanski e Souza (2007), nas senzalas dos engenhos da Chapada dos Guimarães, centraram-se em vestígios faunísticos e utensílios domésticos. Na senzala escavada no sítio Babilônia,

> os ossos foram descartados ao redor do fogo, onde muitas refeições tiveram lugar, o que pode representar uma prática cultural associada a comunidades específicas de escravos com origem africana. [...] Ao lado de evidência de corte, apresentam vestígios de quebra por meio de um percutor. Muitos desses ossos eram quebrados e perfurados para a retirada do tutano, provavelmente durante a refeição ao redor do fogo (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 233).

Os utensílios domésticos encontrados, por exemplo, na senzala do sítio Buritizinho continham nas amostras de louças uma quantidade significativa de malgas (47%), número cerca de quatro vezes maior que os vestígios achados na casa-grande e nas habitações de trabalhadores livres. Isso sugere que os cativos desse sítio enfatizavam o consumo de alimentos na forma de sopas e cozidos (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 233). Essas práticas, além de outras, foram representadas por cronistas estrangeiros, como o francês Jean-Baptiste Debret (1989) e o alemão Johann Moritz Rugendas (1979), mostrando o preparo e o consumo de ensopados por escravos (figura 6).

Figura 6 – Escravos preparando e consumindo em malgas algum tipo de ensopado

Fonte: DEBRET (1989, p. 141).

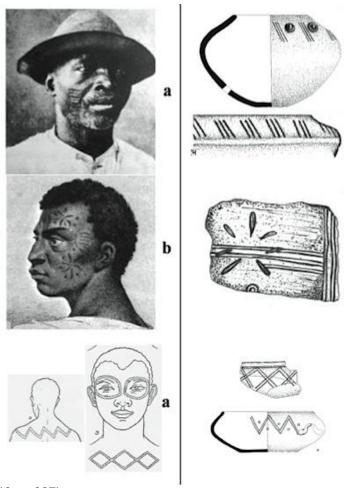
As pesquisas, de modo geral, têm mostrado uma cultura material bastante variada em sítios escravistas, composta de objetos como cachimbos, artefatos de cerâmica decorados, moedas perfuradas, conchas, búzios, amuletos, adornos, instrumentos musicais, louças e talheres, armas, garrafas e outros elementos, examinados sob distintas perspectivas. A investigação desses vestígios evidencia, entre outras coisas, as condições de vida dos africanos e afrodescendentes no regime escravista, os diferentes *status* em uma mesma comunidade, as relações de poder entre senhores e a resistência escrava, as continuidades e descontinuidades do legado cultural africano e, ainda, a formação de novas identidades culturais afrodescendentes (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998; LEONE *et al.*, 2005).

A obtenção desses objetos por escravos também é variada. De acordo com a literatura, eles podiam ser trazidos do continente africano ou produzidos localmente por escravos artesãos, transformados mediante a reciclagem de materiais ou adquiridos, comprados, roubados ou mesmo presenteados por brancos

(SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996; SYMANSKI e SOUZA, 2007). Assim, a análise da cultura material relacionada aos escravos envolve questões muito mais complexas, e as relações ultrapassam as essencializações desses vestígios que tendem a relacionar uma determinada tipologia de louça a um grupo específico (porcelanas à elite e cerâmica local a escravos). Esses objetos podem ser separados por categorias de análise conforme sua produção (local ou externa) ou função (cotidiana ou ritualística).

Houve variações nos modos de produção e nos aspectos estilísticos da cerâmica produzida localmente, com mudanças que dependem do local em que os artigos são localizados. Um artifício em comum, no entanto, é visto em todos: a combinação de elementos africanos, indígenas e europeus (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996; SYMANSKI, 2009). Os estudos de Agostini (1997; 1998; 2011) e Symanski (2007; 2008) compreendem as cerâmicas de produção local como representatividades da resistência cultural escrava e da identidade afrodescendente.

Agostini (1997; 1998) analisou os cachimbos cerâmicos dos escravos provenientes do Rio de Janeiro e de São Paulo e observou que os padrões decorativos desses materiais atuaram como marcadores étnicos, preservando traços da cultura africana no uso diário, os quais consistiram em estratégias de resistência dos escravos. Symanski (2008) percebeu que a variedade de formas e decorações das amostras cerâmicas das senzalas da Chapada dos Guimarães remonta que os escravos empregaram esses objetos como suporte de práticas culturais de origem africana. O autor chegou a essas conclusões ao verificar, por exemplo, a similaridade entre os padrões decorativos incisos desses objetos com grupos yoruba, escravos de nação Moçambique, e os ovimbundu de Benguela (figura 7).

Figura 7 – Escarificações de africanos e padrões decorativos incisos de objetos da Chapada dos Guimarães[2]

Fonte: SYMANSKI (2010, p. 307).

Além da cerâmica produzida localmente, objetos fabricados em contextos europeus também são discutidos pelas pesquisas arqueológicas em sítios escravos, mas esses estudos envolvem questões mais complexas, dada a similaridade das louças, das porcelanas, dos vidros, dos grés e dos metais com os utensílios achados nas casas-grandes (ROSA, 2012, p. 46). Como já citado, esses materiais poderiam ter sido adquiridos de diversas maneiras: ter sido presenteados ou fornecidos pelos senhores, comprados pelos próprios escravos, obtidos no meio do lixo, reaproveitando os materiais descartados, ou oriundos de roubos.

Novamente os estudos de Symanski e Souza (2007) levantaram questões acerca da diferenciação de *status* e resistência cultural com base nas amostras de

---

[2] Optou-se por reproduzir a imagem presente em um trabalho feito por Symanski em 2010 apenas pela sua qualidade, superior à presente na publicação de 2008. As datas das representações são, respectivamente, 1880, 1979 e 1934.

louças dos engenhos da Chapada dos Guimarães (Taperão e Buritizinho). No sítio Taperão, as escavações apresentaram louças importadas nas amostras dos escravos com padrões decorativos similares às amostras da casa-grande (esta última em quantidade maior). Isso sugere que os senhores distribuíam os objetos aos escravos quando velhos e danificados. Por outro lado, no sítio Buritizinho as louças importadas identificadas nas senzalas eram, em grande parte, exclusivas dessa área, com padrões decorativos abstratos e predominância da técnica *cutting sponge* (reprodução, por meio de um carimbo, de desenhos em sequência em determinados setores da superfície da peça), diferenciando-se das louças da casa-grande. O fato levou os arqueólogos a acreditarem que os escravos tiveram acesso aos materiais pela compra e estes pautaram suas escolhas por padrões estéticos semelhantes às decorações da cerâmica local (incisas) e com desenhos parecidos com os tradicionais motivos africanos (losangos concêntricos) (SYMANSKI; SOUZA, 2007). Logo, os escravos dessa região, quando possuíram a autonomia de fazer suas escolhas com relação às suas louças, optaram por objetos com motivos parentes a uma estética africana, e não europeia.

Para além da funcionalidade, as investigações têm observado que os objetos também estariam associados às questões simbólicas e ritualísticas. Esses vestígios indicam a persistência de elementos culturais africanos, com destaque à religião, à música, à dança, ao vocabulário e ao folclore (SAMFORD, 1996, p. 101). Os artefatos compreendem o uso de moedas perfuradas em forma de amuletos, contas azuis em colares de proteção, anéis de chifres, ossos ou madeira, entre outros adornos. O uso de objetos também está relacionado ao enterramento de materiais em lugares específicos e seriam utilizados em rituais para o controle dos espíritos. Conchas, pérolas, moedas, peças de bonecas, búzios, crânios de aves e garrafas ou ainda, como identificou Symanski (2007), um prato com uma moeda abaixo do piso da casa-grande em um engenho em Mato Grosso. Apesar da variabilidade dos rituais apontados, as pesquisas interligam essas práticas às crenças religiosas africanas (ROSA, 2012).

Outros itens, como botões, sementes, cabaças, ossos de mandíbulas de animais, podiam ser aplicados em instrumentos musicais, tais quais xequerés[3], gaitas de boca e harpas (SAMFORD, 1996). Além disso, búzios e fragmentos de

[3] É um instrumento musical de percussão com origem africana que consiste de uma cabaça seca cortada em uma das extremidades e envolta por uma rede de contas.

vidro, cerâmica ou louça retocados eram utilizados em jogos de adivinhação (SINGLETON, 1995). Segundo Rosa (2012, p. 49),

> essas interpretações se ampliam à medida que os pesquisadores combinam os dados arqueológicos com fontes etno-históricas e etnográficas sobre o legado cultural africano e o folclore afroamericano (SAMFORD, 1996), permitindo inferências sobre os usos e significados da cultura material identificada nos contextos escravos.

As pesquisas arqueológicas têm demonstrado uma ampla e variada forma de interpretar a cultura material de escravos, apresentando diferentes aspectos da vida cotidiana desses indivíduos, como habitação, alimentação, trabalho e elementos religiosos e ritualísticos. Ao considerar que esses aspectos diferem de acordo com a região em que esses sítios estão instalados, é necessário analisar os trabalhos que levantaram vestígios que possam ser examinados seguindo essa linha em um contexto bem específico: o estado catarinense.

1.3 A CULTURA MATERIAL NEGRA NO CONTEXTO REGIONAL

Em Santa Catarina, especialmente no litoral, inúmeros sítios históricos são pesquisados pela arqueologia. Em 2003, por meio da documentação presente na 11.ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Procuradoria da República (procedimentos administrativos), Comerlato (2003) apresenta uma relação dessas investigações. Os sítios registrados podem ser classificados por categorias de acordo com suas funções: sítios religiosos (igrejas e cemitérios), sítios militares (baterias, fortalezas, fortes e fortins), sítios comerciais e produtivos (armações, engenhos, caieiras, indústrias), sítios domésticos (residências, sesmarias), sítios portuários (portos, cais, alfândegas), entre outros (caminhos, quilombos), conforme demonstra a tabela 1:

Tabela 1 – Sítios históricos registrados em Santa Catarina do século XVIII ao XX

Tipo de sítios	Número
Acampamento	4
Alfândega	1
Armação	6
Caminho	2
Cemitério	3
Conjunto arquitetônico	2
Engenho	12
Fonte d'água	1
Fortaleza	6
Igreja	5
Indústria	2
Porto	2
Residência	5
Sesmaria/habitação	9
Total	60

Fonte: COMERLATO (2003, p. 4-5).

Dos sítios relacionados, destacam-se dois pelo acesso à publicação e pela presença de vestígios materiais que vêm ao encontro da problemática da escravidão: Armação do Sul e Armação da Piedade. O de Armação do Sul, em Florianópolis, consiste num sítio pré-colonial com ocupação histórica analisado por João Alfredo Rohr em 1969 e 1974. Nessas primeiras pesquisas, os vestígios correspondentes ao período histórico, ou seja, da armação, não foram interpretados, porque naquele momento a busca era pela compreensão dos grupos que ocuparam a armação no período pré-colonial. Com o avançar da arqueologia histórica, o sítio foi estudado mais uma vez por Comerlato (1998), que realizou uma intervenção na área da senzala e gerou mais material histórico ligado aos indivíduos daquele espaço, como, por exemplo, os escravos. Todos esses vestígios em seguida foram examinados em uma oficina promovida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Nead) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em parceria com Cormelato (2005). Segundo a arqueóloga,

> a armação – vila pesqueira de baleias – foi fundada em 1772 e a localização da senzala é confirmada pelos documentos escritos e iconográficos. Este acervo é de importância ímpar para Santa Catarina, já que é o único sítio que, seguramente, podemos atribuir sua cultura material às populações de origem africana (CORMELATO, 2005, p. 7)[4].

Além da senzala, essa armação ainda contemplava a casa de tanques, o engenho de azeite, a casa-grande, o armazém, a capela, as companhas dos baleeiros (estabelecimentos ou casas divididos em moradias) e o engenho de farinha. A pesquisa recolheu fragmentos de vasilhames cerâmicos e um cachimbo, além de louças, metais e vítreos. A presença do cachimbo no sítio apontou o hábito do fumo nas armações (COMERLATO, 1998). Essa prática era bastante comum nesse período, considerando que o fumo era um artigo importado e estava na lista dos gêneros de primeira necessidade; entre a população, eram os negros os maiores consumidores (ELLIS, 1969, p. 85). Brancante (1981) também comenta a importância do tabaco no século XIX. Ele era uma das principais receitas da balança comercial brasileira e, juntamente com o café, foi um dos produtos nacionais de maior exportação.

Já a cerâmica encontrada (figura 8) possui

> decoração em arcos secantes e incisos em forma de xadrez e linhas onduladas, com evidente valorização artística da borda, é atribuída aos africanos e afrodescendentes de fala banto, sendo denominada de cerâmica monjolo (COMERLATO, 1998, p. 143).

A cerâmica monjolo contém as seguintes características:

> Asa, inciso sobre roletes, pinçado sobre roletes, ponteado sobre roletes, decoração escovada e combinada com as técnicas anteriormente descritas [...]. Compõe-se tanto de recipientes decorados como não decorados. Os primeiros abrangem a maioria, desdobrando-se em engobada e plástica, predominando a última. A forma desses recipientes é globular e de pequenas dimensões, não ultrapassando a 40 cm de altura. O método de manufatura é de roletes sobrepostos. O tempero é de quartzo moído, areia fina e mica. A textura é de compacta a média e a fratura raramente ocorre entre roletes (MILLER, 1967, p. 23-24).

A incidência de cerâmica monjolo em fundações militares portuguesas foi, de

---

[4] Isso não quer dizer que outras pesquisas feitas em Santa Catarina não tenham levantado, entre os demais materiais, objetos com influências africanas ou afrodescendentes. Ocorre que nos dias de hoje os projetos feitos no estado que possam ter evidenciado esses vestígios ainda não desenvolveram uma análise específica voltada ao estudo da escravidão.

acordo com Jacobus (1996), o resultado de uma produção doméstica por negras escravizadas:

> Em uma sociedade escravista é muito provável que mulheres brancas não se dedicassem a tarefas braçais, em especial a produção de cerâmica para o uso doméstico. Nestes locais as mulheres que possivelmente predominavam eram escravizadas ou forras, [...] era relativamente frequente a convivência conjugal de negras com homens brancos ou pardos, notadamente nos primeiros 20 anos do povoamento euro-africano. Tais dados levam-nos a sugerir que a cerâmica monjolo foi predominante produzida por negras escravizadas. A decoração básica desta cerâmica são os variados padrões de incisões, que demonstramos ser característica de cerâmicas ligadas a falantes banto (JACOBUS, 1996, p. 128).

Figura 8 – Fragmento de cerâmica de barro cozido com decoração escovada e incisa angular do sítio Armação do Sul, em Florianópolis

Fonte: COMERLATO (1998, p. 89).

É importante frisar que o termo monjolo, no Brasil, possui duas significâncias diferentes, relacionadas a uma fase arqueológica do período histórico (MILLER, 1967) e a uma denominação da nação africana (o etnônimo usado para os falantes de kikongo da região de Monsol, no Congo). Os nomes das fases arqueológicas eram, em grande parte, atribuídos com base na toponímia local do sítio no qual a fase foi identificada. Monjolo era uma engenhoca movida à água utilizada para pilar

grãos. A terminologia ligada à nação africana foi criada no Brasil para indicar, além dos teke, um grupo étnico do Congo, os bateke, também chamados no período colonial de anjico (LOPES, 1993-95 *apud* COMERLATO, 1998, p. 143).

As cerâmicas produzidas por africanos ou ainda afrodescendentes nesses momentos podem ser percebidas como “um elemento de persistência dentro de um contexto social no qual foram implantados” (COMERLATO, 1998, p. 143), uma vez que, expropriados de bens de consumo para a realização de suas atividades diárias, os escravos produziam cerâmica com os conhecimentos trazidos da sua cultura.

Padrões decorativos aparecem ainda em fragmentos cerâmicos (figura 9) da Armação de Nossa Senhora da Piedade, em Governador Celso Ramos (COMERLATO, 1998). Iniciada em meados de 1743, a armação compreendia um conjunto de edificações bastante expressivo para a época, contando com: trapiche, capela, engenho de azeite, casa de tanques, armazéns, ferraria, casa-grande, casa dos feitores, companha dos baleeiros, senzalas, telheiro do escaler, casa de depósito da lenha, telheiro para a construção, casa de hospital e botica, cariocas e engenhos. Posteriormente, foram construídos um quartel para a tropa e uma casa para os oficiais. As senzalas eram “duas quadras [...] repartidas em 44 *cazas* [*sic*], e dois armazéns anexos, além de senzalas destinadas aos escravos casados” (ELLIS, 1969, p. 79). As estruturas comportavam paredes laterais de pedra e cal, de tijolo e adobe, e divisões internas de pau a pique. As mais rústicas eram todas de pau a pique, com cobertura de palha (ELLIS, 1969).

Figura 9 – Fragmentos de cerâmica de barro cozido com decoração espatulada, ponteada, escovada, incisa linear e ondulada do sítio Armação de Nossa Senhora da Piedade, em Governador Celso Ramos

Fonte: COMERLATO (1998, p. 79).

As peças coletadas nas pesquisas feitas por Rohr em 1969 e 1974 e por Comerlato (1998) referentes aos sítios de Armação da Piedade e de Armação do Sul atualmente integram o acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral (Marque), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os cachimbos encontrados nos sítios citados foram dois. O de Armação da Piedade apresenta decoração incisa no fornilho (figura 10), e o outro, proveniente de Armação do Sul, é liso e está quase inteiro. As cerâmicas de barro cozido dos sítios são torneadas e demonstram queima homogênea, além de serem também vitrificadas ou vidradas, o que, segundo Comerlato (1998), era comum no uso diário das armações. As bases achadas são reforçadas. Com relação ao tratamento dado às superfícies, os tipos mais recorrentes são os vitrificados nas duas faces e os vitrificados somente na face interna, de coloração que varia entre as tonalidades amarelada e alaranjada.

Dos sítios históricos mencionados por Comerlato (2003) no estado, os que fazem parte do litoral norte – entre Itapoá e Penha – totalizam 13 registros (tabela 2):

Tabela 2 – Sítios históricos localizados no litoral norte de Santa Catarina

Sítio	Município
Igreja da Pedra	Garuva
Morro Grande 1	São Francisco do Sul
Morro Grande 2	São Francisco do Sul
Morro Grande 3	São Francisco do Sul
Praia Grande (unidade 21)	São Francisco do Sul
Igreja Matriz	São Francisco do Sul
Cemitério dos Imigrantes	Joinville
Foz do Cubatão	Joinville
Caieira Lagoa do Saguaçu	Joinville
Porto de Itaperiú	São João do Itaperiú
Armação de Itapocoroi	Penha

Fonte: COMERLATO (2003, p. 5).

Entre os sítios estudados (tabela 2), o sítio Morro Grande 1, em São Francisco do Sul, analisado por Paulino da Silva (2001), contém pistas sobre a cultura material africana. Apesar de o material ter sido incorporado ao acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Masj) em meados de 2011, apenas recentemente a pesquisa teve acesso a essa documentação e obteve informações acerca da presença de cerâmica de barro cozido com influência africana. Ao saber da existência da coleção, os dados de Paulino da Silva (2001) passaram a ser uma referência importante para a discussão a respeito da cultura material ligada à escravidão em São Francisco do Sul.

Ao analisar os grupos de fragmentos de cerâmica de barro cozido colhidos no sítio Morro Grande 1 compostos de asas e alças, bases, bordas, esferas, tampas e indeterminados, observaram-se 15 cachimbos, dos quais apenas cinco deles foram recuperados por completo.

De acordo com Paulino da Silva (2001, p. 31-32), os cachimbos (figura 10) são

> moldados ou modelados livremente, apresentam marcas de uso e queima, alguns são muito erodidos. Nos cachimbos inteiros, há decorações incisas, angulares e circulares. Um possui decoração identificada com motivos africanos e outro, com motivos indígenas.

Figura 10 – Cachimbos de barro cozido com decoração incisa angular, circular e espatulada do Sítio Morro Grande 1, em São Francisco do Sul

Fonte: Acervo do Masj.
Fotografia de Fernanda Mara Borba (2013).

De maneira geral, os fragmentos cerâmicos de barro cozido muito provavelmente são elaborados no local – com exceção da cerâmica torneada e vidrada –, em períodos e grupos variados. Eles possuem influência indígena, europeia e africana (figura 11), podendo ser descritos e classificados como cerâmica neobrasileira.

Figura 11 – Fragmento de cerâmica de barro cozido com decoração escovada e incisa em arcos secantes do sítio Morro Grande 1, em São Francisco do Sul

Fonte: Acervo do Masj
Fotografia de Fernanda Mara Borba (2013).

Em contato com o pesquisador (informação verbal)[5], Paulino da Silva garantiu que a mesma decoração com influência africana foi encontrada numa pequena análise que fez em um material cerâmico do sítio do Forte de São José de Ponta Grossa, em Florianópolis. Ao reconstituir graficamente uma vasilha com base nos seus fragmentos, um estudante angolano, recém-chegado ao Brasil em 1994, afirmou a similaridade entre a decoração da cerâmica e os utensílios produzidos por seus familiares antigos. Mas o arqueólogo não deu continuidade a esse estudo e não concluiu a investigação.

Outro registro que remete à presença de escravos na cidade diz respeito ao Projeto Salvamento e Monitoramento Arqueológico em Área do Entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul, que fez parte da recuperação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça do Programa Monumenta (ALVES, 2004). O conjunto de

---

[5] Notícia informada por e-mail em janeiro de 2013.

artefatos, inteiros e fragmentados, é composto de 1.330 vestígios (cerâmicos, louças, metais, vidros), seguido de 214 ocorrências da categoria ecofatos (conchas e ossos de fauna) e, ainda, de 265 fragmentos ósseos humanos, desarticulados, totalizando 1.809 itens. A pesquisa localizou mais de 10 sepultamentos na área do cemitério, que atuou até por volta de 1832, e chegou à conclusão de que a área era de refugo, aproveitada para enterramentos. As covas evidenciadas suscitaram questões referentes ao *status* social dos sepultados, cujas hipóteses levantadas sugerem que constituíam indivíduos de baixa renda, ou escravos, por ser na área externa da igreja (ALVES, 2004).

> A sobreposição de covas, com orientação dos corpos em direções diversas, indica que houve período de abandono, perdendo-se a referência de antigos enterramentos. Há que se considerar a inexistência de jazidos e lápides, prática utilizada apenas para os cidadãos abandonados. Remanescentes de indumentária, de adornos e de urnas funerárias são indicadores de *status* social. A ausência deste tipo de vestígio, igualmente, já que era comum, até o século XIX, o enterramento de cidadãos pobres ou escravos sem vestimentas. Aqueles com poder aquisitivo podiam encomendar roupas especiais, de acordo com a irmandade a que pertenciam (ALVES, 2004, p. 43).

Esses e os demais sítios apresentados por Comerlato (2003), reproduzidos na tabela 2, estão todos localizados na ilha de São Francisco do Sul, não havendo nenhum sítio, por conseguinte, na porção continental. Nesse espaço, algumas unidades históricas foram mapeadas por Alves (2006) num trabalho feito para as obras de pavimentação asfáltica em parte do continente; duas ocorrências desse projeto foram incluídas nesta dissertação e aqui estão denominadas como ocorrências Frias 1 e 2.

Esses registros e outros foram descritos em um trabalho elaborado por Alves e Bandeira (no prelo)[6], que apresenta uma reflexão sobre a ocupação histórica no nordeste de Santa Catarina com base em sítios e unidades arqueológicos identificados nos levantamentos feitos. As arqueólogas buscaram relacioná-los a grupos de diferentes origens étnicas que migraram para a região e a suas práticas e relações sociais por meio dos remanescentes materiais (ALVES; BANDEIRA, no prelo). Elas ainda discutiram os sítios e as unidades referentes ao horizonte luso-brasileiro, considerando o tempo de ocupação (a partir do século XVII) e a adoção

---

[6] Esse artigo foi apresentado pelas autoras no VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Arqueologia do Núcleo Regional Sul (SAB-SUL), que aconteceu em Curitiba/PR no ano de 2012.

da mão de obra escrava. Alves e Bandeira (no prelo) registraram 89 ocorrências ligadas a luso-brasileiros dispersas nos atuais municípios da Baía Babitonga: São Francisco do Sul, Araquari, Itapoá, Joinville, Garuva e São João do Itaperiú.

Especialmente com relação a São Francisco do Sul, registraram-se 69 ocorrências e descobriu-se que “a configuração espacial das localidades rurais seguia um traçado linear, às margens da baía ou do oceano e das estradas abertas” (ALVES; BANDEIRA, no prelo, p. 6). Quanto às ocorrências, as localidades da Figueira e Praia Grande (na ilha) e Frias (no continente) contêm o maior conjunto de unidades do tipo domésticas associadas a atividades produtivas. Ainda sobre o Frias, essa localidade “seguramente é a mais antiga e está localizada no continente, mas voltada para a baía, em local estratégico para o escoamento de produção, embora por via fluvial” (ALVES; BANDEIRA, no prelo, p. 7).

O número de ocorrências diagnosticadas demonstra o grande potencial que a região nordeste de Santa Catarina, com destaque à cidade de São Francisco do Sul, apresenta às pesquisas arqueológicas acerca do período histórico, sobretudo àquelas que visam ao estudo de contextos escravos, considerando que o sistema escravista foi implantado na região no século XVII e que muitos desses registros podem ter abrigado tais grupos. Esse estudo será retomado mais tarde no capítulo 3, quando são debatidas as estruturas da porção continental de São Francisco do Sul.

Por fim, é necessário frisar que esta dissertação aborda três espaços que se inserem em contextos escravos formados por engenhos e que, por essa razão, se optou por utilizar o termo “arqueologia da escravidão”. Com a proposta, enseja-se contribuir com futuros trabalhos, os quais examinem outros sítios, como cemitérios, quilombos e habitações urbanas relacionados à “arqueologia da diáspora africana”, ademais dos outros espaços e vestígios que este último pode abarcar.

2 SÃO FRANCISCO DO SUL E A ESCRAVIDÃO

São Francisco do Sul constitui o município mais antigo do estado catarinense. Especialmente durante o século XIX, ascendeu no cenário econômico nacional com a produção e a exportação de farinha de mandioca (SILVA, 2004; CUNHA, 2009; 2011). Apesar de contar com um contingente escravo a começar do período seiscentista, foi no momento em que passou a responder à demanda crescente das áreas agroexportadoras do Sudeste que essa população foi mais significativa.

Em meio a essa discussão, o capítulo apresenta a revisão das obras historiográficas que abordam o tema da escravidão no litoral sul brasileiro durante esse período, sobretudo os estudos referentes à antiga Província de Santa Catarina. Essa leitura se fez importante para avaliar os diferentes discursos elaborados a respeito desse sistema na região. Os estudos aqui analisados levam em conta o surgimento e desenvolvimento das propriedades rurais e das escravarias, o perfil demográfico da população escrava e alguns aspectos da sua vida cotidiana, ademais de iniciar um debate no tocante às habitações cativas na região. Para tal, atentou-se às informações sobre o contexto histórico oitocentista de São Francisco do Sul e suas principais implicações na economia brasileira do período.

2.1 UMA VILA LITORÂNEA NO CENÁRIO BRASILEIRO

São Francisco do Sul, juntamente com os municípios de Balneário Barra do Sul, Araquari, Joinville, Garuva e Itapoá, está situado na Baía Babitonga, o mais importante complexo estuarino do norte de Santa Catarina, onde existem ainda outras 25 ilhas (figura 12). O seu território abrange a maior ilha dessa baía (sede do município) e a porção continental, denominada de Distrito do Saí.

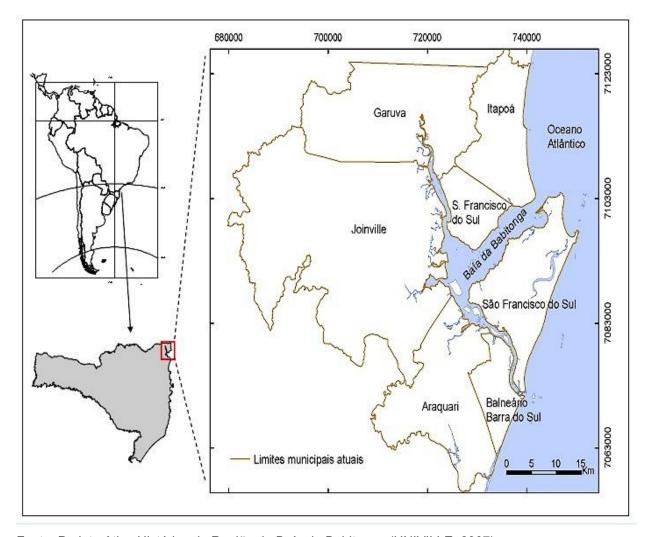



Figura 12 – Localização da Baía Babitonga

Fonte: Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babitonga (UNIVILLE, 2007).

A história de São Francisco do Sul, segundo Pereira (2004), remete às iniciativas de ocupação da capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana, criada em 1534, cuja extensão territorial era de Cananeia (São Paulo) até Laguna (Santa Catarina). Na região de Santa Catarina o povoamento ocorreu a partir da década de 1650, com a fundação de Nossa Senhora do Rio São Francisco, em 1658, Nossa Senhora do Desterro, em 1675, e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1684, por casais paulistas e açorianos enviados pela coroa acompanhados por agregados e cativos. Em São Francisco, estabeleceu-se Manoel Lourenço de Andrade. Ele, "provavelmente, em 1658, transferiu-se com toda sua parentela, escravos e agregados para o Rio São Francisco, [...] apoiado pelo governo de São Vicente,

[que] teve condições para garantir o progresso do lugar" (PEREIRA, 2004, p. 41)[1]. Ao assegurar a posse da região, as terras foram divididas entre os estabelecidos por meio de sesmarias. Coube a Lourenço de Andrade a área da vila até as Laranjeiras,

> ficando-lhes ao lado as de Luis Rodrigues Cavalinho [seu genro], que se alongavam, como aquelas, até o mar grosso, compreendendo a lagoa Acaraí. Neste período, também foram cedidas sesmarias em Iperoba, Península do Saí [para Antônio Francisco Francisques], Rio Parati [para Francisco Alves Marinho], Ilha do Mel [para Vicente Arrilos], Rio Pinheiros – além de outros mais, pelas vizinhanças (CABRAL, 1968, p. 35).

Outros registros de concessões de sesmarias da região remetem às localidades de Itapoá (1711), Três Barras (1787, 1802), à área de cabeceira do Rio Areias (1788), Iperoba (1803), junto aos Rios Bucarein, Pirabeiraba, Palmital, Jaguaruna, dos Mirandas, Paranaguá e Ilha do Mel (1804), Itapema, na Olaria, Rio Parati, no lugar do Rio do Morrete (1805), Rio Piraí, Rio Monte de Trigo, Rio Acaraí (1808), no Morro da Palha (1817), próximo ao Rio São João (1822), Rio Parati (1825) e Rio Cubatão (1827) (JOINVILLE, s.d.)[2]. De acordo com Cabral (1968), São Francisco foi a primeira fundação estável criada na costa catarinense, limitada ao norte com o Termo da Vila de Paranaguá, pela parte austral da Baía de Guaratuba, e ao sul, com o Termo da Vila de Laguna, pela parte norte da Enseada das Garoupas.

As razões da ocupação da região nesse período estariam relacionadas a interesses militares estratégicos de proteção da costa e à necessidade de uma economia voltada à produção de alimentos para a subsistência interna e de excedentes comercializáveis, conforme a flutuação do mercado econômico (HÜBENER, 1981). Assim, um suposto "sentido de colonização" catarinense, discutido por Cabral (1968), Piazza (1975; 1999) e Cardoso e Ianni (1960), explicaria a economia do litoral como "menos importante" do que a das regiões agroexportadoras.

> Nesse movimento de expansão obedecia-se a duas ordens de interesse: a necessidade de diferenciação de atividade econômica da colônia e a política expansionista da metrópole. Da realização desses interesses desincumbiram-se os portugueses; daqueles, os paulistas. [...] Dessa forma,

---

[1] Há ainda referência anterior a uma concessão feita a pedido de Antônio Fernandes datada de 1642 para o povoamento dessa vila (CABRAL, 1968, p. 35).
[2] Os dados referentes aos registros de concessões de sesmarias da região já haviam sido recolhidos por Alves (2003).

> desde o início da penetração paulista no Sul, a produção dessa área visou o mercado interno da colônia. [...] A economia dessa região organizou-se, pois, como uma economia subsidiária da economia propriamente colonial, isto é, daquela que visava a exportação para o mercado internacional (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 4-5).

Penna (2005) afirma que os problemas dessa análise estariam associados precisamente à exposição do modelo econômico criado para compreender a sociedade catarinense do século XIX. Os problemas teriam relação mais direta com a maneira pela qual era concebido o regime escravista na região. Ou seja, a pouca inserção da província no mercado agroexportador foi, para os defensores do modelo, a responsável pela pequena importância que a mão de obra escrava teria tido em Santa Catarina.

> A antiga capitania, depois província de Santa Catarina, que teve, no período colonial, uma função estratégico-militar, e que, no período imperial, tem uma pequena ressonância na economia nacional, porquanto continua com o extrativismo florestal e a agricultura de subsistência, parcialmente, após 1850, com uma mais intensa imigração de grupos europeus, não-portugueses, que pouco a pouco partem para a produção artesanal, a produção de bens primários e alcançam, na década de 1880, os primórdios da industrialização. Fica, pois, demonstrado que durante o período em que vigeu a escravidão tínhamos uma economia periférica (PIAZZA, 1999, p. 8).

Também lembrou Penna (2005) que a literatura dificilmente comparou Santa Catarina com outras províncias do império que apresentavam características econômicas similares às suas (a produção de gêneros voltada para o mercado interno). Mediante um investimento da metrópole, o litoral catarinense desenvolveu atividades econômicas direcionadas à produção de linho, cânhamo e cochonilha na década de 1780, firmando-se a produção de alimentos (farinha de mandioca, sobretudo, mas também trigo, milho, cevada, centeio, feijão, açúcar e café), além de aguardente, tabaco e algodão (MAMIGONIAN, 2006). Um pouco antes, em 1750, a Vila de São Francisco,

> então considerada próspera, era composta por uma população de 1.000 habitantes – Desterro (atual Florianópolis) contava com apenas 285 "almas" neste mesmo ano –, em 1796 contava com 4.155 habitantes, sendo 767 escravos (FARIAS, 1998, p. 263).

No fim do século XVIII a produção econômica de São Francisco direcionava-se ao plantio de mandioca, arroz, feijão, cana-de-açúcar e gravatá, havendo na vila 19 engenhos de aguardente e 14 de farinha de mandioca (FARIAS, 1998). Ao

procurar explicar e justificar os problemas da produção agrícola em Santa Catarina, Cabral (1950) comenta as tentativas de aprimoramento desse processo com a introdução do linho e do trigo e as razões do fracasso dessas experiências. Em meio a estas, o único produto que apresentou estabilidade e crescimento foi a farinha de mandioca:

> O mesmo [fracasso] não acontecia com a farinha de mandioca. A cultura desta apresentou-se, desde os primeiros tempos, com resultados promissores. Em 1752, os primeiros povoadores já entregavam no armazém parte da farinha que se lhes havia emprestado. [...] Não tardou que se chegasse a um período de superprodução, excedendo a farinha preparada ao consumo local e, assim, foi possível suprir do gênero, também, a capitania do Rio Grande (CABRAL, 1950, p. 41).

Um século depois, a agricultura de abastecimento do litoral catarinense respondeu à demanda próspera das áreas agroexportadoras também do Sudeste, que sofria em função das grandes transformações econômicas. O consumo interno apresentou então crescimento superior às receitas da exportação, apontando para as possibilidades de acumulação dos produtores e comerciantes ligados ao mercado interno (FRAGOSO, 1990). Ao passo que a Região Sudeste dedicava parte da sua produção para a exportação e sofria com o aumento populacional, outras regiões integravam-se ao mercado. Como resultado, houve o surgimento de uma elite mercantil senhorial exportadora e a ascensão de potentados locais, que no mercado de abastecimento encontraram a chance de ficar com uma fatia considerável dos dividendos, fortalecendo o mercado interno e permitindo processos de acumulação (FRAGOSO, 1990; 1998).

A província catarinense, sobretudo em sua faixa litorânea, extraía madeira e produzia arroz, porém a farinha de mandioca foi o material de maior volume em exportações (SCHWARTZ, 2001). O plantio desse alimento constituiu a realidade de muitas áreas, em virtude da terra mais arenosa e de facilidades como o pouco cuidado e o fácil trato, flexibilizando o período da colheita de acordo com as necessidades momentâneas do agricultor (LEANDRO, 2007; MATTOS, 1987). Uma das mais antigas referências na historiografia sobre o alimento da região são os registros de Saint-Hilaire, datados do início do século XIX. Ao passar pela vila por volta de 1820, o naturalista apontou a mandioca e, em segundo lugar, o arroz como os únicos produtos exportados da vila. Apesar de fornecer alguns dados acerca da exportação, o naturalista afirmou que os habitantes dali “plantavam pouco, não havia

preocupação dos moradores em expandir as possibilidades e potenciais econômicos do lugar, coisa que não faziam e nem precisavam" (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 149).

Todavia, a importância da farinha alcançou outras áreas, e na vila grande parte da produção dirigia-se a outras províncias. Os produtos eram enviados especialmente por meio do porto da capital, embora Santa Catarina contasse com outros dois: Laguna e São Francisco, sem alfândegas e com mesas de renda[3] (CUNHA, 2011). A exportação anual catarinense em 1810, 1820 e 1850-1865 mostra em que sentido se processou o desenvolvimento da economia local, com destaque à farinha de mandioca. Nos respectivos anos foi exportado um total de 71.847 alqueires[4] (100.000 alqueires, 204.166 alqueires e 515.945 alqueires) de farinha, ficando em primeiro lugar entre os outros produtos (feijão, milho, trigo, açúcar, café e outros) (CARDOSO; IANNI, 1960). A vila, por ficar mais ao norte da província, estabeleceu comunicação mais direta com a praça mercantil do Rio de Janeiro, como mostra a tabela 3:

Tabela 3 – Principais destinos das mercadorias exportadas por São Francisco do Sul (1849-1850)

Portos	Porcentagem
Rio de Janeiro	84,35
Rio Grande do Sul	6,33
Pernambuco	4,37
Santos	2
Paranaguá	1,35
São Sebastião	0,22
Portos da província	1,38

Fonte: CUNHA (2011 p. 129).

Levando-se em conta uma taxa de quase 95% das exportações da vila para outras províncias, seria inviável afirmar que as saídas das mercadorias somente se davam em ocasiões isoladas ou com a excedência da produção.

Elementos necessários para o processamento da farinha, os engenhos

---

[3] As mesas de renda foram criadas no período da regência, na primeira metade do século XIX, e destinavam-se a operar os despachos aduaneiros e a fiscalização em portos de escasso movimento, cuja renda não compensava a instalação de uma aduana completa (BRASIL, 2012).
[4] Alqueire é uma antiga medida de capacidade para secos e líquidos (variável de lugar para lugar). Um alqueire equivale a cerca de 30 quilos.

também eram significativos:

> Eram muitos engenhos de farinha de mandioca, com seus pertences, como as bolandeiras, a prensa de dois furos e dois copos. Estes foram os equipamentos mais citados nas descrições [dos inventários] sobre as oficinas de fazer farinha. Foram citados outros engenhos, como os de pilar arroz, os alambiques de cachaça e os de produzir açúcar. A grande maioria dos proprietários tinha entre seus bens roças de mandioca que podiam ser novas ou velhas, assim como tantos outros guardavam em casa de simples construção alguns alqueires de farinha de mandioca, para consumo ou para o comércio (SILVA, 2004, p. 35).

Andermann (2007) comenta o caráter econômico-social na vida daqueles que viviam desses equipamentos e trabalhavam neles, destacando dois modos: a produção da farinha e o bem que o engenho representava. “Sendo de difícil aquisição, quem não tinha um engenho ficava na dependência de quem possuía, pagando a utilização em serviço e em produção” (ANDERMANN, 2007, p. 26).

A intensa produção e o comércio, sobretudo da farinha de mandioca, teve como resultado uma elevada importância do porto da vila, e também de todo o estado, no que diz respeito à sua economia, abrangendo a produção e comercialização do alimento até mesmo entre as províncias. Usando mão de obra livre e escrava, essa atividade produtiva – com o apelo mercantil que possuía – foi capaz de produzir acumulação endógena, de modo a garantir no interior da vila acesso a recursos econômicos que fortaleciam os indivíduos inseridos na dinâmica produtiva e mercantil. Penna (2005) recorda que, diferentemente do que se imaginava, a posse de escravos ao longo do período oitocentista desenvolveu-se para além das áreas agroexportadoras em diversas regiões do país, que se envolveram em sua maioria com a produção de gêneros alimentícios.

> Mesmo em regiões onde predominava esse tipo de sistema, como o Recôncavo Baiano, no auge da indústria açucareira, em 1816, um terço dos escravos estava concentrado na produção de gêneros de primeira necessidade e não apenas na produção de açúcar. Para o mesmo período em São Paulo, observou-se que um quarto dos domicílios possuía escravos e que, destes, 70% eram compostos por plantéis [propriedades] de até cinco cativos. Na província do Paraná, também no início do [século] XIX, percebe-se que 56% da população escrava estava concentrada em plantéis de 1 a 3 cativos e 20% em plantéis de 4 a 6 cativos (PENNA, 2005, p. 32).

Portanto, a posse escrava no país estava dispersa geograficamente e concentrava-se na mão de pequenos produtores rurais, e não nos centros agroexportadores. Apenas a definitiva abolição do tráfico negreiro, no começo da

década de 1850, modificou esse contexto, intensificando o tráfico interprovincial e desencadeando certa concentração regional de escravos nas áreas produtoras de café (PENNA, 2005).

Em São Francisco, a posse escrava estava distribuída nas suas diferentes freguesias, as quais, com o passar do tempo, foram elevadas a vilas, diminuindo o território francisquense em espaço físico e populacional. Por exemplo, em 1845 os limites de São Francisco eram, ao sul, Gravatá e, ao norte, Sahy Grande e contava com duas freguesias: Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (São Francisco) e Nossa Senhora da Penha do Itapocoroy (Penha). Em 10 anos, possuía mais duas: Bom Jesus de Parati (Araquari) e Nossa Senhora da Glória do Sahy (Saí). Posteriormente, São Francisco perdeu esses territórios, como a freguesia São Francisco Xavier, na Colônia Dona Francisca (Joinville), que se tornou vila em 1866; a freguesia Nossa Senhora da Penha do Itapocoroy, passada à Vila do Santíssimo Sacramento do Itajahy (Itajaí), e a freguesia Bom Jesus de Parati, instituída como município de Parati em 1876 (PEREIRA, 2004). A freguesia de Nossa Senhora da Glória do Sahy foi criada em 1850 e extinta em 1874, voltando a fazer parte da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco.

Esses limites são representados no mapa elaborado pelo engenheiro e tenente Jerônimo Francisco Coelho em 1846 (figura 13), que fez a utilização de pontos de referência geográfica privilegiando nomes de rios, morros, montanhas e ilhas para delimitar o terreno, além de recorrer a assentamentos humanos como vilas, fazendas, sítios e edificações para indicar as ocupações, nomeadas de acordo com os sesmeiros e proprietários de escravos da região. O entorno do território de Joinville, representado no mapa, era habitado desde o início do século XIX por várias famílias luso-brasileiras e seus escravos. De acordo com Cunha (2008), no referido documento é possível contar 85 construções (casas, engenhos, ranchos etc.).

O historiador afirma que em 1804 o governo imperial concedeu a Antônio de Oliveira Cercal, morador da vila de São Francisco, “e sem terras aonde possa trabalhar a sustentação da sua família”, um lote no lugar denominado de “Morro da Caxoeira”, em que se achavam terras devolutas, para ali instalar-se com sua mulher, seus oito filhos e dois escravos e dedicar-se à agricultura. No mesmo ano, José Ferreira de Souza e José Fernandes Dias requereram terras no lugar chamado Rio Piravera (ou Pirabeiraba); Salvador Gomes de Oliveira, na região do Rio Pernâgua

(ou Paranaguamirim); e Domingos Correa, com sua família e seus 12 escravos, no Bucarein (JOINVILLE, s.d.).

> Existiam também moradores no Itaum (sítio do Coronel Vieira), no Boa Vista (propriedade de Agostinho Budal), no Iririú, no Morro do Amaral, às margens do Rio Cubatão e ao redor da Lagoa do Saguaçu, formando um pequeno povoamento composto por 33 propriedades, na maioria das quais utilizava-se mão de obra escrava, em atividades agrícolas e domésticas (CUNHA, 2008, p. 110).

Porém, na impossibilidade de tecer comentários a respeito de todos os aspectos e nomeações contidos no documento de Coelho (JOINVILLE, 1846), seguem algumas informações sobre as famílias que, de certa forma, se relacionam com a área de estudo: Camacho, Gomes de Oliveira e Gonçalves de Moraes.

Figura 13 – Mapa da medição e demarcação da colônia Dona Francisca, compreendendo o Distrito do Saí, Rio e Ilha de São Francisco[5]

Fonte: Jerônimo Francisco Coelho (JOINVILLE, 1846).

[5] Para melhor visualização do mapa de Jerônimo Francisco Coelho, segue o documento na próxima página individualmente. A forma como este se apresenta não permite que o título nem a legenda estejam na mesma folha.

MAPPA
DA MEDIÇAO E DEMARCAÇAO
Das vinte cinco legoas quadradas de terras
concedidas em complemento do dote
AS. D. FRANCISCA
Comprehendendo os terrenos adjacentes o rio de S. Francisco
e ilha do mesmo nome
NA PROVINCIA DE S. CATHARINA.
POR JERONIMO FRANCISCO COELHO
Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, e Chefe
da Commissao de Engenheiros, composta do Capitao
Christiano Pereira de Azevedo Coutinho, e 1os Tenentes
Juvencio Manoel Cabral de Menezes, e Manoel José
Machado da Costa Junior.
1846.
OCEANO ATLANTICO
ILHA DE S. FRANCISCO
DESTRICTO DO SAHY
BARRA DO NORTE
RIO S. FRANCISCO
Villa de S. Francisco
Villa de Joinville
Lagoa de Saguassú
Rio Itapocu
Barra do Itapocu
Barra Velha
Ilhas dos Tamboretes
ADVERTENCIAS
Designação dos Marcos e suas qualidades
Lith. Lemercier 57 R. de Seine Paris
C-CM-01.01

A família Gomes de Oliveira, proprietária de uma fazenda no Rio Cubatão Grande, tem seus cativos registrados no Livro de Manumissões Escravas (alforrias), conforme aponta Oliveira (2000) e a tabela 4:

Tabela 4 – Escravos de João Gomes de Oliveira em 1880

Ano	Nome	Idade	Cor	Estado civil
1880	Bernarda	24	Preta	Solteira
1880	Benta	25	Preta	–
1880	Theodora	27	Preta	–
1880	Rosália	17	Preta	Solteira
1880	Lucrécia	11	Preta	Solteira
1880	André	32	Preto	–
1880	Joaquim	25	Preto	–
1880	Luiz	29	Pardo	–
1880	João	21	Preto	–
1880	Marcos	14	Preto	Solteiro
1880	Fabricio	14	Preto	Solteiro
1880	Gaspar	13	Preto	Solteiro
1880	Antonio	13	Preto	Solteiro
1880	Ventura	14	Preto	Solteiro

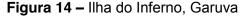
Fonte: OLIVEIRA (2000, *web)*.

Oliveira (2000) ainda conta que em 15 de março de 1888 consta o óbito de Gaspar, escravo de João Gomes de Oliveira, cuja morte se deu por afogamento no Rio Cubatão Grande, onde foi encontrado. A fazenda de Gomes de Oliveira também foi citada por Vieira (2007) ao falar da região de Três Barras e, segundo o historiador, a família Gomes de Oliveira se dedicava à criação bovina e possuía muitos escravos. Vieira (2007) afirma que os cativos infratores dessa e de outras fazendas da região eram amarrados para os castigos em pelourinhos numa ilha conhecida como Ilha do Inferno, próxima ao porto Barrancos (pertencente à localidade de Barrancos). Sobre a ilha, os relatos orais mencionam a história do

> vulgo Antônio Polaco [que] cuidava dos escravos da Fazenda das Três Barras. Era um “capitão do mato”. [...] Quando ocorria uma transgressão por parte de um escravo, Antônio Polaco os levava até a ilha e lá os amarrava, para serem “devorados” pelos maruins. [...] Ao morrer, este capitão foi enterrado no cemitério próximo ao Rio Cavalinhos. [Ele] foi tão perverso e

> ganancioso durante a vida, que seu cadáver foi amaldiçoado. Ao cobrir seu caixão, no dia seguinte, não havia mais terra sobre sua tumba [...]. Com medo da maldição, retiraram o caixão daquele cemitério e levaram-no para distante dali, para a ilha onde amarravam os escravos, e desde então a ilha teria recebido o nome nefasto de Ilha do Inferno (VIEIRA, 2007, p. 76).

Ao recolher as primeiras informações orais sobre os escravos na região, a história da Ilha do Inferno foi citada e, em busca dos pelourinhos, fez-se uma visita a ela em 2011. Pelo fato de a ilha ser coberta por manguezal e solo argiloso, não foi possível percorrer toda a sua extensão nem localizar possíveis vestígios que tenham sido preservados e, nos pontos acessados, nada foi identificado à superfície (figura 14).

Figura 14 – Ilha do Inferno, Garuva

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2011).

O coronel Francisco de Oliveira Camacho foi proprietário de uma fazenda e de uma olaria (em locais distintos), mas sabe-se ainda que ele possuía também propriedades nas freguesias Nossa Senhora da Penha do Itapocoroy (Penha) e Nossa Senhora da Glória do Sahy (Saí). No Saí, as suas terras foram cedidas já em

1842 para a instalação de uma colônia industrial francesa (discutida mais adiante). Camacho, estudado por Cunha (2009; 2011), foi um importante líder político da Vila de São Francisco, além de senhor de escravos e ocupante de diversos espaços públicos da vila e da província: comandante de milícia, juiz municipal, vereador e juiz ordinário, deputado provincial. Proprietário de muitas posses e com poder na região,

> a família Oliveira Camacho, pela via do casamento, teve acesso a prestígio local, terras e homens, elementos que frutificaram para as gerações futuras o *status* de nobreza da terra, assim como, através dos laços matrimoniais, configurou-se uma rede, aproximando famílias oriundas de localidades diferentes (CUNHA, 2009, p. 8).

A posse dos diferentes cargos militares deu-se principalmente pelas boas relações com o governador da capitania, João Vieira Tovar e Albuquerque. Camacho era padrinho da filha ilegítima do governador (Carolina Rosa Tovar e Albuquerque) e foi o responsável pela sua criação após o retorno do governador a Portugal, em 1821. A moça, segundo Cunha (2011), casou-se com Crispim Gomes de Oliveira (também afilhado de Camacho). Os Gomes de Oliveira, como foi visto, eram proprietários de terras e de escravos, sendo essa parentela a principal família aliada de Camacho. O historiador ainda ressalta que Crispim e Carolina foram os principais herdeiros do inventário do tenente-coronel Camacho (CUNHA, 2011). Camacho e sua esposa não tiveram filhos, mas apadrinharam muitas crianças e tinham como prática criar expostos (abandonados), garantindo o prestígio e a sua inserção, pelo compadrio, no tecido social. Conforme seu inventário, Camacho produzia farinha de mandioca, açúcar e cachaça, boa parte visando à venda. Para isso, contava no ano de sua morte (1862) com 37 escravos (PIAZZA, 1999).

Uma referência mais próxima da região em estudo é a Fazenda do Luz[6], no Distrito do Saí. Joaquim Gonçalves da Luz, proprietário da fazenda, tinha também uma propriedade perto da fazenda Três Barras, confrontando com a sesmaria de Miguel de Souza Mello e Alvim, em 1822, conforme Vieira (2007). Além de Joaquim Gonçalves da Luz, Antônio José de Silveira e dona Maria Úrsula de Freitas também possuíam terras no Rio das Três Barras, que fazia fundos com uma légua pelo Rio de Urubuquara (VIEIRA, 2007). Joaquim Gonçalves da Luz, de acordo com Cunha (2011), foi juiz de paz em São Francisco entre as décadas de 1830 a 1840, além de

[6] No documento consta a Fazenda do Lux, assim como, por exemplo, a Lagoa de Saguassi, sítio do coronel Vielra e sítio do capitão Aaberto. Possivelmente se trata de erros de grafia.

ter batizado entre 1838 e 1839 e 1844 e 1850 cinco crianças de suas duas escravas (CUNHA, 2011, p. 142). Joaquim Gonçalves da Luz foi pai de José Gonçalves de Moraes Neto, morador do Saí e proprietário ligado à ocorrência Frias 2. Por tal motivo, os dados referentes a essa família e a suas propriedades são abordados no capítulo 3.

2.2 AS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS E OS CATIVOS

> É inútil buscar informações sobre a presença africana entre os escravos de Santa Catarina na historiografia. Graças a Oswaldo Cabral, Walter Piazza e Fernando Henrique Cardoso, a escravidão africana em Santa Catarina é vista como diferente daquela de outras regiões do país, por causa de um supostamente distinto "sentido da colonização" (MAMIGONIAN, 2006, p. 4).

Ainda que a escravidão em Santa Catarina tenha recebido atenção especial nos últimos 20 anos com pesquisas preocupadas em rever a literatura anterior, o sentido de colonização antes usado para descrever a economia catarinense nos séculos XVIII e XIX como subsidiária ou periférica também justificou por muito tempo a inexpressividade do sistema escravista quando comparado àquele das regiões agroexportadoras. De acordo com essa linha de pensamento, o território catarinense não foi explorado para a produção de exportação, mas abrigou escravos predominantemente domésticos e urbanos que serviram como apoio à produção de alimentos para o abastecimento.

Embora o litoral de Santa Catarina não tenha contemplado latifúndios nem grandes escravarias, Mamigonian (2006, p. 5) aponta para a relevância das atividades econômicas que "sustentavam sobre a escravização algo entre um quarto e um terço da população na primeira metade do século XIX". Outro dado questionado é a afirmação generalizante da escravidão tal qual doméstica e urbana, determinada pelas ocupações escravas presentes no censo de 1872. Ou seja, as informações de Cabral (1968), Piazza (1975; 1999) e Cardoso e Ianni (1960) baseiam-se apenas nos últimos anos da escravidão para descrever todo o contexto do século XIX.

A tabela 5 contém o quadro geral da população escrava de Santa Catarina, especialmente no que diz respeito a Desterro, Lages, Laguna e São José,

reproduzida pelo censo de 1872.

Tabela 5 – Quadro geral da população escrava de Santa Catarina quanto às profissões[7]

Profissões	Desterro	Lages	Laguna	São José	Província
Liberal	21	–	2	30	51
Marítimo	34	–	87	1	179
Pescador	24	–	30	–	51
Industrial e comercial	–	–	–	–	–
Costureira	21	30	30	12	265
Manual e mecânica	126	9	47	56	409
Agrícola	–	288	326	253	6.831
Assalariado	99	16	25	7	233
Doméstico	554	199	328	362	3.344
Sem profissão	242	262	175	283	4.261

Fonte: Recenseamento geral do império de 1872 (BRASIL, 1872).

Algumas profissões, todavia, agregaram categorias menores. Os liberais englobavam os religiosos, juristas, médicos, farmacêuticos, parteiros, professores e homens das letras, funcionários públicos e artistas. Os cativos contemplados pela profissão liberal eram, nas paróquias listadas, todos os artistas. Os industriais e comerciais contemplavam os manufatureiros e fabricantes, comerciantes, guarda-livros e caixeiros. As profissões manuais e mecânicas dividiam-se em operários em metais, madeira, tecido, edificações, couro e peles, tinturaria, vestuário, chapéus e calçados, bem como canteiros[8], calafates[9], mineiros e cavouqueiros[10]. Os assalariados eram criados e jornaleiros. Por último, os agrícolas consistiam em lavradores e criadores.

Ao se tratar de dados da capital da Província de Santa Catarina, os números dos últimos anos da escravidão em Desterro foram usados para configurar todo o

---

[7] Na impossibilidade de reproduzir os dados de todas as paróquias de Santa Catarina, na tabela 5 constam apenas as paróquias mais antigas. A última coluna (província) contempla os dados referentes a todas as paróquias com o objetivo de obter o panorama geral, especialmente no que concerne às profissões domésticas e agrícolas. Os dados referentes as paróquias de São Francisco estão em uma tabela individual (tabela 7).

[8] Encarregado de talhar blocos de rocha bruta em formatos geométricos, de modo a permitir a utilização das pedras resultantes na construção de estruturas.

[9] Indivíduo responsável por vedar fendas ou buracos da embarcação.

[10] Aquele que escava pedreiras e minas para retirar pedras.

século XIX e o litoral catarinense. Ao considerar os períodos anteriores, Mamigonian (2006, p. 5) afirma o contrário:

> O núcleo urbano de Desterro era diminuto e, além de centro administrativo e base militar, apenas servia de porto para escoamento da importante produção de farinha de mandioca, açúcar, aguardente e outros produtos das freguesias rurais da ilha e do continente adjacente. Desterro não podia abrigar tantos escravos em funções urbanas. Em uma evidente contradição de interpretação, estes autores, como de resto muitos outros tratando de outras regiões do país, insistiram que a produção de alimentos se voltava para a subsistência e apenas produzia excedentes comercializáveis conforme a flutuação do mercado. Assim, caracterizaram a agricultura como camponesa e de mão de obra familiar, apesar de admitirem a expressiva presença de escravos na população.

Com relação a São Francisco, por sua vez, a historiografia local também relacionou o uso de cativos em espaços urbanos e domésticos decorrente da economia de abastecimento interno:

> A escravidão não se desenvolveu em maior escala, assim como em outras localidades do Estado. As propriedades rurais provenientes da concessão de sesmarias não chegaram a utilizar, na maioria dos casos, um número significativo de escravos. [...] Em São Francisco, [...] a escravidão se evidenciou no espaço urbano, desenhando-lhe uma paisagem característica (THIAGO, 2004, p. 81).

As informações presentes no censo mencionado e em outros documentos, porém, parecem passar despercebidas ou existia antes disso outra interpretação no que diz respeito a ser doméstico, urbano e rural. Dificilmente os cativos desenvolveriam atividades domésticas quando 95% da população total estava ligada às tarefas agrárias (tabela 6):

Tabela 6 – Estrutura ocupacional de São Francisco do Sul em 1805

Faixa etária	Religioso	Escrivão	Mercador e vendeiro	Artesão	Lavrador	Total
11 a 15	–	–	–	–	11	11
16 a 20	–	–	–	–	168	168
21 a 25	–	–	1	1	120	122
26 a 30	1	–	2	7	95	105
31 a 35	–	–	2	1	102	105
36 a 40	1	–	3	4	74	82
41 a 45	1	–	5	3	75	84
46 a 50	–	1	1	1	46	49
51 a 55	–	–	–	4	59	63
56 a 60	–	1	1	1	37	40
61 a 65	1	–	–	1	41	43
66 a 70	–	–	–	2	21	23
71 a 75	–	–	1	1	27	29
76 ou mais	–	–	–	1	23	24
Total	4	2	16	27	899	948

Fonte: CUNHA (2011, p. 140).

A tabela 6 mostra que somente 2% da população geral da vila desenvolvia alguma atividade mercantil. Sobre os cativos, as estatísticas do censo de 1872 chegaram a mesma conclusão, conforme consta da tabela 7:

Tabela 7 – Quadro geral da população escrava em São Francisco quanto às profissões

Profissões	**São Francisco**
Liberal	–
Marítimo	11
Pescador	–
Industrial e comercial	–
Costureira	4
Manual e mecânica	27
Agrícola	586
Assalariado	9
Doméstico	84
Sem profissão	156

Fonte: Recenseamento geral do império de 1872 (BRASIL, 1872).

Reforçando ainda mais essa ideia, têm-se os números reunidos pelo Livro de Fundo de Emancipação de Escravos, criado com o objetivo de classificar os cativos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1873 (SÃO FRANCISCO DO SUL, 1873-1886)[11]. O documento classificou 1.779 escravos, e, destes, 91% estavam empregados na lavoura (plantio de mandioca, engenhos, minifúndios de coivara). O restante foi disposto em categorias como cozinheira (120), carpinteiro (nove), alfaiate (11), pedreiro (18), sapateiro (?), costureira (nove), calafate (três), serviços domésticos (12), falquejador[12] (um), marinheiro (quatro), pescador (um), jornaleiro (25), servente (quatro) e lavadeira (27) – muitos nomes foram repetidos. Fez-se essa classificação de acordo com a matrícula, o nome do escravo, a cor, a idade, o estado civil, a profissão, a aptidão para o trabalho, a quantidade de pessoas da família, a moralidade, o valor, o nome do senhor e as observações (NASCIMENTO, 1979, p. 13).

Semelhantemente aos dados levantados a respeito de Desterro por Mamigonian (2006), o núcleo urbano de São Francisco era muito pequeno, e a vila contava com propriedades rurais sobretudo nos lugares como Laranjeiras, Monte de

---

[11] O fundo reunia a matrícula dos cativos, determinada pela Lei do Ventre Livre, de 1871, e tinha como intenção legalizar a propriedade dos africanos trazidos por contrabando, que, pela Lei de 7 de novembro de 1831, deveriam ser considerados livres. “Para além do reconhecimento oficial e legalização da propriedade para os senhores, foi um passo no fortalecimento da soberania do Estado e na imposição da lei sobre os proprietários de escravos” (MAMIGONIAN, 2011, p. 37).

[12] Ou falqueador. Indivíduo encarregado de desbastar com faca.

Trigo, Porto do Rei, Figueira e Miranda – na ilha – e Glória, Estaleiro, Frias, Barrancos e Cubatão na parte continental[13] (THIAGO, 1938). O centro, naquele momento, configurava-se pela presença de edificações e habitantes ligados aos serviços administrativos e religiosos, ao passo que os demais moradores estavam alocados em suas propriedades rurais como sítios de moradia, onde havia as residências, os engenhos e as roças, no interior da ilha ou ainda no continente.

Outro dado a ser discutido é a propósito do uso de cativos em atividades de abastecimento do mercado interno. Barickman (2003) e Schwartz (2001) indicaram em seus estudos a interdependência entre o setor agroexportador e o de abastecimento. Trata-se do caso do Recôncavo Baiano entre 1780 e 1860, com a produção de tabaco e mandioca, que foi complementar à de açúcar, com estruturas de propriedade fundiária e posse escrava distintas. De acordo com Barickman (2003), os produtores de farinha de mandioca do litoral baiano dificilmente devem ser vistos como agricultores escravistas, mas também não podem ser qualificados tais quais trabalhadores de uma lavoura camponesa. Todo e qualquer indivíduo poderia cultivar mandioca e, em geral, contaria com um número reduzido de escravos e uma propriedade pequena. Portanto, a utilização de poucos escravos não significa que os plantadores de mandioca não estivessem integrados à dinâmica econômica que ligava essa região a outras (BARICKMAN, 2003; SCHWARTZ, 2001).

A quantidade de cativos durante o século XIX na província de Santa Catarina são apresentados por Piazza (1999), que analisou os relatórios de autoridades do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc). Os dados contemplam os anos de 1810 a 1887, conforme tabela 8:

[13] Algumas localidades foram nomeadas ainda no século XIX e mantiveram seus nomes. A pesquisa arqueológica concentra-se em Estaleiro e Frias, ambos no Distrito do Saí.

Tabela 8 – Contexto da escravidão no território catarinense no século XIX

Municípios	Anos							
	1810	1840	1856	1872	1883	1884	1886	1887
Desterro	2.313	4.122	3.778	3.359	2.543	1.319	765	680
Laguna	1.337	1.956	3.684	2.737	2.390	2.875	1.830	1.694
São Francisco	623	1.402	2.736	1.583	1.205	779	527	385
Lages	–	1.000	1.195	2.012	1.522	1.233	1.076	1.064
São José	953	1.300	2.831	2.492	1.953	1.685	1.529	1.364
São Miguel	927	2.480	1.506	1.025	675	438	327	290
Porto Belo	–	–	2.257	–	–	–	–	–
Itajaí	–	–	–	830	692	608	524	456
Tijucas	–	–	–	1.114	950	909	669	508
Joinville	–	–	–	96	89	115	–	102
Tubarão	–	–	–	1.099	687	624	546	474

Fonte: PIAZZA (1999, p. 16).

Os dados apresentados na tabela 8 sobre São Francisco demonstram que, entre 1810 e 1856, houve um rápido e expressivo aumento populacional de 340%. Apesar de contar com um contingente pequeno, a taxa de crescimento é bastante significativa e, muito provavelmente, se explica em decorrência da expansão do mercado da farinha. Este, na virada do século XVIII para o XIX, mostrou a voracidade dos envolvidos no chamado renascimento agrícola (PRADO JUNIOR, 2006). Por mais que os números absolutos de escravos de Santa Catarina sejam singelos se comparados com os do Sudeste, a busca de inserção em um modelo de produção escravista aponta a disposição das elites locais catarinenses em atender à demanda e acumular capitais econômicos, sociais e políticos (CUNHA, 2011). Para tanto, articulavam-se como podiam:

> Os habitantes desta província são em geral robustos, hospitaleiros e econômicos, porém eram pobres porque gastavam o quanto ajuntavam em comprar escravos para os trabalhos rurais, e por isso que alguns eram inclinados a tratarem de demandas que geram entre as famílias inimizades que nunca se acabam (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 478).

2.2.1 Africanos e crioulos em São Francisco do Sul

A literatura catarinense relacionada ao século XX afirma que os documentos oitocentistas registram um número reduzido de africanos nos portos. Assim, o contingente foi definido como crioulo, pois,

> não havendo uma economia destinada a atender o mercado europeu, não surgiu também nenhum grande mercado de escravos. A maior parte dos escravos negros que veio para Santa Catarina, inclusive, já era nascida no Brasil. A esses negros costumava-se chamar crioulos (SANTOS, 1977, p. 65).

Esse termo foi, portanto, adotado para definir aqueles escravos que nasciam em território brasileiro como forma de diferenciá-los dos africanos. Porém Silva (2007) lembra que, ao adotar uma perspectiva relacionada exclusivamente à procedência, "a análise remete para a direção apontada por [...] Soares (2000)*,* de que o termo crioulo era uma designação exclusiva da primeira geração de descendentes de africanos nascidos no Brasil" (SILVA, 2007, p. 8). Logo, a historiadora alerta que, a partir da década de 1870, por exemplo,

> a população escrava de São Francisco do Sul não poderia ser definida como maioria crioula, tratava-se sim de indivíduos que eram descendentes de gerações de escravos que estavam no Brasil há mais tempo. O mais provável é que a ligação desses indivíduos com a África estivesse marcada num período mais distante, tratava-se possivelmente de netos e quem sabe bisnetos de africanos (SILVA, 2007, p. 9).

Em São Francisco do Sul, Silva (2004) estudou a relação entre africanos e crioulos com base nos registros de batismo dos cativos e ingênuos (filhos de escravas nascidos após a Lei do Ventre Livre) do período de 1845 a 1888 e nos inventários das décadas de 1850, 1860 e 1870, especificamente aqueles que apresentaram em seu rol de bens dois ou mais escravos. De acordo com ela,

> os registros de batismos da referida freguesia marcam uma ínfima quantidade de africanos, porém os processos de inventários, principalmente os da década de 1850 revelaram um significativo número de africanos entre os cativos do local. Observou-se ainda que nos inventários as informações eram mais precisas, foi possível identificar quando o avaliador estava se referindo à cor e à procedência do escravo. Era muito comum um mesmo indivíduo ser descrito como crioulo de cor preto ou crioulo de cor pardo, daí entendemos crioulo nesse caso como procedência (SILVA, 2007, p. 1-2).

Uma população africana expressiva e heterogênea foi apresentada nos inventários, conforme tabela 9:

Tabela 9 – Escravos inventariados pela atribuição de procedência nas escravarias com dois ou mais escravos em São Francisco do Sul em números absolutos (1850 a 1879)

Procedência atribuída	**Período**		
	1850 a 1859	1860 a 1869	1870 a 1879
Crioulo	252	267	315
Africano	–	13	31
Benguela	22	12	–
Congo	20	8	–
Nação	23	18	–
Outras	22	13	1
Sem procedência	132	128	36
Total	471	459	383

Fonte: SILVA (2007, p. 2).

Na procedência atribuída, a categoria “outras” incluía, por exemplo, os angola, cabinda, caçange, galinha, gege, inhanbane, manjolo, mina, moçambique, nagô e rebolo. Isso mostra que a composição da população escrava africana contemplava uma variada gama de regiões e culturas daquele continente.

O primeiro período da análise, 1850 a 1859, concentrou o maior número de registros de africanos (87 indivíduos), contabilizados pela soma das procedências (congo, benguela, de nação e outras), pois o termo africano não foi mencionado em nenhum inventário do período. Silva (2004) constatou que o fato pode significar que, para aquele momento, era importante ser mais preciso sobre a origem do cativo ou, talvez, que o próprio escravo tivesse noção exata de suas origens e que referenciá-las fosse uma maneira de marcar seu espaço no grupo. A partir de 1860, o quadro sofreu modificações com o registro de indivíduos na categoria “africanos” e com a posterior ausência de escravos distribuídos entre as procedências (categorias africano, congo, benguela, de nação e outras).

A diminuição do contingente africano, com o tempo, foi reflexo da proibição do tráfico atlântico sobre as escravarias da região. Decorrente de maior controle, os cativos de modo geral passaram a servir o tráfico interno, que forneceu mão de obra

das escravarias da vila para outros centros maiores. Segundo Pedro (1988), as propriedades catarinenses estavam perdendo seus cativos para as lavouras paulistas de café e mesmo a capital, por exemplo, não seguiu a expansão do tráfico atlântico ilegal e das áreas agroexportadoras do Sudeste. Depois desse momento, a chegada de africanos no porto francisquense foi pequena, em função do baixo índice de batismos de adultos ou da pequena quantidade de registros batismais de filhos de escravas, pois dos 1.600 documentos pesquisados nove eram de filhos de africanas (SILVA, 2007). Mesmo que houvesse um aumento, é muito provável que os documentos não tenham feito o registro, considerando a existência da lei.

O termo crioulo também foi relacionado com a atribuição de cor aferida aos escravos. Os documentos batismais não apresentaram nenhuma informação sobre a cor dos escravos. Silva (2007) aponta que, durante o período compreendido entre 1845 e 1859, houve certo descaso dos representantes da Igreja em registrar referência para aquilo que se pode designar como cor dos indivíduos. Ao se aproximar do ano de 1871, o número de registrados como crioulos reduziu-se aos poucos até chegar a desaparecer dos documentos, dando lugar a uma definição mais clara: pardos, pretos, mulatos, fulos e brancos (tabela 10).

Tabela 10 – Distribuição dos batizandos escravos e ingênuos por cor atribuída em São Francisco do Sul em números absolutos (1845 a 1888)

Cor	**Período**				**Total geral**
	1845 a 1849	1850 a 1859	1860 a 1871	1872 a 1888	
Crioulo	178	347	105	–	630
Pardo	74	158	131	245	608
Mulato	–	3	2	–	5
Preto	–	14	3	111	128
Fulo	–	–	–	10	10
Branco	–	–	–	7	7
Sem esp.	10	23	167	4	204
Total	262	545	408	377	1.592

Fonte: SILVA (2007, p. 4).

Isso poderia ser resultado de uma mudança nas relações sociais, que impôs e desenhou novos limites para a posição dos indivíduos diante da hierarquia social (SILVA, 2007).

> Logo após este período [1860] houve uma reestruturação na forma de definir quem era quem na sociedade brasileira. Então, entende-se que, até meados de 1860, a cor servia como forma de legitimar a posição social das pessoas, indicando qual era a condição de cada indivíduo na hierarquia social (SILVA, 2007, p. 5).

A diferenciação social também se dava por outros critérios, como o fato de ser livre ou escravo, o que comunicava a hierarquia e a legitimação social, bem como ser crioulo ou africano, condição que poderia estar mais associada à procedência e posição social do indivíduo do que à cor de pele. Ao definir esse atributo aos africanos e a seus descendentes, ia-se além da distinção de crioulos e africanos. Criava-se, por conseguinte, outros termos (fulo, branco) para redefinir posições sociais no mundo dos escravos e consequentemente na relação deles com o mundo dos pretos libertos e livres e dos brancos não possuidores de escravos.

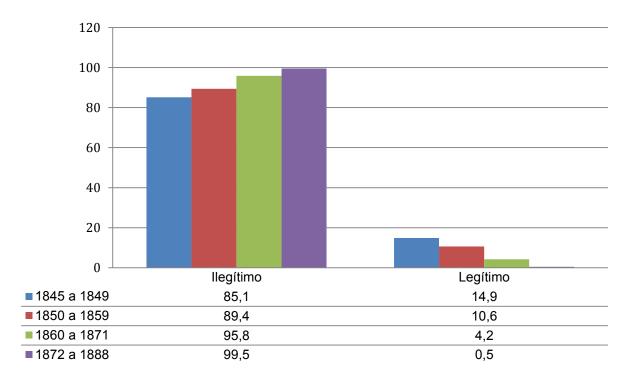
No tocante à categoria “branco”, Silva (2007) afirma que, muito mais que um engano do vigário ou ainda que fosse um indicador de mestiçagem, as mudanças nos critérios de atribuição de cor foram mais uma estratégia de garantir e demarcar posição na sociedade do que de distinguir a cor da pele dos indivíduos (MATTOS, 1995). Essa atribuição, portanto, passou a ganhar significado como atributo de distinção social a partir dos anos de 1860 e por isso tornou-se constante nas anotações dos avaliadores.

Nesse mesmo sentido, Libby (2010) estudou as representações identitárias em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX com base em inventários, documentos cartoriais e no rol dos confessados. O historiador teve acesso ao registro das “qualidades” das pessoas dadas como crioulo, cabra, pardo etc. e concluiu que tais representações poderiam ser mais indicativas de posição social e menos de identificação racial. Ele garante que algumas famílias, em registros de anos diferentes, mudavam de cor, passando de “incolores” para “colores” ou vice-versa (LIBBY, 2010). As variações apresentadas nas documentações refletem especialmente as transformações que a sociedade sofria no que diz respeito aos critérios de diferenciação social, mesmo esses termos tendo se tornado significativos para limitar ou ampliar as fronteiras sociais dos escravos e de seus descendentes. Em São Francisco do Sul, foi importante atribuir a princípio a procedência dos grupos diferenciando crioulos de africanos, e, mais tarde, a consideração centrou-se na definição de cor.

2.2.2 As famílias, as escravarias e as habitações escravas

As famílias escravas francisquenses possuíam uma gama variada de organizações familiares e poderiam ser, com base na análise dos registros batismais e inventários, legítimas, quando abençoadas pela Igreja, ou formadas mediante uniões ilegítimas (SILVA, 2004). Havia ainda as famílias matrifocais (quando centradas na mãe), mas essas formações foram consideradas ilegítimas por Silva (2004), uma vez que a historiadora não conseguiu afirmar com segurança quando se tratava de uma família matrifocal ou de uma união consensual. Os dados sobre a ilegitimidade das famílias escravas em São Francisco do Sul podem ser observados no gráfico 1, que apresentou menor índice nos anos compreendidos entre 1845 e 1849 e maior no último período estudado por Silva (2004), de 1872 a 1888.

Gráfico 1 – Índice de ilegitimidade dos batizandos de São Francisco do Sul (%) (1845 a 1888)

	Ilegítimo	Legítimo
1845 a 1849	85,1	14,9
1850 a 1859	89,4	10,6
1860 a 1871	95,8	4,2
1872 a 1888	99,5	0,5

Fonte: SILVA (2004, p. 54).

Os arranjos familiares foram marcados pela ilegitimidade tanto nos documentos batismais como nos inventariais, sofrendo variações nos seus registros.

Os processos inventariais da década de 1850, por exemplo, tinham como número total 487 cativos. Destes, apenas seis foram descritos como casados, sem ser mencionada qualquer informação a respeito da presença ou não de filhos (SILVA, 2004). No período seguinte, a mesma situação aconteceu. Silva (2004) conseguiu mais informações somente ao cruzar esses dados com os registros batismais:

> O viúvo Firmino [...], pelos registros de batismo, foi casado com Idalina e tiveram no mínimo três filhos. No processo de inventário do senhor Gonsalo José Machado, feito em 1867, que era proprietário de Firmino, os avaliadores descreveram sobre suas relações familiares apenas um dado, que era viúvo. Quando se olha para os registros de batismo, lá está o casal Firmino e Idalina batizando seus filhos [...]. Os três meninos aparecem descritos no rol dos bens do senhor Gonsalo José Machado, mas os avaliadores nada declararam sobre sua ligação de parentesco com Firmino, apesar de se tratarem de escravos ainda crianças (SILVA, 2004, p. 57).

A pequena menção da família cativa nos inventários, inicialmente, estaria ligada à falta de preocupação dos avaliadores em anotar detalhes acerca dos escravos e à inexistência de relações legítimas. Outro dado importante que inferiu nas famílias foi a existência da lei de 1869, que assegurava a continuidade dos arranjos na hora da compra e venda, demonstrando que a formação de parentesco podia significar vantagens e direitos ao cativo (SILVA, 2004). Isso não significou que esses laços não foram afetados por essas transações, pois ainda dependiam da situação do senhor. Os arranjos familiares não se limitavam apenas aos parentes consanguíneos, no caso dos filhos, mas pelo batismo destes, com o qual os escravos tinham a oportunidade de construir relações de parentesco, como o compadrio. Essas relações fortaleciam os arranjos e a estrutura da comunidade cativa, considerando que as redes de relacionamento, em muitos momentos, eram estratégicas para se garantir os vínculos comunitários.

As formações familiares não apresentavam arranjos muito complexos na região, que, por sua vez, se caracterizou pela composição de pequenas propriedades, pois a produção de farinha de mandioca não permitia ou não demandava a disseminação de grandes áreas como o Sudeste. Desse modo, parece ter sido mais comum no município a posse de pequenas escravarias (gráfico 2), tornando a propriedade escrava bastante pulverizada no interior da comunidade.

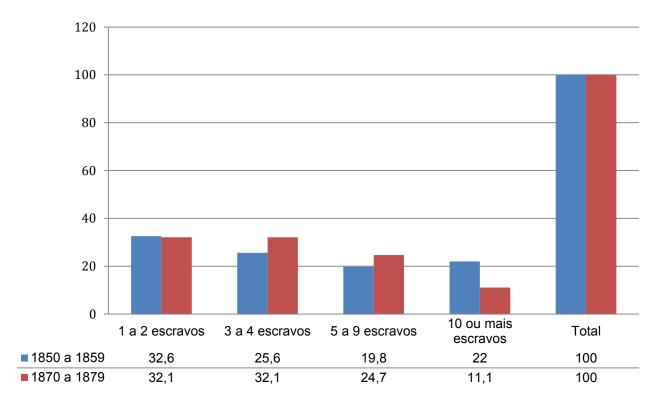



Gráfico 2 – Distribuição dos inventários *post mortem* e faixas de tamanho das escravarias de São Francisco do Sul (%) (1850 a 1879)

	1 a 2 escravos	3 a 4 escravos	5 a 9 escravos	10 ou mais escravos	Total
1850 a 1859	32,6	25,6	19,8	22	100
1870 a 1879	32,1	32,1	24,7	11,1	100

Fonte: SILVA (2004, p. 30).

A estrutura de posse de escravos da segunda metade do século XIX, levando-se em conta os dados levantados por Silva (2004), foi composta de escravarias ainda menores se comparadas às da primeira metade do século. Dos 81 inventários levantados pela autora para a década de 1870, apenas nove deles possuíam escravaria superior a 10 cativos. Já nos anos de 1850, de um conjunto de 86 inventários, 19 tinham mais de 10 cativos (SILVA, 2004, p. 117). Destacam-se entre esses “grandes” proprietários, por exemplo, as famílias citadas no início do capítulo que agregaram um número superior de escravos (32 e 37). Porém cabe ressaltar que esses mesmos senhores eram donos de propriedades em diferentes municípios da Baía Babitonga, sendo suas escravarias bastante dispersas. Tanto entre 1850 e 1859 quanto de 1870 a 1879 foi possível perceber que a maioria das escravarias foi constituída por menos de cinco cativos, considerando que os próprios sistemas familiares também eram pequenos.

Apesar de manter uma quantidade pequena, a posse de escravos era um elemento de visualização de riqueza e poder e, ao assegurar a propriedade, o

senhor não viabilizava apenas mão de obra para a produção da sua farinha, mas também *status* e distinção. Desse modo, além do ganho com a produtividade, ter uma pequena propriedade também gerava ganhos sociais.

Em meio a esse cenário, faz-se importante discutir a influência de Freyre (2006) na historiografia quando problematiza a casa-grande como um espaço de encontro das estruturas familiares que moldaram a sociedade no período colonial e em parte do século XIX. A ideia tradicional da casa-grande de Freyre não foi a realidade de muitas freguesias brasileiras. A partir da década de 1960, estudos sobre a família mostraram que os fogos (unidades domésticas) habitados por famílias extensas e complexas não eram a maioria no Sudeste.

Por meio do censo nominativo de 1835 do Recôncavo Baiano, por exemplo, Barickman (2003) fez uma análise sobre a constituição dos fogos. O autor mostrou uma estrutura nuclear com modestos tamanhos (entre cinco e oito indivíduos, a maioria referente à esposa e aos filhos) chefiada por indivíduos solitários; mulheres e mães solitárias chefiavam uma parcela dos fogos. Também foram maioria os fogos que pertenciam a lavradores com menos de 15 cativos que, ao serem excluídos, diminuíram consideravelmente a unidade, não incluindo, via de regra, parentes, agregados e outros dependentes livres. A pesquisa garante que 60% das unidades tinham esse sistema e que metade delas chegou a não ter nenhum doméstico ou dependente livre de outro tipo (BARICKMAN, 2003, p. 110), sendo o contingente livre, portanto, o chefe e a sua família imediata.

As significâncias dos termos usados pelos censos do século XIX também são importantes para essa investigação, uma vez que as representações mudam com o tempo. O fogo, por exemplo, não pode ser tomado como sinônimo daquilo que os inquéritos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chamam de domicílio.

> Os recenseadores do período colonial e das primeiras décadas do século XIX não definiam o fogo exclusiva ou principalmente como um espaço físico de moradia em que todos os membros do grupo doméstico dormiam sob o mesmo teto (BARICKMAN, 2003, p. 116).

Os escravos, por exemplo, com exceção dos que trabalhavam como empregados no serviço da casa, não dormiam na casa-grande (ou casa de morar, de acordo com os inventários). Esta, segundo Barickman (2003), era ocupada pelo

proprietário do engenho ou pelo lavrador, por seus familiares e por todos ou quase todos os demais moradores livres do fogo. Os demais escravos dormiam em senzalas, que às vezes consistiam em longas “carreiras”, com divisões internas para diferentes grupos de cativos. Na região estudada por Barickman (2003) parecem ter sido mais comuns as senzalas compostas por pequenas choupanas ou cabanas que, conforme os inventários, abrigavam de dois a cinco escravos. Para os recenseadores antigos, no entanto, uma senzala, mesmo que servisse de moradia para um casal de escravos e seus filhos, não podia constituir fogo independente. As senzalas e a “casa de morar” formavam uma só unidade doméstica: um único fogo sob a autoridade de um chefe escravista. O fogo também poderia ser definido como “casa”, ou “família”, e esta última, por sua vez, em uma acepção mais ampla significava “parentes e aliados”.

A prática de contabilizar os escravos como membros dos fogos de seus senhores era, assim, muito mais do que uma simples convenção censitária. Refletia, para Barickman (2003), uma concepção patriarcalista de fogo e família que permeava a sociedade brasileira da época, em que os escravos integravam, em uma hierarquia, a família e o fogo de seus senhores.

Outro termo importante relaciona-se ao doméstico. Embora seja provável que alguns ajudassem no serviço da casa, ele não deve ser compreendido como o equivalente de empregado doméstico (no sentido atual da expressão). Antes, doméstico servia, pelo menos localmente, como sinônimo de agregado ou era próximo a ele. Os recenseadores baianos utilizaram tanto doméstico como agregado – aparentemente sem fazer grandes distinções entre os dois vocábulos – a fim de designar um indivíduo livre que tinha sido incorporado de alguma maneira a um fogo e que vivia, assim, sob a autoridade doméstica do chefe do fogo. Portanto, os domésticos podem ser equivalentes de agregados domésticos, em contraste com o agregado, que vivia de favor em terras alheias, mas que tinha fogo próprio, tal qual um morador de favor.

Essa discussão é pertinente uma vez que, ao problematizar as habitações escravas, as questões que vêm sendo colocadas pela historiografia estão ligadas às famílias e a seus arranjos nas escravarias. Slenes (2011) pontua a existência de benefícios emocionais e psicológicos que a família teria conferido aos escravos e que essas relações devem ser averiguadas com a vida material e cultural desses indivíduos.

Logo, a relação da família e a habitação suscitam alguns questionamentos: as senzalas eram barracões sem espaços separados para as famílias? Eram pavilhões de grandes dimensões com algumas áreas reservadas às famílias, ou casinhas familiares? Por outro lado, muito dessa investigação encaminha-se de maneira que somente se ajusta em áreas de grandes escravarias. Isto é, faz sentido perguntar se havia grandes barracões ou pavilhões quando se está falando de grandes escravarias, o que não era o caso de São Francisco do Sul. Avaliar a existência de senzalas e seus aspectos construtivos ou mesmo organizacionais no município e no que diz respeito à Baía Babitonga é uma ação bastante complexa, visto que a própria historiografia regional não compreende muitas informações. Considerando a importância dessa discussão sobretudo no tratamento da cultura material escrava, fez-se apenas algumas reflexões a propósito dessas habitações com base em documentos isolados, mas que trouxeram alguns indícios.

Quanto às construções catarinenses, Broos (2002) fez uma averiguação das tipologias das casas empregadas no litoral de Santa Catarina levando em consideração as principais vilas estabelecidas na região no século XVII (São Francisco do Sul, Laguna e Florianópolis e suas respectivas freguesias), estabelecidas por vicentistas, açorianos e madeirenses. A arquitetura da zona litorânea compreendeu uma unidade homogênea de formas e, segundo Broos (2002), correspondia a duas tipologias no setor das construções residenciais: a casa térrea da época colonial, uma casa pequena de uma porta e uma ou duas janelas; e o sobrado da época da independência, casa de dois andares, em geral em três eixos (BROOS, 2002, p. 31). Ao comentar os dados históricos da ocupação dessa região, Broos (2002, p. 53) declara:

> Não eram conhecidos os latifúndios, nem a sociedade colonial com o seu senhor, escravaria e agregados. A produção em grande escala faltava, faltava o ouro e, em consequência, o escravo em maior número, e poucas eram as casas com senzalas.

Cabe destacar na fala do autor a afirmação relacionada às senzalas. Mesmo não se tratando desse aspecto antes, Broos (2002) deve estar abordando o conjunto urbano onde os espaços poderiam ser compartilhados, ou ainda uma tipologia de senzala semelhante às empregadas no Sudeste. As primeiras habitações, antes mesmo do surgimento da casa térrea, por exemplo, utilizavam materiais próprios do

local e formavam ranchos de pau a pique e telhados cobertos de palha para depois se transformarem em casas de pau a pique cobertas por telhas (BROOS, 2002). Essa uniformidade construtiva também estaria ligada à uniformidade social:

> O senhor de engenho, como também o capitão-mor, não obstante a sua posição de destaque social, em nada influíram sobre o tipo vigente de construção daquela época. Embora fossem mais afortunados, não tinham o modo de viver diferente, fosse na sociedade, fosse na construção da sua própria residência, a qual se assemelhava ordinariamente ao tipo comum. O tipo comum representa uma construção de pedra e cal, ou pau-a-pique, coberta de telhas capa canal, com duas até quatro braças de largura (BROOS, 2002, p. 62).

Em São Francisco do Sul, o autor aponta o predomínio das casas térreas, ao menos na composição urbana, com a exatidão das paredes maciças de pedra, e ainda o aparecimento das chácaras fora da cidade, sobretudo por aqueles mais afortunados, que mantinham também suas habitações no centro. “A zona das chácaras, no final do século XIX, passou a ser a zona residencial da nova classe economicamente dominante de nossos dias” (BROOS, 2002, p. 89).

Mesmo com o emprego de materiais mais sólidos como tijolos e rochas, as formas mais primitivas de construção conservaram-se, entretanto, mais afastadas das casas térreas ou ainda dos sobrados. Essa tipologia, construída com pau a pique, pareceu ser recorrente também nas habitações escravas, considerando que as famílias eram congregadas por poucos membros e os recursos dispostos pelos proprietários para a construção de grandes estruturas de pedra não eram, em sua maioria, significativos.

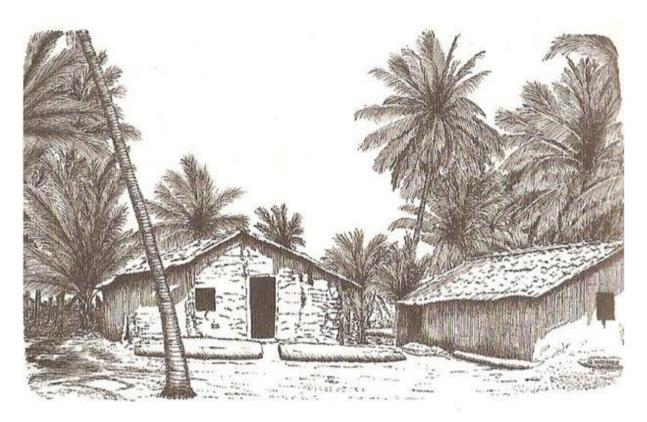
Ao rever os inventários da vila, documentos que fazem alusão aos imóveis dos indivíduos, o termo senzala não foi identificado, suposição confirmada por Nascimento (s.n.t), que estuda esses documentos há, pelo menos, 30 anos. Tentando levantar hipóteses a respeito, têm-se as casas menores construídas com materiais mais simples para as famílias escravas ou os anexos às habitações dos senhores para pequenos membros da propriedade. Para auxiliar o debate, uma pequena série de fotografias encontrada no AHJ e no IHGSC apresenta as tipologias de habitações de famílias negras, no início do século XX (figuras 15, 17, 18 e 19). Para essa análise, contou-se com as contribuições do arquiteto Weimer (2012), do historiador Slenes (2011), dos arqueólogos Symanski e Zanettini (2010) e de Carvalho (2012).

Figura 15 – Habitação negra na Baía Babitonga no século XX

Fonte: Acervo do AHJ (JOINVILLE, s.d.).

Em sua obra, o arquiteto Weimer (2012) traz as tipologias e os materiais construtivos populares referentes aos diferentes grupos étnicos africanos e, para a análise, selecionou as construções dos bantos e sudaneses, considerando os centros mais importantes de emigração para o Brasil Angola, Guiné e Contra Costa (Moçambique). A população angolana e moçambicana foi investigada em conjunto por fazerem parte da cultura banta. De maneira geral, a arquitetura banta e sudanesa congregou habitações com paredes de pau a pique com vedação que variava entre palha e taipa de mão, que podia ser colocada apenas de um lado ou de ambos, de barro amassado puro ou misturado (figura 16). A cobertura possuía vedação feita por folhas de palmeiras ou por algumas cascas de árvores, e o piso era apiloado. Em regiões de muitas chuvas e umidade, construíam-se plataformas com altura de um ou dois degraus. As aberturas eram de madeira ou bambu, fechadas com engenhosas fechaduras de madeira. No Brasil, afirma Weimer (2012),

somente foram encontradas casas de planta quadrada ou retangular.

Figura 16 – Casa de taipa, Prainha, no Ceará

Fonte: WEIMER (2012, p. 146).

Apesar do conhecimento das nações emigradas para São Francisco do Sul, é inviável afirmar que as técnicas construtivas citadas foram elaboradas apenas para os grupos escravos, especialmente porque essas tipologias foram também recorrentes em habitações de trabalhadores livres e, como visto antes, de senhores e lavradores. A discussão da Weimer (2012), construída com base em um olhar arquitetônico, serviu na tentativa de relacionar as pouquíssimas imagens que a região dispõe sobre as habitações afrodescendentes do início do século passado. Construídas com materiais locais de forma muito simples, chama a atenção que nenhuma moradia parece ter habitações anexas, talvez por serem moradias familiares que, pelo tamanho, poderiam congregar um arranjo entre três e quatro indivíduos. Mesmo tratando-se de grupos livres e, portanto, do período novecentista, muito provavelmente as tipologias das habitações mantiveram suas formas, havendo somente o deslocamento das construções.

Seguindo essa linha de pensamento, Slenes (2011) contribui ao escrever

sobre as similaridades entre as habitações de cativos brasileiros e as construções africanas, pontuando elementos como o fluxo contínuo desses indivíduos até 1850 e a presença de valores culturais africanos, mesmo em período posterior à abolição. O historiador ainda apresenta um número significativo de descrições dessas moradias presentes na literatura de viajantes que percorreram fazendas em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro ao longo do século XIX com contingentes escravos distintos.

Essas construções poderiam ser classificadas como o tipo “pavilhão”, “barracões” ou “cabanas”, estando divididas, de modo muito nítido, entre cativos casados e solteiros. Os pavilhões, em geral, com paredes de terra, sem janelas e cobertos de palha, eram “compridos, com andar térreo apenas, separados em cubículos [...]. Os casados, juntos num cubículo, os solteiros dois ou três em cada peça, os homens separados das mulheres” (BURMEISTER, 1952 *apud* SLENES, 2011, p. 158). As cabanas, ocupadas especialmente pelos casais, “localizavam[-se] juntas, separadas das moradias dos solteiros” (GRAHAM, 1956 *apud* SLENES, 2011, p. 161).

Os olhares que se voltaram para a região da Babitonga registraram também essas características – habitações pequenas do tipo cabana, elaboradas com barro e palha, sem janelas –, evidenciando que esses elementos se fizeram presentes também em fazendas francisquenses (figuras 15, 17, 18 e 19).

A figura 17, como as encontradas mais adiante, também apresenta elementos passíveis para discussão acerca do uso do entorno (limpeza dos quintais e manutenção de hortas nos fundos), mas isso é levantado mais à frente. As cabanas e casebres separados foram retratados por Rugendas (1979), cuja imagem está no começo deste trabalho (figura 5), mas Slenes (2011) sublinha que o viajante notou que, nas propriedades menores, onde o cultivo abrangia gêneros como a mandioca, o milho, o feijão ou o algodão, as construções eram formadas apenas por choupanas, e parece assim terem sido as habitações negras em São Francisco do Sul.

Figura 17 – Habitação e família afrodescendente na Baía Babitonga do século XX

Fonte: Acervo do AHJ (JOINVILLE, s.d.).

Outros viajantes ainda descrevem fazendas que contemplavam escravarias com 100 ou 70 cativos com moradias do tipo "cabana" ou "choupana" de barro ou pau a pique com cobertura de palha ou telha (figura 18), contrariando a ideia da existência de grandes pavilhões construídos em pedras. A separação entre casados e solteiros ainda confere domínio sobre o espaço da casa, pois

> casar-se – mesmo sem o ritual da Igreja [...] – conferia acesso a um espaço construído próprio, seja um cubículo num barracão/pavilhão, seja um barraco separado. [...] Além disso, e mais importante, era uma habitação dividida com um parceiro de *vida*, não apenas de roça. Enfim, casar-se frequentemente implicava para os escravos mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos (SLENES, 2011, p. 167).

Figura 18 – Habitação negra na Baía Babitonga do século XX

Fonte: Acervo do AHJ (JOINVILLE, s.d.).

A autonomia a respeito do espaço construído relaciona-se com elementos culturais herdados. Slenes (2011, p. 171) comenta:

> Algumas dessas semelhanças entre as choupanas dos escravos e os padrões das construções africanas podem ter refletido, em primeira instância, os limites de tempo, de material e de desenho arquitetônico impostos pelos senhores, não as decisões dos cativos. [...] Contudo, a imposição teria coincidido com as preferências iniciais dos escravos, ou pelo menos com as preferências iniciais dos cativos africanos. [...] Da mesma forma, eles e seus companheiros crioulos provavelmente imprimiram suas marcas nas senzalas, naquilo que não estava sujeito a limites ou padrões alheios.

O modo de dispor os cômodos das habitações brasileiras, bem como as matérias-primas empregadas, não foi totalmente desconhecido dos cativos, considerando-se as semelhanças entre algumas imposições dos senhores e as heranças africanas, além da possibilidade de alguns poderem decidir sobre aspectos de suas moradias (SLENES, 2011). Outro dado importante constitui o uso dos espaços internos e externos das habitações, que, de acordo com o historiador, não teriam mudado na passagem do continente africano para o Brasil. O habitar

contemplaria não somente a estrutura ou o espaço em que esses indivíduos dormiam ou realizavam outras práticas, mas todo o entorno, e era nesse ambiente externo que as atividades familiares se realizavam.

Figura 19 – Habitação afrodescendente no interior da ilha de São Francisco do Sul no século XX

Fonte: Acervo do IHGSC (SANTA CATARINA, s.d.).

O uso do entorno e os seus elementos são pontuados por Symanski e Zanettini (2010), que analisaram uma comunidade afrobrasileira que ocupou, durante o século XVIII, o Vale do Guaporé, no Mato Grosso e em Rondônia. Esses grupos teriam um tratamento e um cuidado com os quintais das casas similares aos das populações tradicionais da África Subsaariana, dos Estados Unidos e do Caribe dos séculos XVIII e XIX. De acordo com os arqueólogos,

> os quintais das casas atendem a uma diversidade de funções, operando como extensões das cozinhas, como locais de atividades domésticas, de cultivo de hortas e árvores frutíferas, e de criação de animais. Esses espaços são ainda utilizados para recreação e sociabilidade, com pessoas vivendo fora e em volta de suas casas tanto quanto dentro das mesmas [...]. Os quintais são mantidos limpos através de frequentes varreduras, sendo embelezados com flores e plantas ornamentais diversas (SYMANSKI; ZANETTINI, 2010, p. 112).

Nesse sentido, dois novos elementos são importantes nesta análise: o emprego de plantas em volta das moradias, como o sisal, popularmente conhecido por piteira, e a manutenção do quintal limpo com as varreduras, que estão carregadas de conteúdo espiritual e social, ação similar à da África Central entre os bakongo (SYMANSKI; ZANETTINI, 2010) (figura 20). Ao varrer os quintais, os grupos estariam limpando os espíritos indesejáveis, purificando os espaços. Essa prática foi identificada também por Carvalho (2012).

Outro aspecto discutido pelos autores foi a presença de refugo (lixeira), verificado em uma comunidade do Alto Guarapé e encontrado no Oeste da África, em países como Sierra Leone, além de sítios norte-americanos e caribenhos. A argila retirada do local estaria ligada à construção de casas de pau a pique, deixando os buracos para a deposição do lixo, prática apontada também na Chapada dos Guimarães (SYMANSKI; SOUZA, 2007), mostrando as atividades de descarte de refugo de africanos na diáspora em sítios ocupados até a contemporaneidade, como foi o caso do Alto Guaporé. As construções afrobrasileiras dessa região (figura 20), identificadas pelos arqueólogos, apresentam similaridades construtivas das habitações da Baía Babitonga, amplamente debatidas aqui (figuras 15, 17,18 e 19).

Figura 20 – Casas de afrobrasileiros das comunidades do Vale do Alto Guaporé

1.

2.

3.

Fonte: SYMANSKI; ZANETTINI (2010, p. 113).

O uso de plantas nos quintais de habitações africanas e afrodescendentes foi discutido sobretudo por Carvalho (2012), que estudou a comunidade quilombola Boqueirão, em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso. Paralelamente, a arqueóloga também analisou cinco terreiros de cultos afrobrasileiros em São Paulo e Cuiabá, concluindo que algumas árvores e plantas desses espaços têm significado simbólico correspondente ao modo de pensamento das comunidades averiguadas (o quilombo e os terreiros). As plantas associadas, mais uma vez, à proteção de energias negativas, tal qual a espada-de-são-jorge, comigo-ninguém-pode, dracena ou peregum, eram colocadas em pontos estratégicos, como em vasos na parte frontal das habitações ou nos quintais, nos fundos ou na frente das construções.

Além das plantas, fez-se presente ainda árvores como mangueiras, além da manutenção de pequenas hortas. A arqueóloga, em campo, observou que em rituais e cortejos havia a utilização dessas plantas, de troncos e de folhas de palmeiras nas construções das habitações e ainda a prática de varrer as áreas em situações como

por exemplo, enterros, acreditando assim que estariam dispensando maus elementos (CARVALHO, 2012).

As referências escritas a respeito desses elementos na região da Baía Babitonga remetem ao estudo de Cunha (2008), que apontou pequenos trechos mostrando as condições das habitações negras. Uma parte dessas famílias instalou-se no centro da cidade de Joinville e, segundo o jornalista alemão Gernhard, que observou famílias negras e luso-brasileiras que moravam próximas ao porto e nas ruas adjacentes, entre as habitações lusas e alemãs e em casas comerciais, "vê-se aqui e acolá, sobretudo nas casas mais velhas, famílias negras felizes da vida" (GERNHARD, 1901 *apud* CUNHA, 2008, p. 118). Ainda no mesmo trabalho, Cunha (2008, p. 111) cita um relato do emigrante Christian Herrmann, ainda em 1851:

> Os moradores são em parte negros, em parte pardos e usam geralmente, ao menos as criadas, vestes brancas. Eu entrei em uma casa habitada por negros para ver como se parecia; estava tudo limpo, porém simples; uma velha cozinhava o almoço e fumava seu pequeno cachimbo...

A simplicidade das casas negras, construídas com materiais perenes, dificulta o registro dos estudos recentes, e as documentações elaboradas em períodos anteriores quanto a esse assunto não são expressivas. Vale ressaltar que as fontes citadas por Cunha (2008) em grande parte foram escritas em língua estrangeira, especialmente em alemão, outro ponto que dificulta a pesquisa. Para tentar contribuir de alguma forma nesse aspecto, a busca por remanescentes dessas habitações, sejam elas feitas de pau a pique, taipa e palha ou de rocha, integraram as atividades arqueológicas desenvolvidas em São Francisco do Sul, e a discussão a esse respeito está no decorrer do capítulo 3.

As imagens suscitam também questões relacionadas ao entorno, ou seja, as habitações são acompanhadas de quintais limpos com algumas árvores ou ainda hortas (figura 17, 18 e 19). Mas não foi possível fazer a identificação de campo, como de plantas ou lixeiras ligadas aos cativos das propriedades estudadas. Por outro lado, ao rever as pesquisas que abordam questões com base em contextos escravistas e períodos posteriores, sugere-se que tais práticas, representadas nas imagens do início do século XX em São Francisco do Sul, permaneceram, evidenciando a similaridade com outros lugares brasileiros e também com espaços africanos.

3 VESTÍGIOS DA ESCRAVIDÃO NAS FAZENDAS

Na impossibilidade de investigar todos os remanescentes ligados às antigas fazendas da vila de São Francisco do Sul, esta pesquisa optou por averiguar o “outro lado” da Baía Babitonga, o Distrito do Saí. Como citado inicialmente, a escolha por analisar a parte continental considerou a existência dos estudos históricos e culturais referentes a essa porção do município e ainda a preservação de estruturas antigas na paisagem decorrente dos poucos processos urbanos e industriais. A parte continental, hoje em dia, é composta das localidades da Vila da Glória, da Praia Alvarenga, da Praia Bonita, de Estaleiro, de Frias, de Ramos, de Torno dos Pintos, de Caeté, de Lamin e de Saí Mirim.

Entre as ocorrências registradas por Alves e Bandeira (no prelo) na porção continental, em um trabalho supramencionado, se fazem presentes dez estruturas classificadas em categorias funcionais, conforme tabela 11.

Tabela 11 – Ocorrências históricas de horizonte luso-brasileiro no Distrito do Saí, em São Francisco do Sul

Categorias funcionais	Frias
Doméstica	4
Doméstica + produção associada + coletiva	3
Produção	2
Coletiva	–
Abastecimento	1
Comunicação	–
Total	10

Fonte: ALVES; BANDEIRA (no prelo).

As propriedades escolhidas para a análise estão situadas em Frias e em Estaleiro e foram identificadas pelos nomes dessas localidades e por um número: ocorrências Frias 1 (OF-1), Frias 2 (OF-2) e Estaleiro 1 (OE-1) (figura 21). As duas primeiras, pertencentes a Frias, são estruturas domésticas com produção associada, incluídas na segunda categoria de Alves e Bandeira (no prelo) (tabela 11). A ocorrência Estaleiro 1 enquadrar-se-ia na categoria doméstica com produção

associada e coletiva, porém ela não foi mencionada no mapeamento por não estar registrada em nenhum dos documentos levantados pelas arqueólogas.

A escolha pelas ocorrências Frias 1 e 2 e Estaleiro 1 considerou um prévio levantamento de informações orais com a população local acerca das antigas estruturas cujos remanescentes arqueológicos se conservaram. A tabela 12 apresenta uma síntese de informações referente a cada ocorrência. Destaca-se que os materiais arqueológicos de Estaleiro 1 são provenientes de escavação já realizada.

Tabela 12 – Ocorrências arqueológicas do Distrito do Saí, em São Francisco do Sul

Ocorrência	Tipo	Descrição	Cultura material
Frias 1	Unicomponencial (histórico)	Conjunto histórico composto de remanescentes de três antigas unidades residenciais e produtivas.	Remanescentes de construção de alvenaria.
Frias 2	Unicomponencial (histórico)	Conjunto histórico composto de uma unidade residencial preservada e de remanescentes de uma antiga unidade produtiva.	Remanescentes de construção de alvenaria.
Estaleiro 1	Multicomponencial (histórico)	Conjunto histórico composto de uma unidade residencial preservada e de remanescentes de três antigas unidades produtivas.	Remanescentes de construção de alvenaria e de cerâmica, de louça, de vidro, de metal, de material orgânico e material construtivo.

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

Figura 21 – Mapa de indicação das ocorrências do Distrito do Saí, em São Francisco do Sul

Fonte: Centro de Cartografia Digital e Sistema de Informação Cartográfica (UNIVILLE, 2012).

A parte continental da vila acompanhou a ocupação da ilha, entretanto somente em 1850 o Saí tornou-se freguesia, perdurando até 1874, quando passou a fazer parte da freguesia Nossa Senhora da Graça (ilha). Dados sobre esse período podem ser encontrados nos diversos discursos dos presidentes da Província de Santa Catarina. Tais documentos abordavam São Francisco como um todo ou em suas freguesias. Tratando-se de um período curto de vigência (24 anos), procurou-se focar os registros que destacavam especificamente a Freguesia de Nossa Senhora do Sahy (1850 a 1874). Em 1857, havia no Saí 1.605 habitantes, entre livres, nacionais e estrangeiros e escravos, como pode ser visto na tabela 13:

Tabela 13 – Informações sobre a freguesia de Nossa Senhora do Sahy em 1857

Categorias		Números
Livres	Nacionais	1.234
	Estrangeiros	43
Escravos	–	328

Fonte: SANTA CATARINA (1857).

Os estrangeiros dessa região muito provavelmente eram franceses advindos da instalação da colônia conhecida como República do Saí ou Falanstério do Saí, datada de 1842. A colônia fixou-se em terras cedidas pelo coronel Francisco de Oliveira Camacho, um grande proprietário de escravos, que transferiu os direitos de posse com o objetivo de vê-las povoadas e cultivadas (BOITEUX, 1944). A experiência fracassou diante de diversos motivos: má assistência na chegada dos trabalhadores, falta de alimentos e outras ordens, estradas em más condições e problemas como as temperaturas altas e a presença de insetos e outros bichos. Segundo Guttler (2001), houve ainda uma tentativa de reavivar a colonização por mais tempo, porém a evasão continuou e, em fins de 1844, havia na região cerca de 24 franceses. Com o término da experiência, os colonos que permaneceram, apesar das dificuldades em virtude do número reduzido de membros, dedicaram-se às atividades econômicas de subsistência e iniciaram um intercâmbio econômico com os moradores locais.

Dando continuidade à análise, na década seguinte, em 1866, a Secretaria de Polícia apresentou ao governo a relação da população catarinense de acordo com as freguesias que compunham a província. Sobre o Saí, têm-se as seguintes informações (tabela 14):

Tabela 14 – Informações acerca da freguesia de Nossa Senhora do Sahy em 1866

Categorias	Números
Nacionais	1.353
Estrangeiros	52
Católicos	1.405
Diversos cultos	–
Solteiros	993
Casados	359
Viúvos	53
Empregados públicos	4
Comerciantes	11
Proprietários	–
Artistas	30
Lavradores	1.400
Brancos	1.019
Pardos	153
Pretos	203
Livres	1.167
Escravos	238
Fogos	272
Casas	263

Fonte: SANTA CATARINA (1867).

Conforme as tabelas 13 e 14, entre 1857 e 1867, a quantidade de estrangeiros e nacionais aumentou (nove para o primeiro e 119 para o segundo), diferentemente do número de escravos, que era, em 1857, de 328 e passou em 1867 para 238, como esperado. Embora tenha havido, entre esses dois períodos, diminuição de escravos (90 indivíduos), o número de trabalhadores livres (categoria que, supostamente agregaria, pelo menos em parte, esses libertos) não cresceu, caindo de 1.277 para 1.167 (110 indivíduos).

Apesar da ausência de estudos referentes às religiosidades africanas e afrodescendentes em São Francisco do Sul, vale ainda uma pequena investigação no que diz respeito aos cultos no Saí. Predominantemente católica, seguindo a oficialidade, a região contava apenas com uma Igreja na época, construída em meados de 1857. Porém, como já visto, existiam na vila, além dos afrodescendentes, cerca de 100 africanos que, é provável, mantinham seus cultos religiosos, mas que foram incluídos na porção católica.

Quanto às atividades que os moradores da área exerciam, a princípio verificamos que a soma das categorias empregos públicos, comerciantes, proprietários, artistas e lavradores (1.445) ultrapassa o número de indivíduos totais (1.405). Isso pode acontecer se a mesma pessoa, um lavrador, por exemplo, também exercesse outra função, como comerciante ou artista, sendo dessa forma inserida em duas categorias na estatística. Ao totalizar 96,8%, é muito possível que os lavradores acumulassem os cargos mencionados. Os cativos, assim como seus senhores, foram postos na categoria lavradores.

As categorias que ditam sobre a cor – brancos, pardos e pretos – também apresentam discordâncias. Considerando-se o número total (1.405) e os classificados conforme essas categorias (1.375), ainda restam 30 indivíduos não apontados. Isso pode ser explicado por uma falha ou outra intenção não indicada no relatório. Dos 238 escravos, 203 eram pretos; e 35, pardos, restando a quantidade de 118 pardos, que possivelmente já eram trabalhadores livres.

A respeito das casas e dos fogos, é importante lembrar que a palavra casa era usada para a materialidade da residência, no sentido físico, e os fogos consistiam em unidades domésticas, no sentido “humano”. A diferença entre os números de um e outro significa, de maneira muito simples, que podia haver mais de uma família morando em uma mesma casa. Essa proximidade (272 fogos e 263 casas) é compreensível por duas razões: 1) São Francisco do Sul era rural (96,8% da população do Saí era lavradora), de modo que não havia aglomeração de famílias em ancestrais de “cortiços” urbanos; 2) a ênfase na farinha não criava prevalência de grandes propriedades rurais tal que levasse a um grande número de agregados. Às vezes, contavam-se agregados (trabalhadores livres que somavam 82,5% da população no Saí) como um fogo diferente dentro de uma mesma fazenda considerada casa, mas o mais comum era que não fossem vistos como fogos diferentes.

Com a extinção da freguesia do Saí, em 1874, os dados da região não aparecem mais nos documentos oficiais separadamente, de forma que, a partir desse momento, passaram a ser tratados com as informações relacionadas à ilha de São Francisco do Sul. As questões sobre alguns proprietários, cativos, moradias e unidades produtivas são abordadas a seguir, quando se discutem as ocorrências Frias 1 e 2 e a ocorrência Estaleiro 1.

3.1 A OCORRÊNCIA FRIAS 1

A ocorrência Frias 1 possui três estruturas em ruínas, localizadas a sudeste da estrada que corta a costa do continente (figura 22). A propriedade tem relevo em declive no sentido Leste-Oeste, altitude de 7 metros e um córrego a Sul e a Leste, além de vegetação alta. Sua coordenada geográfica é UTM 727.788 e 7.095.819 N.

Figura 22 – Indicação de localização da ocorrência Frias 1[1]

Fonte: Centro de Cartografia e Sistema de Informação Digital (UNIVILLE, 2012).

Em 1946, quando a propriedade foi registrada em cartório, a matrícula se referia a terrenos localizados no Cubatão Grande, uma fazenda denominada Retiro Alegre, com 2.469.852 m² e um terreno de 304.920 m² no Frias. Este último confrontava de um lado a mencionada fazenda e de outro as terras de José Gonçalves de Moraes, dono da segunda ocorrência pesquisada, que fazia parte da parentela do proprietário. A partilha dessa propriedade deu-se com o espólio de Antônio Ferreira Ramos, conforme inventário feito em 9 de novembro de 1927. O documento alega que a adquirente, Maria Caetana Camacho Ramos (esposa do transmitente), passou posteriormente o terreno de Frias para Mário Alexandre Pinto e a Fazenda Retiro Alegre a Waldemar Bernestoff. Este, segundo os moradores locais, instalou na fazenda uma serraria que funcionou até meados da década de

[1] Os limites sinalizados nas figuras são aproximados, pois a pesquisa não teve acesso às plantas das propriedades e não fez prospecções para delimitá-las. As indicações referentes às ocorrências foram elaboradas pelo Centro de Cartografia e Sistema de Informação Digital da Univille com base nas imagens disponibilizadas pela Prefeitura de São Francisco do Sul, executadas pela empresa Aeroimagem S/A Engenharia e Aerolevantamento em 2005.

1970 e foi essa pequena indústria que modificou, em parte, as características originais da antiga fazenda, descritas nos jornais mais adiante.

A morte de Antônio Ferreira Ramos foi notificada no jornal *Gazeta de Joinville* no início do século passado:

> Falecimento.
> Em São Francisco faleceu no dia 7 do corrente ano o conhecido capitalista Antônio Ferreira Ramos. De nacionalidade portuguesa, o finado veio de sua terra natal para o vizinho município, onde, na lavoura, conseguiu fazer fortuna. Há muitos anos que terrível moléstia lhe acometeu manifestando-se por uma ferida de mau caráter na perna direita, pelo que seu viu forçado a amputá-la; melhorando, vivia entretanto sentado em um cadeira de três rodas com a qual mudava-se de um a outro lugar da casa. Agora, porém, depois de ligeira enfermidade abandonou os liames da matéria (GAZETA DE JOINVILLE, 1909, p. 3).

Como já visto, a produção agrícola durante o século XIX permitiu que pequenos proprietários ascendessem em termos econômicos, contribuindo para o surgimento de uma elite mercantil em São Francisco, aqui exemplificado pelo caso do produtor rural Antônio Ferreira Ramos, que, conforme o jornal, foi um conhecido "capitalista" que fez "fortuna" com a lavoura, como tantos outros da região. Todavia, Antônio Ferreira Ramos ficou responsável pela propriedade somente após a morte do dono anterior, Macedo de Carvalho. Este faleceu em novembro de 1878 e, no mesmo ano, promoveu diferentes anúncios de sua fazenda:

> Vende-se
> Na Fazenda Retiro-Alegre, antiga do Frias:
> O hiate Lucio, do trafego da mesma fazenda; carrega 150 saccos de arroz pilado. E as seguintes canôas:
> 2 de guaraparim, de voga, sendo huma de 41 palmos de comprimento e 5 palmos de bôca, e a outra mais pequena; 1 de canella, de voga, de 35 palmos 2 pols. de comprimento e 3 palmos 4 pols. de bôca;
> 1 de guarajuba, de pá, de 27 palmos de comprimento e 3 palmos 4 pols. de bôca (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p. 104).

> Soques d'arroz a frette
> No engenho de "Retiro Alegre" antigo do Frias.
> Fazenda do Retiro Alegre
> Vende-se a Fazenda acima, à margem da bahia de S. Francisco, e também se faz qualquer trato com quem destinar o seo engenho ao socar herva maté; para o que tem um poderoso motor d'água, vistos paióes e caes de desembarque a porta dos mesmos. Para tratar na mesma fazenda com o seo proprietário. Macedo de Carvalho (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p. 120).

> Annuncio.
> Vende-se a Ilha Grande, na bahia de S. Francisco, e na cidade do mesmo

> nome, a casa-paiol, na rua Cotovêllo, próximo ao Hospital. Para tratar com o proprietário na fazenda Retiro Alegre, ou com Antonio Augusto Ribeiro, em S. Francisco (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p. 192).

Primeiramente, o anúncio refere-se à venda de cinco embarcações marítimas (um iate e quatros canoas) que, é provável, eram usadas pela fazenda no tráfego dos produtos produzidos no estabelecimento. Faz-se importante lembrar que, naquele momento, o transporte de pessoas e dos alimentos a serem comercializados era feito via baía, mostrando a importância e a necessidade dessas embarcações. O arroz, produzido no engenho e citado para exemplificar o porte do iate no primeiro anúncio, aparece em outra nota, mas individualmente, sendo oferecido em soques que poderiam ser transportados a frete. Mais adiante, a venda trata da própria fazenda e ali se destacam os atributos da propriedade na tentativa de mostrar ao leitor as potencialidades do lugar, como um “poderoso motor d’água, vistos paiões e caes”. No último anúncio de Macedo de Carvalho, faz-se a venda da Ilha Grande, uma pequena porção de terra localizada bem próxima da propriedade. Tais terras foram anunciadas mais uma vez em jornais posteriores, com a venda da fazenda. O proprietário, segundo o último anúncio, também era dono de uma casa paiol na ilha do município que também estava sendo vendida e, pela proximidade do hospital, estava alocada no centro urbano da cidade.

O responsável pelo contato na ilha, Antonio Augusto Ribeiro, foi um amigo muito próximo do proprietário, pois aparece de novo na nota de falecimento no mês seguinte:

> Falecimento.
> Manoel G. de Macedo de Carvalho, sumamente reconhecido, do intimo d’alma agradece ás pessoas, que lhe prestarão seus serviços e o acompanharão por ocasião do ataque, de que foi acometido no dia 31 do passado, e especificamente a seo dedicado amigo Sr. Antonio Augusto Ribeiro, que foi incansavel em prodigalizar-lhe seus cuidados durante todo o tempo, que esteve no leito, ao Illmo. Snr. Bento da Costa Pereira, em cuja casa teve lugar tal acontecimento, e que foi sollicito em fornecer os socorros de momento; e jamais ahi o desamparado, aos Illmos. Snrs. Commendador Francisco da Costa Pereira e João do Prado Faria, que levarão a sua charidade ao ponto de ajudarem a leva-lo carregado da casa de bilhar ao sobrado de residência, ao Illmo. Snr. Dr. Pacheco, que imediatamente acudio a prestar-lhe seus acertados socorros medicos, e bem assim a todos os amigos, que depois o forão visitar; e a todos pede, que aceitem esta franca expressão de sua profunda gratidão por tantas provas de interesse e sympathia, que lhe dispensarão. Rio de S. Francisco, 7 de Novembro de 1878 (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p. 28).

Manoel de Macedo de Carvalho foi provavelmente um homem importante. Nascimento (s.n.t.), ao comentar sobre Juvenal Bráulio Bacelar (um engenheiro e topógrafo da prefeitura de Curitibanos), cita a empresa comercial desse indivíduo em conjunto com Macedo de Carvalho, a Victorino de Sousa Bacellar e Cia. Outro dado relevante levantado pelo pesquisador foi que Carvalho outorgou uma procuração a Antônio Augusto Ribeiro para vender os bens de raiz (designação para os bens imóveis) de propriedade:

> Fazenda denominada do Retiro Alegre, outrora do Frias, situada neste município, com engenho de pilar arroz, casa de moradia, paióis e mais bens de raiz e benfeitorias existentes na mesma; a ilha denominada Grande, na baía desta cidade e uma casa com paiol, situada na Rua do Cotovelo desta cidade, podendo assinar e dar quitação (NASCIMENTO, s.n.t., p. 625)[2].

Com o falecimento de Carvalho, outro indivíduo que não Antônio Augusto Ribeiro é solicitado para tratar das vendas das propriedades no Saí. Foi escolhido o agrícola e conhecido capitalista Antônio Ferreira Ramos, que muito provavelmente comprou a fazenda e a ilha do proprietário anterior ou ficou responsável pelo comércio delas:

> Annuncios.
> Fazenda do Retiro Alegre (outrora do Fria) e Ilha Grande.
> Vêndem-se as duas belas propriedades acima: para tratar com Antonio Ferreira Ramos, em sua Fazenda do Cajú.
> A Fazenda Retiro Alegre mede cerca de 500 braças de frente e 800 de fundos; possue um importante estabelecimento de pilar arroz, para o que tem vastos paióes, com taboleiros de rolar sobre trilhos e grande eira; podendo-se assim secar 50 alqueires de arroz ao mesmo tempo; uma casa para fabricação d'aguardente, com um regato de boa agoa para tal fim, ao pé, casa de moradia de sobrado; um grande telheiro de abrigar canôas, e galinheiro, tudo coberto de telha; e além do rio, vindo de grande altura, que fornece a agoa, que serve de motor no engenho de arroz que pode igualmente fazê-lo para outros, que se queria montar; ha um outro rio, navegavel para canôas, que atravessa a fazenda nos fundos e no centro. He assim esta fazenda pelos seus grandes e apropriados edifícios, a beira mar, e differentes cursos de agoa, uma valiosa propriedade para n'ella fundar-se um importante estabelecimento industrial, como de tecidos &ç.
> A Ilha Grande, fronteira a fazenda acima e dominando o grandioso e pithoresco panorama da bahia e do archipelago, que formão outras ilhas adjacentes; o que a torna muito propria para uma habitação de recreio; tem trez nascentes de excellente agoa potavel; e produz muito café (sendo livre

---

[2] Nascimento (s.n.t.) ainda afirma que Macedo de Carvalho, em 1878, pôs à venda diversos objetos colhidos por ele nos sambaquis da região, especialmente no que estava situado em sua fazenda Retiro Alegre, conforme anúncio no *Gazeta de Joinville*. Esse anúncio não foi encontrado, considerando que uma parte dos jornais referentes ao ano de 1878 não foi localizada no AHJ, instituição que abriga essa documentação. Esse sambaqui, Ribeirão Retiro Alegre, foi abordado por Alves (2006) e está situado à margem esquerda do ribeirão de mesmo nome.

> de geada) e bom pasto, com terreno suficiente para a criação de 40 a 50 cabeças de gado vacum; e tem muito bom barro para a fabricação de telhas e pequenas enceadas abrigadas de qualquer vento; sendo alem disso o mar bastante profundo próximo a ilha, para ancoragem de navios (GAZETA DE JOINVILLE, 1881, p. 16)[3].

> Rio de São Francisco do Sul. Vende-se.
> A fazenda Retiro Alegre com um bom estabelecimento de pilar e beneficiar arroz. Situada a beira mar, com acesso à porta do estabelecimento para hiates. Tratar com donos (FOLHA LIVRE, 1887, p. 17)[4].

De acordo com a primeira nota, Antônio Ferreira Ramos ainda tinha outra propriedade: uma fazenda no Caju, situada também no Saí. As informações dos anúncios referentes à ocorrência Frias 1 apontam a dimensão da antiga fazenda, que media em torno de 1.100 m de frente por 1.760 m de fundo (sendo uma braça uma unidade antiga de medida que equivale a 2,2 m). Ela possuía uma casa de moradia, um engenho de arroz com paióis, tabuleiros e eira, um lugar para guardar as embarcações e uma casa para a fabricação de aguardente. A eira constituía um espaço plano de chão batido, lajeado ou cimentado de dimensões variáveis, onde os cereais eram malhados e peneirados, depois de colhidos, com vistas a separar a palha e outros detritos dos grãos de cereais. A eira da fazenda Retiro Alegre era bastante expressiva, pois permitia a secagem de 50 alqueires de arroz (o que equivale 1.500 quilos) ao mesmo tempo, sugerindo também que para esse serviço havia a necessidade de mão de obra significativa.

O vínculo com a água mais uma vez é mencionado, o que mostra a importância da proximidade do rio na propriedade. Ele, além de auxiliar a produção dos alimentos com o fornecimento de água para o engenho, permitia a navegação de canoas e iates. Os cativos, ademais da lida com os grãos, também trabalhavam na comercialização desses alimentos e do continente, levando os produtos até o porto de São Francisco. Muitas mercadorias eram transportadas também até o porto da cidade vizinha, Joinville, que estava rodeada de "depósitos, armazéns, fábricas e casas comerciais [que] funcionavam a pleno vapor. Os negros participavam dessas atividades, como, por exemplo, no transporte de mercadorias" (CUNHA, 2008,

---

[3] O mesmo anúncio repete-se nos dias 27 de abril (n. 30, ano 4, p. 20) e 4 de maio (n. 31, ano 4, p. 124).
[4] O mesmo anúncio repete-se nos dias 20 de maio (n. 20, ano 1, p. 4), 5 de junho (n. 21, ano I, p. 4) e 12 de junho (ano I, p. 4).

p.118). A fotografia do AHJ exemplifica o cenário do início do século XX (figura 23), que em período anterior se fez presente:

> Entre os canoeiros brasileiros [ao se referir à população francisquense] estavam alguns negros libertos ou mesmo os chamados "escravos de ganho", cativos que aprendiam uma profissão e eram "alugados" pelos seus senhores como forma de obterem uma renda extra, ou mandados às ruas da cidade para praticarem seu ofício (CUNHA, 2008, p. 112).

Figura 23 – Canoeiros na Baía Babitonga no início do século XX

Fonte: Acervo do AHJ (JOINVILLE, s.d.).

O transporte dos imigrantes de São Francisco do Sul a Joinville parece ter sido feito com o auxílio de escravos, como aponta Cunha (2008) ao mencionar os escravos negros dos coronéis Vieira e Camacho (mencionados no segundo capítulo) que transportavam os recém-chegados e suas bagagens ao real destino. Escravos "alugados", que realizavam serviços paralelos ao agrícola e doméstico, foram citados em documentos como a carta do funcionário aduaneiro em São Francisco do Sul Cezario Antônio Mendes ao governo provincial em 1851, presente no Álbum

Histórico do Centenário de Joinville (1951). Outro exemplo é o do americano James C. Flether, que “visitou a Dona Francisca em 1855, [e] conta que ele e seu acompanhante alemão utilizaram-se dos serviços de um escravo africano de nome João Grande, que os conduziu de São Francisco do Sul até a colônia em sua canoa” (A NOTÍCIA, 1961). Um vasto número de canoas, próximas aos engenhos, foi incluído nos inventários oitocentistas da vila analisados por Silva (2004), mostrando que essas peças faziam parte do cotidiano dos moradores como um importante meio de transporte da população.

Voltando aos anúncios, com a descrição dos edifícios e uma planta baixa atual da propriedade, é possível traçar algumas interpretações sobre a antiga fazenda. A propriedade hoje em dia abarca três estruturas arquitetônicas que muito provavelmente se referiam à casa de morada e de fabricação de aguardente, à produção de arroz e ainda a um paiol. A maior unidade possui uma estrutura arquitetônica bastante imponente que preservou seus baldrames, suas paredes, seus pilares, seus pisos, suas escadas e seus muros de contenção, todos construídos com blocos de rocha (figura 24).

Paulino da Silva (2007) estudou a tipologia arquitetônica dos engenhos do setor meridional da ilha de Santa Catarina e pontua que a técnica construtiva predominante em Florianópolis na construção de ranchos de engenhos foi a utilização de varas entrecruzadas e barreadas, ou seja, o pau a pique, usada pelos primeiros povoadores que se instalaram na ilha, ainda no século XVII. A técnica de construir engenhos em alvenaria de pedra ou de tijolos argamassados com barro (esta última mais recente) ocorria paralelamente à construção de tipo pau a pique, porém era mais rara.

De acordo com o arqueólogo, as habitações de rocha

> eram destinadas àqueles proprietários mais abastados, principalmente quando fixavam residência junto ao engenho. Neste caso, não era rara a ocorrência de residências de alvenaria de pedras argamassadas e até rebocadas, acopladas a engenhos de pau-a-pique. As pedras utilizadas eram ordinariamente encontradas na natureza, sem benefício algum. O acabamento ficava por conta dos construtores, que não abriam mão de pequenas pedras, fragmentos de tijolos e de telhas para melhor acomodar as pedras maiores. Alguns sítios provenientes de engenhos mais antigos apresentaram vestígios de paredes com pesadas pedras irregulares. Nos sítios mais recentes, ocorre uma diminuição no tamanho das pedras, e já neste século, começa-se a talhá-las para a construção de engenhos (PAULINO DA SILVA, 2007, p. 66).

Figura 24 – Planta baixa da distribuição espacial da maior estrutura da Ocorrência Frias 1[5]

Fonte: ALVES (2006, p. 38).

[5] As plantas referentes às ocorrências Frias 1 e 2 foram elaboradas por Alves (2006), que nomeou cada estrutura de forma diferente: Frias 1 (U08 A, B e C) e Frias 2 (U04 A e B).

Pilares no piso inferior.
Parede sudeste.
Escada de pedra lavrada.
Muros de contenção delimitavam os três níves da construção.
A estrutura remanescente indica que se tratava de construção em três níveis (pisos), aproveitando a declividade do terreno e alinhada ao traçado do ribeirão Retiro Alegre.
Represamento do ribeirão.
Vala
A estrada cortou a vala
O abastecimento de água potável envovia o represamento e canalização do ribeirão Retiro Alegre na encosta do morro. Os engenhos, originalmente, eram movidos a roda d'água e, finalmente, a serraria utilizou a energia elétrica.
Trecho final da tubulação.
Área da roda d'água.
Tubulação de água.
Passagem.
Legenda
Unidade histórica
Muro de contenção
Valeta
Ribeirão Retiro Alegre
Nm
0 2 4 8 16 m
Escala aproximada
Unidades espaciais com acurácia limitada por distorções no processo de obtenção e digitalização dos dados.
Maria Cristina Alves
Arqueóloga
Francine Cristina Martins
Historiadora
Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - JOINVILLE
OAP
CONSULTORES ASSOCIADOS
RODOVIA COSTA DO ENCANTO
Trecho Joinville - São Francisco do Sul
Figura 9
Unidade Histórica 08A
RELATÓRIO PRELIMINAR – TRECHO 2

Broos também infere que a construção com pedra representava “certa opulência do proprietário, pois, em geral, tratava-se de material nobre, reservado para as construções importantes, para as igrejas e obras do governo” (2002, p. 104).

Outro dado que aponta a condição do proprietário é a dimensão das estruturas. A maior unidade da ocorrência Frias 1, por exemplo, mede 22 m de frente por 26 m de fundo e na sua lateral Sudeste consta uma tubulação de água (duto de metal apoiado em estrutura de tijolos e pedras) medindo cerca de 47 m de comprimento. A unidade ainda possui uma parede e dois muros de arrimo e tratava-se de uma residência com três pisos não sobrepostos, aproveitando a declividade do terreno (figura 23). É provável que essa estrutura se refira à casa de fabricação de aguardente e ao engenho de arroz. Sobre os tamanhos, Paulino da Silva (2007) comenta que os engenhos de açúcar, por exemplo, tinham dimensões mais flexíveis, ocasionada pela diversidade de produção. Os engenhos que produzissem aguardente ou ainda farinha necessitariam de um espaço maior para a instalação do alambique e dos demais maquinários.

Os sítios da ilha de Florianópolis provenientes de engenhos com produção de açúcar apresentavam dimensões superiores às dos sítios de engenhos de farinha, não ultrapassando os 20 m de frente, mas conservavam a mesma profundidade média, em torno de 8 m. Paulino da Silva (2007) ainda fala de outro elemento que auxilia a análise dessa unidade: as plantas diferenciadas dos estabelecimentos produtores de açúcar.

> Eram construídos aproveitando-se a inclinação natural do terreno, no qual eram estabelecidas duas seções sob o mesmo teto, com uma diferença de 1,50 metros de altura uma da outra. Na seção mais alta, situava-se a moenda e, abaixo dela, os utensílios de recepção do caldo, as caldeiras e o alambique se o engenho o possuísse (PAULINO DA SILVA, 2007, p. 63).

Essa “técnica” facilitaria a tarefa de transportar o caldo até os utensílios de recepção para cozimento ou fermentação, quando se pretendia a cachaça, pois o que saía da moenda ia direto aos utensílios, com a gravidade. Por outro lado, a diferença entre as duas seções permitia a organização e divisão do espaço interno sem se precisar construir paredes divisórias. Na contenção entre um nível e outro, utilizava-se um muro de arrimo, de alvenaria de pedras, nivelado à seção mais alta. Nos sítios com esse muro não se evidenciou argamassa entre as pedras,

caracterizando a técnica de junta seca, o que era naturalmente viável, por ser um local protegido das intempéries.

Em alguns sítios estudados por Paulino da Silva (2007) foi visto um terceiro nível, porém cerca de 0,50 m abaixo da seção mais baixa citada, defronte às bocas dos fornos. Essa área se situava fora das dependências do engenho, apenas sob um telheiro, como forma de dissipar o calor e a fumaça provocados pelo fogo das caldeiras de açúcar, pois estas não possuíam chaminé. Engenhos de açúcar com tais tipologias foram maioria na ilha de Santa Catarina. Dos 35 relativos à produção de açúcar, apenas seis foram construídos em áreas planas.

Paulino da Silva (2007) pouco menciona os engenhos de arroz. Os dados levantados afirmam que, em 1797, um relatório foi enviado ao conde de Resende, vice-rei do Brasil, pelo governador João Alberto de Miranda Ribeiro relacionando todos os engenhos da província de Santa Catarina. De acordo com o documento, o estado possuía somente quatro engenhos desse gênero, dois no Ribeirão e outros dois em São Miguel (PAULINO DA SILVA, 2007). Com a produção de arroz, farinha ou cana-de-açúcar, a discussão sobre esses espaços tem pertinência ao passo que a ocorrência Frias 1 – e as outras duas – era composta de engenhos. Essa análise proporciona um debate a respeito do contexto rural de São Francisco, que nesse momento contava com 19 engenhocas de aguardente e 14 engenhos de mandioca (PAULINO DA SILVA, 2007). Talvez o engenho da ocorrência Estaleiro 1 não tenha sido citado por ser posterior ao período da estatística ou por se tratar da área continental da vila.

Paulino da Silva (2007, em seu trabalho, também discute a propósito do entorno dos engenhos e fala das roças e das modificações que o proprietário poderia fazer na paisagem para adequar as estruturas, mas o ilhéu não criou grandes técnicas que "pudessem minimizar gastos e maximizar a produção. O sistema que melhor se adaptou à realidade foi aquele que a natureza oferecia, sem necessidade de maiores modificações" (PAULINO DA SILVA, 2007, p. 119).

O mecanismo de aproveitamento do terreno em declives para a construção dos engenhos, mencionado pelo arqueólogo, foi aplicado de forma semelhante na ocorrência Frias 1. Na encosta do morro, no outro lado da estrada, há represamento e um desvio do curso de água do Ribeirão Retiro Alegre e, de acordo com as fontes orais recolhidas por Alves (2006), a água seguia por uma valeta, hoje desativada, aberta por escravos até a roda d'água na edificação. O terreno acidentado viabilizou

a queda da água com mais facilidade, intensificando a sua força para a chegada ao maquinário.

Mas a antiga fazenda possuía ainda outras duas estruturas arquitetônicas, seguindo as orientações dos jornais, e ainda o reconhecimento espacial por meio do levantamento arqueológico, representado na planta baixa (figura 25).

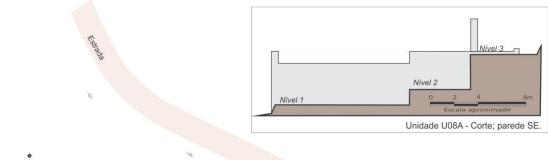
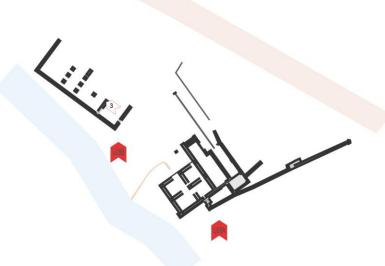
Uma está a 16 m de distância da unidade maior e compõe uma estrutura arquitetônica com baldrame preservado construído com blocos de rocha. A estrutura tem 27 m de frente e fundos de 10,50 m. Conforme Alves (2006), possivelmente se tratava de uma edificação com assoalho levantado a, pelo menos, 1 m do chão, considerando a altura do baldrame e das sapatas. Ao levar em conta a proximidade com a água, espaços como esses serviam, por exemplo, para guardar ferramentas ou ainda embarcações, como lembrou Dona Rosa Dulcelina Lima D'Aviz (2012), conhecida como Rosinha, tal qual se fazia em sua propriedade na Praia de Paulas, na ilha. Ainda junto à foz do ribeirão que, segundo o IBGE, chama-se Córrego do Saco, para onde ficava a frente do edifício, há um atracadouro de blocos de rocha parcialmente articulados.

A outra unidade está a 28 m de distância da estrada e é uma estrutura arquitetônica que compreende um muro de arrimo que, provavelmente, servia de alicerce para a construção edificada na porção mais elevada do terreno (10 m de comprimento), construído com blocos de rocha. Com base no muro e nos pilares, calcula-se que a edificação ocupava uma área de 90 m^2. Nos três pilares preservados observou-se que, entre o material empregado, havia pequenos seixos e fragmentos cerâmicos encobertos por um reboco feito com cal de conchas, semelhante aos materiais e à técnica identificados por Alves (2004) registrados na Igreja Matriz do município (ALVES, 2006).

Figura 25 – Planta baixa com a distribuição espacial da Ocorrência Frias 1

Fonte: ALVES (2006, p. 36).

A **Unidade U08C** aproveita a declividade do terreno, em sua face SE. Dentre os materiais construtivos utilizados, observa-se fragmentos de telhas cerâmicas, semelhante ao material empregado na Igreja Matriz de São Francisco do Sul.

Unidade U08A - Corte; parede SE.

Localizada mais próxima da estrutura identificada como U08A, a **Unidade U08B** apresenta alicerce e sapatas semelhantes a estrutura U04A. Provavelmente o assoalho ficava elevado cerca de 1 m do terreno.

Legenda

Unidades históricas

Ribeirão Retiro Alegre

0 2 4 8 16 m
Escala aproximada

Unidades espaciais com acurácia limitada por distorções no processo de obtenção e digitalização dos dados.

Maria Cristina Alves
Arqueóloga

Francine Cristina Martins
Historiadora

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - JOINVILLE

OAP CONSULTORES ASSOCIADOS

RODOVIA COSTA DO ENCANTO
Trecho Joinville - São Francisco do Sul

Figura 8

Unidades Históricas 08A, 08B e 08C

RELATÓRIO PRELIMINAR – TRECHO 2

3.2 A OCORRÊNCIA FRIAS 2

A ocorrência Frias 2 está localizada a aproximadamente 1.220 m a norte da primeira propriedade e a estrada corta o terreno em toda a sua extensão (figura 26). O local possui relevo plano com altitude de 15 m, além de nascentes de água ao lado sul da propriedade. Sua coordenada geográfica é UTM 727.847 e 7.095.726 N.

Figura 26 – Indicação de localização da ocorrência Frias 2

Fonte: Centro de Cartografia e Sistema de Informação Digital (UNIVILLE, 2012).

A ocorrência Frias 2 foi analisada com base nas informações recolhidas em depoimentos orais, fotografias e registros eclesiais (certidões de batismo e casamento). José Gonçalves de Moraes, um dos proprietários, foi filho de José Gonçalves de Moraes Neto e de Anna Maria Rittes. O pai foi inscrito sob n. 570 no 3.º Quarteirão Eleitoral do Distrito do Saí com 57 anos, casado e carpinteiro em 1870, de acordo com a relação eleitoral (NASCIMENTO, s.d., p. 53). Esse senhor morava no lugar Pinto (Rio do Pinto, no Cubatão), tinha um sobrado em São

Francisco do Sul, terras no Rio do Braço e no Rio Iririú-Mirim (Joinville) e oito escravos. O filho, José Gonçalves de Moraes, nasceu em 1858 e foi casado com Ana Ferreira Ramos, com quem teve os filhos Maria, Ana, José, Ibrandina, Virgínia, Pedrina, Rosalina e Emília. Ana Ferreira Ramos, quando solteira, morava na localidade do Estaleiro. Era filha do luso Antônio Ferreira Ramos (proprietário da ocorrência Frias 1), natural da freguesia de Touginho do Concelho da Vila do Conde, em Portugal, e de Ana Carvalho Ramos. Segundo o livro de Batismo de Ingênuos (BRASIL, 1871)[6], entre 1871 e 1888, o pai de José Gonçalves de Moraes batizou sete filhos de suas escravas, conforme as tabelas 15 e 16:

Tabela 15 – Filhos de escravas batizados por José Gonçalves de Moraes Neto (1849-1880)

Registro de batismo	Nome	Local de nascimento	Cor	Mãe
8/1/1849	Evaristo	–	–	Maria
11/4/1874	Maximiniana	Sahy	–	Verônica
4/4/1876	Thereza	Sahy	Parda	Verônica
9/9/1878	Romana	Sahy	Preta	Felizarda
16/6/1879	Infância	Sahy	Parda	Verônica
5/3/1880	Martha	Sahy	Parda	Felizarda
9/12/1880	Anna	Sahy	Parda	Verônica

Fonte: Livro de Batismo de Ingênuos (JOINVILLE, 1871-1888).

Outros dados foram obtidos por Nascimento por meio do livro do Fundo de Manumissão em 1873:

[6] Os livros de ingênuos eram registros de batismos de filhos de escravas nascidos após a promulgação da Lei do Ventre Livre (Lei n. 2.040, de 1871). O registro próprio destinado aos assentos dos batismos de ingênuos está previsto no parágrafo quinto do artigo oitavo: “Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e obitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos á multa de 100$000” (BRASIL, 1871).

Tabela 16 – Escravos de José Gonçalves de Moraes Neto em 1873

Nome	Cor	Registro	Idade	Profissão	Outras informações
Verônica	Preta	1.331	18	Lavoura	Regular aptidão para o trabalho, com uma pessoa de família, de moralidade regular
Felizarda	Parda	1.352	22	Lavoura	Regular aptidão para o trabalho, com uma pessoa de família, de moralidade regular
Romão	Pardo	–	5	Lavoura	Boa aptidão para o trabalho, com três pessoas de família e de boa moralidade
Evaristo	Pardo	1.326	19	Lavoura	Apto para todo o serviço, sem família, de regular moralidade (anotação à margem de “vendido”)
Luiz	Pardo	1.324	17	Lavoura	Apto para todo o serviço, sem família e de regular moralidade
Maria	Parda	1.229	41	Lavoura	Apta para todo o serviço, sem família, de regular moralidade
Pedro	Preto	1.325	49	Lavoura	Apto para todo o serviço, sem família, de regular moralidade
Luiz	Pardo	1.327	16	Lavoura	Apto para todo o serviço, sem família, de regular moralidade

Fonte: NASCIMENTO (s.n.t., p. 67-68)

Um ano após o último batismo, José Gonçalves de Moraes Neto veio a falecer, em 28 de julho de 1881 de febre maligna (malária), com cerca de 70 anos. No corrente ano, foram efetuadas a partilha amigável nos autos de inventário e a partilha dos bens deixados pelo falecido, filho de Joaquim Gonçalves da Luz e de Córdula Maria das Dores, sendo inventariante Ana Maria Rittes, a viúva. Além desta, que ficara com a meação dos bens do extinto casal, eram herdeiros seus filhos Joaquim Gonçalves da Luz, Severiano Gonçalves de Moraes, Maria Gonçalves de Moraes e José Gonçalves de Moraes. De acordo com o inventário, partilharam-se os seguintes escravos (tabela 17):

Tabela 17 – Escravos de José Gonçalves de Moraes Neto em 1881

Nome	Cor	Idade	Valor	Outras informações
Alvaristo	Pardo	26	550 mil réis	–
Luiz	Preto	24	500 mil réis	Doentio
Silvestre	Pardo	22	650 mil réis	–
Romão	Pardo	10	300 mil réis	–
Maria	Preta	49	100 mil réis	–
Felizarda	–	20	350 mil réis	Com dois filhos ingênuos
Verônica	Parda	26	350 mil réis	Com quatro filhos ingênuos
Cristino	Pardo	26	259 mil réis	–

Fonte: Inventário de José Gonçalves de Moraes Neto (SANTA CATARINA, 1881).

Entre os bens de raiz estavam 600 braças de terra de frente até as vertentes dos morros, situadas no sítio de residência no lugar denominado Pinto, uma casa de sobrado da residência, 300 braças de terra de frente no Cubatão Grande, no Rio do Braço, 350 braças de terra no Rio do Iririú-Mirim, contendo um sambaqui de cascas, dividindo ao Oeste com o mar, ao Norte com o mesmo rio e ao Sul com terras devolutas e mais a metade de uma morada de casa na Rua do Saco da cidade, dividindo ao Sul com a outra metade da mesma casa pertencente a Gaspar Gonçalves de Araújo (outro proprietário de escravos), avaliada por 200 mil réis.

Nesse período, o filho José Gonçalves de Moraes, então com 23 anos, já era casado com Ana Ferreira Ramos e morava na localidade de Frias. Muito provavelmente, herdou parte dos escravos de seu pai. O proprietário faleceu em 1931, com 73 anos:

> Aos quatro dias do mês de agosto de 1931 no Districto desta Freguesia da Gloria do Sahy, município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catharina, compareceo no meu cartório Antonio da Silveira [incompreensível] e declarou que hoje as dezessete horas do dia com o verificar do attestado do médico D. João [incompreensível] que verificou o óbito, fellecido no lugar Frias deste Districto, José Gonçalves de Morais, sexo masculino, com setenta e três anos de idade, de cor branca, natural deste Districto, tem domicílio na cidade de São Francisco do sul e residência nesse Districto no lugar dito Frias. Casado no [incompreensível] na Paróquia N. S. da Graça cidade de S. Francisco, filho legítimo de José Gonçalves de Morais e de sua esposa D. Anna Rittes de Morais. Primeiro de profissão comerciante – este industrial. [...] O qual morreu sem testamentos e com bens a inventariar. [...] Segundo attestado médico: de morte natural pneumonia (JOINVILLE, 1931).

Com base nos dados contidos nos documentos relacionados, é possível perceber que, não diferentemente de outros casos fracisqueneses, a família de José Gonçalves de Moraes estava ligada à terra. Tratava-se de pessoas com muitas posses; na ilha e no continente mantinham suas lavouras de café, banana e arroz. Os proprietários, bem como seus escravos, trabalhavam na lavoura. Os cativos, em grande parte, foram registrados como pardos e todos eram solteiros, mesmo Verônica e Felizarda, que tiveram cada uma três filhos, no mínimo, todos batizados por seu senhor.

Quanto aos espaços físicos dessa propriedade, foram obtidas informações da fazenda por meio do depoimento oral cedido por Maria Gonçalves da Silva (2012), 87 anos, neta de José Gonçalves de Moraes. Ela também cedeu quatro fotografias da propriedade, datadas de meados de 1920, que em conjunto com a planta baixa (figura 27) permitiram a elaboração de interpretações sobre a estrutura da antiga fazenda. Dona Mariquinha, como é chamada, mora em São Francisco do Sul (na ilha) e nasceu no Frias em 23 de março de 1925, na propriedade pesquisada. Porém informa:

> Meus pais moravam na Vila da Glória, mas minha mãe foi ganhar no Frias, na casa dos meus avós maternos. Naquela época tinha parteira. A minha se chamava Angelina, uma preta. [...] Eu nasci em 25 e a casa foi feita um ano depois que eu nasci. Antes tinha uma outra casa. Eu nasci na casa antiga. Essa propriedade já era da minha família. [...] O meu avô era agricultor, ele plantava café e banana. [...] Em anexo à casa, tinha um paiol grande e depois tinha um engenho de arroz. Eles plantavam ou vinham pessoas de fora com o arroz. Aqui [mostra a figura 27] na frente da casa tinha uma eira. Essa eira era feita de tijolo e cimento, como se fosse um piso, e ali eles colocavam o café para limpar e secar um pouco. E depois então ia para os tabuleiros. Os tabuleiros ficavam embaixo do paiol. Essa foto aqui [mostra a figura 28]. Era puxado de dia quando tinha sol e a noite iam para baixo do paiol. Dentro do paiol [figura 28] tinham três peças. [...] Quando o meu avô morreu, em 31, eu fui morar ali. [...] Moravam ali 12 pessoas. A casa era grande, tinha quatro quartos, uma sala bem grande e outra quando entra, a gente dizia sala de entrada. [...] O fim do engenho [anexo à casa] era de pedra. O resto era de tijolo (SILVA, 2012).

Figura 27 – Planta baixa com a distribuição espacial da ocorrência Frias 2

Fonte: ALVES (2006, p. 32).

U04B
U04A
Estrada
Última edificação, antiga, remanescente deste Trecho, a U04B vem sendo alterada por seus proprietários. O rancho lateral foi reformado, recentemente, e o maquinário do engenho de farinha foi desmontado e transferido para outra propriedade.
Identificada como paiol de arroz (U04A), nenhum dos entrevistados conheceu a edificação original.
Detalhe de respiradouro no alicerce.
Legenda
Unidades históricas
Ribeirão Bonito
Cerca
Nm
0 2 4 8m
Escala aproximada
Unidades espaciais com acurácia limitada por distorções no processo de obtenção e digitalização dos dados.
Maria Cristina Alves
Arqueóloga
Francine Cristina Martins
Historiadora
Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - JOINVILLE
OAP
CONSULTORES ASSOCIADOS
RODOVIA COSTA DO ENCANTO
Trecho Joinville - São Francisco do Sul
Figura 6
Unidades Históricas 04A e 04B
RELATÓRIO PRELIMINAR – TRECHO 2

Figura 28 – Fotografia da unidade residencial da ocorrência Frias 2

Fonte: Acervo pessoal de Maria Gonçalves da Silva (1920).

Paulino da Silva (2007, p. 61-62) afirma que as propriedades com engenho poderiam ainda consistir

> numa edificação térrea, de vão único, abrigando instalações essencialmente produtivas e cobertura em duas águas e, geralmente retangular, de forma alargada e raramente alongada. A utilização de divisórias internas poderia ocorrer em engenhos que eram utilizados como residência, que poderia ser definitiva sazonal, isto é, em épocas de produção de farinha e de açúcar.

Assim, seria possível uma família acomodar-se no próprio rancho construindo apenas um espaço para o quarto do casal. A planta original do engenho poderia ser conservada, com um pequeno acréscimo nos fundos. As atividades específicas como cozinhar, comer e dormir – esta última para o restante da família, se fosse o caso – compartilhavam o mesmo ambiente da produção. Entretanto, no caso da família Gonçalves Moraes, como Dona Mariquinha (2012) lembrou, era a residência que tinha maiores dimensões, pois possuía quatro quartos, além de salas e cozinha e, ao lado, o engenho de arroz, que pouco aparece na imagem (figura 28). Vale

destacar ainda que a propriedade, talvez por isso, abrigava outra estrutura que correspondia ao paiol, comentado mais adiante.

Na fotografia (figura 28), está em frente à casa principal a família, destacando-se no lado esquerdo o senhor Stein (de terno escuro) e o senhor José Gonçalves de Moraes. O velho Stein, assim chamado por Dona Mariquinha, tinha um comércio de secos e molhados em Joinville chamado Comércio e Indústria Germano Stein S.A., fundado em 1883 e que, de acordo com Pavanello (2012), comercializava ferragens, ferramentas e louças, além de outras coisas, com revenda para outros comércios da região. Ao lado direito estão os filhos do proprietário e, na janela, as filhas. No canto direito vê-se um pequeno pedaço do paiol, anexo à casa.

A estrutura arquitetônica mostrada está bastante preservada e serve de residência para o atual proprietário. Apresenta baldrame construído com blocos de rocha, paredes de tijolos maciços, assoalho e telhas francesas. Segundo um dos proprietários, havia pintura decorativa nas paredes internas e no forro, mas hoje em dia muito pouco se preservou (LEDOUX, 2012). O corpo principal mede 11,70 m de frente por 10,60 m de fundos, havendo uma peça adicional medindo 3,90 m de fundos por 4,70 m, construída mais recentemente. Na lateral leste, geminado à estrutura há um rancho de chão batido com 9,60 m de frente por 9,90 m de fundos, onde existia o maquinário do engenho de farinha. Nesse rancho é possível ver pilares feitos com blocos de rocha, indicando uma antiguidade maior do que a estrutura com função residencial. Essa estrutura aparenta ser mais nova do que a primeira e do que os pilares remanescentes no rancho lateral. Tais informações coincidem com os dados mencionados por Dona Mariquinha (2012), que contou que a residência aproveitou parte das estruturas de uma antiga casa.

Próximo à estrada, cerca de 1 m, há um piso de tijolos maciços, oriundo do acesso à propriedade e da eira. Nos fundos da casa e na lateral oeste, Alves (2006) observou fragmentos de artefatos (louça branca) e ecofatos (conchas de moluscos), mas não identificou nenhuma área específica de descarte. De acordo com a oralidade, na encosta do morro o Ribeirão Bonito (chamado pelos moradores de Rio Zé Gonçalves, nome do proprietário anterior) foi represado e canalizado para a casa e para o engenho.

Figura 29 – Paiol e residência da ocorrência Frias 2

Fonte: Acervo pessoal de Maria Gonçalves da Silva (1920).

Na imagem (figura 29), estão na frente do paiol principal os funcionários de Stein, que vinham buscar café na propriedade. O senhor de barba branca é José Gonçalves de Moraes. Outras informações são dadas por Dona Mariquinha:

> Os funcionários do Stein vinham de lancha buscar o café, lá na praia. Não tinha quase praia, ela era pequenininha [figuras 29 e 30]. Eles pegavam uma carroça e levavam até a lancha. [...] Isso aqui era na frente na casa e do paiol, tudo. Era um pasto grande, grande. [...] Eles compravam café do meu avô e levavam para Joinville. [...] Meu avô não tinha mais propriedades no Saí, mas essa era muito grande. Ele tinha casas na ilha, todas alugadas: uma na General Ozório, duas na Barão do Rio Branco, outra perto do Museu Histórico, outra defronte ao Cine Marajá. [...] Essa casa [figura 27] não sofreu reforma, nada. O assoalho era macho e fêmea. Saindo da casa, do lado [esquerdo] tinha uma escada que ia para o cubículo, onde era torrado o café, mas junto da casa (SILVA, 2012).

Essa outra estrutura arquitetônica está localizada a 20 m a leste da estrada e ficou um pouco deslocada da residência, com o corte da estrada. Ela apresenta baldrame parcialmente preservado, construído com blocos de rocha, medindo 11,80 m de frente por 7,20 m de fundos. Há, ainda, parte de uma parede (ou pilar) impactada por árvore sugerindo que a estrutura inicial poderia ser maior. Embora a estrutura tenha 1 m de altura, identificou-se como baldrame em virtude da presença de aberturas (respiradouros) na lateral. Tal estrutura está associada ao paiol da fazenda (figura 29), onde morou Dona Mariquinha e sua família e que abrigava os tabuleiros de café produzidos na propriedade. Nesse mesmo espaço, ela, sua mãe e irmãos fixaram residência durante o tempo em que seu pai ficou doente e precisou de tratamento médico na ilha.

O entorno do engenho também era muito importante, e a organização desse espaço dava-se de forma mais simplificada, envolvendo na maioria das vezes as atividades domésticas, como o trato com os animais e o cuidado com pequenas plantações, por exemplo. Fora desse entorno ficavam as roças, que constituíam a extensão do trabalho do engenho e locais de intensas atividades humanas (PAULINO DA SILVA, 2007). A identificação arqueológica das atividades desenvolvidas nesses espaços é visualizada em antigas roças que, dependendo do alimento, abrigam pequenos canais de drenagem no terreno que podem permanecer visíveis, sobretudo naquelas áreas transformadas em pastagens (PAULINO DA SILVA, 2007). Com relação ao aproveitamento do entorno, a família Gonçalves de Moraes usou grande parte dele para a criação de animais e de algumas árvores frutíferas, para pastagens e ainda para a facilitação do transporte dos produtos beneficiados (figuras 30 e 31). Atualmente, como é possível verificar na figura 26, parte da vegetação frontal da propriedade foi recuperada.

A família Gonçalves de Moraes pareceu manter, pelo menos naquele período, importantes redes de relações sociais tanto com indivíduos de São Francisco do Sul como também com joinvilenses. Considerando as propriedades e o número de escravos associados a essa família, conclui-se que eram, ao menos durante o século XIX, pessoas mais afortunadas. Também é importante lembrar que no Distrito do Saí não foi identificado outro engenho ou propriedade ligado ao beneficiamento do café. Talvez essa atividade não fosse muito comum na região, levando-se em conta que outros produtores e mesmo comerciantes vinham de locais distintos comprar o produto ali.

Figura 30 – Frente da ocorrência Frias 2

Fonte: Acervo pessoal de Maria Gonçalves da Silva (1920).

Figura 31 – Frente da ocorrência Frias 2

Fonte: Acervo pessoal de Maria Gonçalves da Silva (1920).

3.3 A OCORRÊNCIA ESTALEIRO 1

A ocorrência Estaleiro 1 está localizada a leste da estrada do Distrito do Saí, distante cerca de quatro metros (figura 32). Caracterizada pelo relevo baixo, situa-se a uma altitude de sete metros, com a presença de nascentes de água dentro dos seus limites. A área é coberta por vegetação em toda sua extensão, e sua coordenada geográfica é UTM 731.714 e 7.096.025 N.

Figura 32 – Indicação da localização da ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Centro de Cartografia e Sistema de Informação Digital (UNIVILLE, 2012).

A ocorrência Estaleiro 1 foi registrada em cartório em 1947 pelo espólio de Manoel José de Carvalho, conforme o inventário procedido em 4 de janeiro de 1934 (SANTA CATARINA, 1985). Manoel José de Carvalho foi filho de José Antônio de Carvalho e de Rita Cândida do Nascimento e casou-se, em 1872, com Rosenda Pulchéria das Dores. De acordo com os registros eclesiais, veio a falecer em 1933:

> Aos 5 dias do mês de julho do ano de 1933, neste Distrito desta Freguesia da Gloria do Sahy, município de São Francisco do Sul, estado de Santa Catharina, compareceu José Carvalho da Silveira e declarou que no dia 19 do corrente às 12 horas, como se verifica no atestado do inspetor de quarteirão José de Souza Caldeira, que verificou o óbito, faleceu no lugar Estaleiro, deste distrito, Manoel José de Carvalho, de cor branca, casado, com 92 anos de idade, tem domicílio e residência no dito lugar Estaleiro, natural deste município, filho legítimo de José Antônio de Carvalho e Rita Cândida do Nascimento, ambos falecidos, naturais deste estado. [...] Deixando bens a inventariar, conforme a guia do inspetor de quarteirão, assim declarado faleceu com assistência médica, de morte natural, moléstia gripe e vai ser sepultado no cemitério católico desta freguesia (JOINVILLE, 1931).

O pai de Manoel José de Carvalho tinha outras terras na freguesia do Bom Senhor Jesus de Paraty (Araquari) em 1856, conforme os Códices de Registro de Vigários (SANTA CATARINA, 1850-1860), presentes no Apesc, em Florianópolis. A família de sua esposa também era dona de posses. Rosenda Pulchéria foi filha de José Alves Marçal e de Ana Maria da Conceição, e seus tios paternos, Victorino Alves Jacintho, Manoel Alves Jacintho e Januário Laves Jacintho, possuíam terras em São Francisco do Sul, segundo o mesmo documento. O tio Victorino Alves Jacintho era dono das escravas no Saí (tabela 18).

Tabela 18 – Filhos de escravas batizados por Victorino Alves Jacintho em 1872

Registro de batismo	Nome	Local de nascimento	Cor	Mãe
22/7/1872	Leopoldina	Sahy	Preta	Maria
28/7/1872	Damasia	Sahy	Parda	Victorina

Fonte: Livro de Batismo de Ingênuos (JOINVILLE, 1871-1888).

É possível que a propriedade tenha vindo a Manoel José de Carvalho por meio do dote em seu casamento, o que na época era muito comum. Porém os estudos de Nascimento (s.n.t.) revelam outra forma pela qual o proprietário pode ter adquirido o bem:

> Aos 15 de janeiro de 1875, Manoel José de Carvalho pagou 40 mil réis à Câmara Municipal da cidade de Nossa Senhora da Graça, referente ao imposto de 2% correspondente ao valor de 2 contos de réis “por quanto comprou um terreno a Emygio Silveira de Miranda e Oliveira”, sendo procurador municipal Salvador Alves Maia (NASCIMENTO, s.n.t., p. 121).

Emygio Silveira de Miranda e Oliveira foi coletor de rendas em 1870 e deputado da Assembleia Legislativa Provincial a 21.ª legislatura, de 1876 a 1877

(PIAZZA, 1985, p. 374). Além disso, foi senhor de escravos também, de acordo com o Livro de Manumissões (tabela 19):

Tabela 19 – Escravos de Emygio Silveira de Miranda e Oliveira em 1873

Nome	Cor	Registro	Idade	Profissão	Outras informações
Antônio	Preto	792	35	Lavoura	Apto para o serviço, sem família, de moralidade regular
João	–	701	–	Lavoura	Com anotação “mudado”, de moralidade regular
Carlos	Preto	794	49	Lavoura	Apto para o serviço, de boa moralidade

Fonte: NASCIMENTO (s.n.t.).

A propriedade hoje em dia é composta de cinco estruturas arquitetônicas (figura 33): a unidade residencial (B), uma olaria em ruínas (E), um antigo engenho, uma calha (F), as ruínas de um paiol (D) e os remanescentes de uma estrutura que foi associada a uma senzala (C) por alguns informantes e, por outros, a uma residência.

A maior estrutura arquitetônica (B) está bastante preservada e serve como residência de veraneio do atual proprietário. Apresenta alicerces construídos com blocos de rocha, paredes de estuque, assoalho e telhas francesas. O corpo principal mede 15 m de frente por 10 m de fundos e há também uma peça adicional mais recente com 5 m de fundos por 6 m de largura. Nos fundos foi edificado um rancho de madeira para abrigar o barco do proprietário, local onde foi realizada a escavação. A residência contém paredes externas com pintura branca e aberturas azuis, com frequência relacionadas a casas coloniais de luso-brasileiros. O atual dono informou que aumentou verticalmente a estrutura para a construção de um sótão, incluindo janelas superiores laterais e frontais, além de três janelas no lado esquerdo da residência (figura 34).

Figura 33 – Planta baixa da distribuição espacial da ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Fernanda Mara Borba (2013).

Figura 32

Ocorrência Estaleiro I

Distribuição espacial das estruturas arquitetônicas

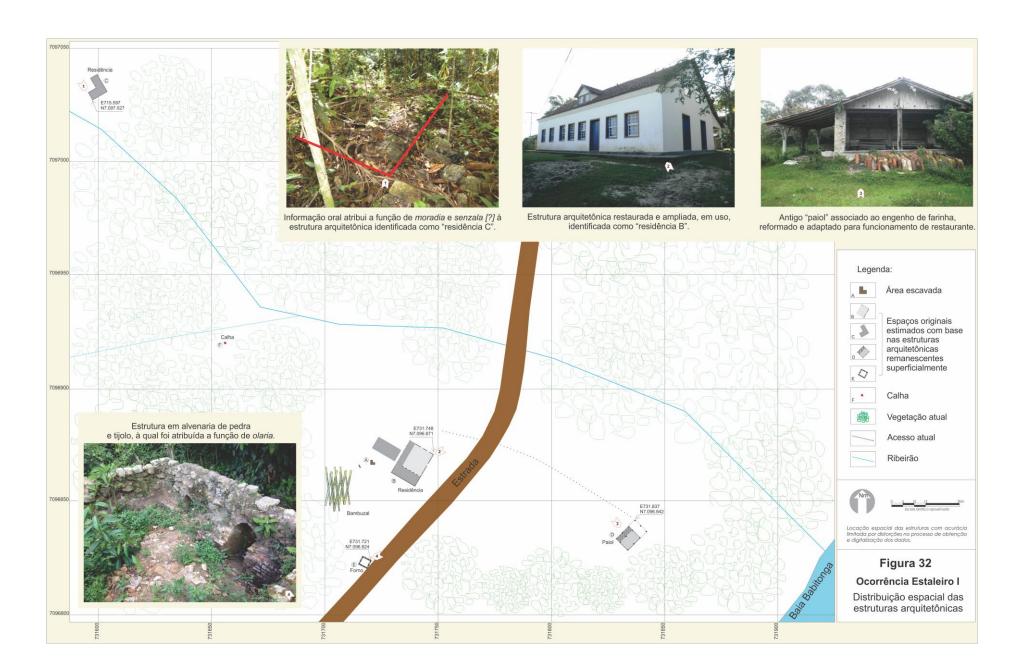



Figura 34 – Maior residência da ocorrência Estaleiro 1 (B).

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2011).

A segunda estrutura arquitetônica (E) está a 10 m de distância da residência do lado sul, mantendo o alinhamento lateral. Tem alicerces parcialmente preservados, construídos com blocos de rocha e tijolos, com 4,3 m de frente por 5 m de fundos. Embora a estrutura tenha 1 m de altura, identificou-se como alicerce em função da presença de quatro aberturas (respiradouros) nas laterais. Essa estrutura está ligada ao forno de uma olaria da fazenda, que continha grande quantidade de entulho e vegetação no seu interior (figuras 35 e 36). Uma limpeza parcial foi feita no interior da unidade e na parede oeste, na parte externa, onde havia muitas telhas coloniais, ainda inteiras, e poucos tijolos. No interior do forno existia uma pequena depressão que, inicialmente, se associou a ação de “caçadores de tesouro”, acreditando-se que o piso da estrutura fosse de terra. Porém, com uma sondagem (apêndice B) no canto nordeste do forno, com 0,40 m por 0,50 m e 0,50 m de profundidade, evidenciou-se seu piso original (figura 37), composto de tijolos com formação diferenciada à frente das aberturas. Nenhum morador atual conheceu a estrutura em funcionamento.

Figura 35 – Forno da ocorrência Estaleiro 1 (E)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2011).

Figura 36 – Interior do forno da ocorrência Estaleiro 1 (E)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

Figura 37 – Piso no interior do forno da ocorrência Estaleiro 1 (E)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

A respeito da cerâmica antiga no Brasil, Brancante (1981) menciona o uso de olarias no século XIX e o esforço provincial do país para suprir a demanda crescente de materiais de construção e artigos utilitários e decorativos. Isso resultou numa intensa produção de barro cozido em suas diferentes formas, como tijolos, telhas, lajotas, ladrilhos, cachimbos, artefatos domésticos e de adorno, bem como a fabricação de louça vidrada. Em sua discussão, Marques Santos informou que em Santa Catarina, na colônia Dona Francisca (Joinville), havia uma imensa olaria (*apud* BRANCANTE, 1981). Ao visitar Santa Catarina e Porto Alegre, Saint-Hilaire (1978, p. 187-188) refere-se a três olarias que fabricavam louças:

> As louças eram bem feitas e na maioria coloridas de vermelho, porém mais grosseiras, já que eram feitas com argila negra, que após o cozimento se tornava amarela. [Ainda fala que em Santa Catarina existe um gênero de indústria peculiar] com o fabrico de vasilhas de barro em que a água se conserva fresca e que se exporta para o Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil.

Sobre a existência de olarias de maior porte, decorrentes da larga escala de produção, no mapa de Jerônimo Coelho (1846) foram mencionadas algumas em Joinville. Em São Francisco do Sul, por outro lado, a presença de indústrias desses produtos no período oitocentista é pouco citada na literatura. Alves (2003) registra os remanescentes de uma olaria no Morro da Palha, na ilha, no local conhecido pelos moradores como Morro da Cruz. A arqueóloga mapeou ali uma propriedade residencial e industrial onde havia duas casas de moradia – uma de taipa e outra de alvenaria –, uma olaria, uma ferraria e um alambique. Segundo as informações orais recolhidas, a olaria pertencia a um alemão de sobrenome Stock.

Diferentemente das características da olaria joinvilense, é provável que o forno da ocorrência Estaleiro 1 do Distrito do Saí tenha servido para o cozimento de produtos voltados ao consumo local, considerando suas dimensões. É importante também lembrar que o Distrito do Saí contemplava um lugar que levava o nome de Olaria, conforme uma sesmaria requerida em 1807 por Manoel Machado Lima, morador da Vila do Rio São Francisco. A sesmaria media em torno de 1.000 braças de frente por 1.500 braças de fundos no lugar chamado Olaria até a costeira do Frias, ao lado de duas outras “sortes” de terras que já possuía (JOINVILLE, s.d.). É interessante observar que tanto a antiga localidade Olaria quanto o Estaleiro fazem fronteira com o Frias e ambas possuíam esse tipo de unidade produtiva.

Voltando à propriedade, um engenho antigo está a quatro metros de distância da residência principal, ao lado norte, distante a três metros da estrada e próxima ao portão principal da propriedade. Ao lado há um maquinário, associado a um antigo engenho de farinha que, por meio de levantamentos orais, fazia parte de uma casa de farinha, também acompanhada de uma residência. Todavia, o engenho, que ficava um pouco mais próximo da estrada, cerca de três metros a leste, foi relocado, onde são encontrados seus remanescentes. A respeito da produção de farinha dessa propriedade, Dona Mariquinha (2012) comenta:

> Não tinha muito engenho. Lá só tinha o engenho nessa casa onde mora o professor [proprietário da ocorrência Estaleiro 1]. Tinha engenho de farinha e todo mundo fazia farinha lá. Eu rapei mandioca lá e tudo. [...] A casa já era meio em cima e o engenho ficava do lado, mais embaixo. [...] No engenho também tinha uma casa junto. [...] Ali era Carvalho e Silveira. Ali com o engenho, morava um Silveira. Mas era tudo família.

Segundo informações orais, a unidade residencial (B) foi ocupada pela família de Carvalho, e a residência com engenho anexo, pela família Silveira (genro de Carvalho). Uma calha, construída com rochas e tijolos, cortava toda a propriedade em sentido nordeste e atualmente mede cerca de 200 m de comprimento por 0,50 m de largura. Os moradores mais antigos contaram que a calha passava pela casa de farinha, onde tinha uma roda-d'água que servia para o engenho (figura 38).

Figura 38 – Estrutura de uma calha na ocorrência Estaleiro 1 (F)

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

Nos fundos da propriedade, em meio à vegetação alta, ainda há uma estrutura (C), com distância de mais ou menos 150 metros a nordeste da estrada, também próxima à referida calha. Construída em forma de L, a estrutura tem baldrame parcialmente preservado e é feita com blocos de rochas e tijolos, medindo 7 m de frente por 9 m de fundos (as medidas menores têm 3 por 4 m) e 0,5 m de altura.

A princípio, o levantamento oral associou a estrutura com uma moradia ligada às famílias ali instaladas durante a primeira metade do século XX (Carvalho e Silveira) e, mais tarde, levantou a possibilidade de se tratar de uma senzala. Quando essa última informação foi mencionada, os setores de escavação já haviam sido instalados nos fundos da estrutura relacionada à família Carvalho (B). Pela impossibilidade de manter dois locais diferentes para as atividades de escavação, a estrutura C foi apenas mapeada e registrada, havendo, portanto, a necessidade de uma intervenção posterior para confirmar as novas informações. O proprietário atual mencionou a presença de mais dois engenhos, um de açúcar e outro de arroz, nos fundos do terreno, mas esses locais não foram inspecionados.

Outra estrutura arquitetônica (D) apresenta-se ao lado leste da estrada e cortou a propriedade, deixando a unidade deslocada do restante das estruturas. Ela foi feita de alvenaria, madeira e rocha e possui cobertura com telhas francesas. Elaboraram-se os seus alicerces com rochas e fragmentos de conchas, da mesma forma que seus pilares. A construção é composta de uma área de varanda e outra área fechada com madeira, contendo janelas e porta de entrada. Essa unidade está a 69 metros da estrada em seu lado leste e a 89 metros da baía. A estrutura serviu como estabelecimento comercial (restaurante), ocasião em que o proprietário atual realizou algumas modificações, na década de 1990, mas de acordo com informações orais se tratava de um paiol contemporâneo às outras estruturas da propriedade, sendo muito provavelmente um espaço para guardar as embarcações ou ainda produtos a serem escoados via baía.

3.4 AS ATIVIDADES DE CAMPO

Em termos de metodologia, o campo arqueológico envolveu três formas distintas: para as ocorrências da ilha e do continente, envolveu somente um registro das estruturas relacionadas à existência de senzalas; para as ocorrências Frias 1 e 2, consistiu no registro das estruturas visíveis, a fim de complementar o trabalho feito por Alves (2006); e para a ocorrência Estaleiro 1, além dos registros das estruturas visíveis, fizeram-se a evidenciação parcial de um forno e uma escavação arqueológica de um ponto amostral da propriedade.

Na ilha de São Francisco do Sul, o mapeamento registrou uma propriedade que se destaca por sua temporalidade (uma das mais antigas preservadas no município) e pela afirmação da existência de uma senzala por parte dos moradores locais e de uma das proprietárias. A residência, conhecida pela população como Solar dos Pereira, está localizada em Paulas, especificamente na praia do Calixto e, segundo a mídia local, foi edificada ainda no século XVIII. Elaborada com taipa e estuque sobre baldrame de pedras com argamassa em forma de U, a construção também abrigava um comércio de secos e molhados, um engenho movido por roda-d'água e ainda um espaço que servia para guardar os estoques do armazém (figura 39). Conforme um jornal local, em entrevista com uma das moradoras, nos fundos da propriedade ficava a senzala, que abrigava os negros domésticos e aqueles que trabalhavam no engenho e no pastoreio do gado (GROTH, 2003). O jornal também comenta:

> As ruínas estão lá, mas é preciso encarar o matagal e o medo de cobras para chegar até elas. [...] Algumas pessoas tinham receio da casa por causa dos escravos que moravam por aqui, mas eu sempre vi beleza neste lugar. Tanto que depois de casada vim morar no lugar, no qual permaneci por um bom tempo depois de enviuvar. Ao longo dos anos, a casa passou por pequenas alterações, mas nunca foi descaracterizada, o que a faz uma das únicas construções originais da época, especialmente por manter o entorno. Aqui era área rural, o solar não é geminado como as casas do centro histórico (GROTH, 2003).

O Solar dos Pereira atualmente é propriedade de Dona Rosinha e de sua sobrinha, filha de Dona Rosalba Lima Pereira, a senhora que concedeu a entrevista ao jornal em 2003 (GROTH, 2003). Quanto aos escravos e à senzala, Dona Rosinha apontou em uma entrevista concedida a esta pesquisa:

> Naquela época era bem comum. Aqui nós ainda encontramos um casal de escravos que não saíram da casa. Ele chamava Gino. Ele era solteirão. E ela se chamava Dona Pacífica, também solteira. [Quando eu vim para cá, a senzala ainda] existia. Só não tinha telhado, mas as paredes sim. [...] Foi destruída, e o povo começou a levar as pedras. Minha mãe ouviu um barulho e foi lá ver. [...] É que estavam demolindo a senzala e ela pediu para deixar, mas eles saíam e depois voltavam na calada da noite e iam tirando. [E] a casa, só o telhado que meu pai restaurou... (D'AVIZ, 2012).

É importante frisar que as perguntas a respeito da senzala foram necessárias em razão de a estrutura estar coberta por vegetação alta e, por isso, ser difícil a sua visualização. Além disso, a pesquisa arqueológica não foi autorizada pela família.

Figura 39 – Solar dos Pereira em Paulas, São Francisco do Sul

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

No continente, outras duas propriedades foram indicadas pelo levantamento oral como antigas fazendas que usavam mão de obra escrava e que preservam remanescentes de senzalas.

Na primeira, duas antigas estruturas foram reaproveitadas para a construção de uma pousada, na localidade do Estaleiro: a Pousada Villa da Glória, a leste da estrada. Uma delas está bem preservada e foi restaurada pelo proprietário para ser usada como um salão de eventos, deixando as paredes – elaboradas com pedra, cal e conchas – expostas (figura 40). A segunda estrutura, situada a cerca de 15 metros a leste da anterior, apresenta paredes em ruínas e também é constituída de pedra, cal e concha. O proprietário igualmente restaurou parte desse espaço, colocando vidro no lugar de algumas paredes (figura 40). Em contato com ele, o senhor Machado e sua filha, Ana Maria Machado, contaram que a propriedade era um antigo engenho de farinha e as duas estruturas seriam, nesta ordem, a moradia e o

engenho, contrariando a informação de que a segunda fosse uma antiga senzala, dita por outro informante.

Figura 40 – Estruturas remanescentes de um engenho, hoje Pousada Villa da Glória, no Estaleiro

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2011).

A segunda propriedade, também pertencente à localidade do Estaleiro, a leste da estrada, contempla uma estrutura arquitetônica e alicerces construídos com pedra, cal e concha. O responsável pela propriedade tem moradia bem em frente ao terreno, do outro lado da rua, e acompanhou a visita no local. A maior estrutura apresenta parte das paredes frontais e laterais e os alicerces preservados. Em sua face sul, congrega ainda outra estrutura ligada à roda-d'água que havia ali (figura 41). Conforme o informante, uma segunda estrutura, localizada a cerca de 20 metros da maior, possivelmente foi construída para servir como senzala. Esta contém hoje em dia apenas os quatros pilares, de 0,50 m cada, elaborados com pedra, cal e concha (figura 42). A dona do imóvel, a senhora Lilian Regina Fernandes Trierwailer, residente em Curitiba, afirmou que a propriedade foi do seu tataravô, o senhor Joaquim Dias da Silva.

Figura 41 – Estruturas arquitetônicas associadas à moradia antiga, no Estaleiro

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

Figura 42 – Pilares (em destaque) de antiga estrutura arquitetônica associada à senzala, no Estaleiro

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

Ademais dessas propriedades e das ocorrências Frias 1 e 2 e Estaleiro 1, devem existir muitas outras, considerando a potencialidade apresentada por Alves e Bandeira (no prelo) para as pesquisas na região da Babitonga, porém nesse momento foi possível, por razões explicitadas, expor uma parcela da cultura material mediante a escavação arqueológica somente na ocorrência Estaleiro 1.

Para a execução dos trabalhos na referida ocorrência, contou-se a princípio com o auxílio das informações orais prestadas pelo senhor Cláudio Tureck, proprietário do terreno e residente nele, e por seu funcionário, o senhor Vandir Costa Silva. Para as atividades de campo arqueológicas, desenvolvidas nos meses de julho e novembro de 2012, obteve-se a ajuda dos auxiliares de campo Luciano Lemos Paradela e Felipe Euclides Christ. Foram identificadas seis áreas (tabela 20):

Tabela 20 – Áreas identificadas na ocorrência Estaleiro 1

Área	Localização
A	Fundos da residência 1
B	Residência 1
C	Residência 2
D	Paiol
E	Forno
F	Calha

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

A área A foi escolhida para a escavação por ser mais perto da residência (B) e estar sem cobertura vegetal, não tendo maiores alterações no entorno da residência, ainda em uso. Levou-se em consideração também a possibilidade de a habitação cativa estar relacionada a essa estrutura (sendo construída anexa ou em área próxima), por se tratar de uma escravaria com um número baixo de indivíduos. O atual proprietário também informou que havia uma antiga cozinha e uma horta acerca dessa área, podendo estar associada a atividades domésticas de cativos do imóvel, dadas as referências discutidas que apontam o uso do entorno ou ainda habitações em propriedades pequenas.

A atividade seguiu a metodologia da arqueologia, com a abertura de três setores de 1 m por 1 m alinhados a norte, demarcados com piquetes (figura 43), que receberam denominação alfanumérica (1B, 2B e 2A). A escavação deu-se pelo rebaixamento do solo em níveis artificiais de 10 cm de espessura com o auxílio de enxadas, colher de pedreiro e pincéis. Para o controle do rebaixamento utilizou-se um nível. O registro dos dados de cada setor por nível foi realizado em fichas específicas com informações referentes à identificação do setor, ao nível de escavação, à descrição da matriz arqueológica e ao desenho das evidências encontradas (apêndice C).

Figura 43 – Setores demarcados para a escavação na ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

Com o propósito de se coletar o maior número de materiais para a análise e para uma melhor contextualização, o solo retirado dos setores foi peneirado em malha de 3 mm na busca de pequenos fragmentos da cultura material (figura 44). Acondicionaram-se os materiais recolhidos dos setores em sacos plásticos, atribuindo-lhes um número de procedência e as informações sobre a ocorrência, o setor, o nível, o coletor e a data em etiqueta específica (apêndice D). Todas as etiquetas geradas foram listadas em uma ficha de controle de número de procedência do material (apêndice E).

Figura 44 – Escavação na ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

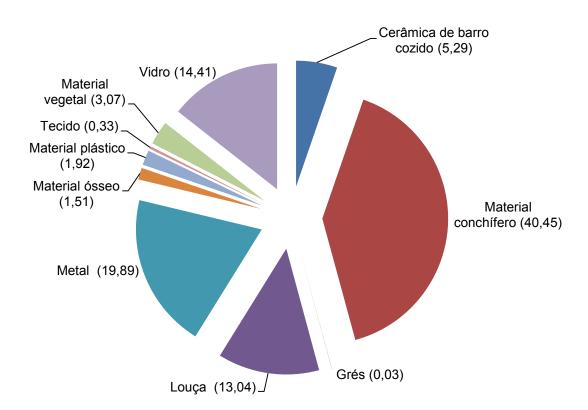
Todo o material coletado, após a primeira triagem em campo, foi encaminhado para o Laboratório de Arqueologia da Univille. Primeiramente, houve a limpeza da coleção com água e escovas de cerdas macias, de maneira a retirar apenas os materiais aglutinados, que não permitissem a identificação das peças. Após esse processo, o material foi posto para secar em ambiente livre com a etiqueta das informações de procedência. De todos os materiais coletados – cerâmica de barro cozido, grés, louça, metal, plástico, vidro –, apenas o construtivo (reboco, telha e tijolo), o vegetal, o ósseo e o conchífero não foram numerados. Quantificaram-se todas as categorias, com exceção do material construtivo, que foi pesado (52,49 quilos). Os dados quantitativos estão na tabela 21 e no gráfico 3.

Considerando-se a quantidade de vestígios, o tempo e a potencialidade de informações do material para a problemática da pesquisa, optou-se por analisar de modo detalhado somente a cerâmica de barro cozido.

Tabela 21 – Materiais recolhidos na ocorrência Estaleiro 1 em números absolutos

Material	Número de fragmentos
Cerâmica de barro cozido	143
Material conchífero	1.092
Grés	1
Louças	352
Metal	537
Material ósseo	41
Material plástico	52
Tecido	9
Material vegetal	83
Vidro	389
Total	**2.699**

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

Gráfico 3 – Material recolhido na ocorrência Estaleiro 1 (%)

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

3.4.1 Análise do material cerâmico de barro cozido

A análise do material cerâmico de barro cozido tentou caracterizar o processo produtivo com base nos atributos tecnológicos, morfológicos e decorativos, que, ao lado dos demais dados sobre a espacialidade, contribuiu na elaboração de leituras a respeito da ocupação do local. Além disso, a comparação dos conjuntos de cerâmica de barro cozido dos sítios Armação do Sul, em Florianópolis (COMERLATO, 1998), e Morro Grande 1, em São Francisco do Sul (PAULINO DA SILVA, 2001), auxiliou na identificação dos padrões decorativos, muito possível de influência africana, na Baía Babitonga. A cerâmica de barro cozido proveniente das escavações da ocorrência Estaleiro 1 foi tratada seguindo-se, basicamente, os mesmos procedimentos de curadoria e de investigação que os sítios citados, além de outros pesquisados na região.

Em laboratório, todo o material cerâmico foi mais uma vez triado, após os procedimentos de limpeza e registro já mencionados, e separado em conjunto de acordo com as seguintes categorias: fragmentos de base, borda, bojo, asa e alça de vasilhames e outras, tais quais fragmentos de cachimbo e pesos de rede. Durante esse processo, foi levada em conta a possibilidade de remontagem ou de identificação de fragmentos de uma mesma peça. Assim, os fragmentos recolhidos nas escavações com a adoção dessa metodologia foram classificados e quantificados, como se vê na tabela 22 e no gráfico 4.

Tabela 22 – Material cerâmico de barro cozido recolhido na ocorrência Estaleiro 1 em números absolutos

Função	Tipo	Número de fragmentos
Vasilhame	Asa e alça	3
	Base	4
	Borda	16
	Bojo	89
Cachimbo	–	14
Esfera de barro	–	2
Peso de rede	–	6
Indeterminado	–	9
Total	–	143

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

De acordo com a tabela 22, a ocorrência Estaleiro 1 apresentou diferentes formas compostas de asas e alças (três), bordas (16), bases (quatro) e bojos (89), com características diferenciadas e decorações diversas[7]. As bases compõem dois fragmentos planos e dois em pedestal vidrado de cor amarela. As asas e alças compuseram um conjunto singelo com formato cilíndrico que variaram de 2 a 4 cm de comprimento por 3 cm de largura, e apenas uma é vidrada de cor amarela. As bordas contêm sete formas diretas, seis com forma extrovertida reforçada na parte externa e três com forma vertical. Somente uma borda apresentou parte do bojo, e o conjunto variou de 1 a 3 cm de comprimento. Os fragmentos indeterminados (nove) foram aqueles a que não foi possível agregar morfologia ou decoração, tendo eles medida menor que 0,5 cm.

[7] Fotografias dos fragmentos decorados, como as bordas (figura 48) e os bojos (figura 49), estão nas páginas 157 e 158.

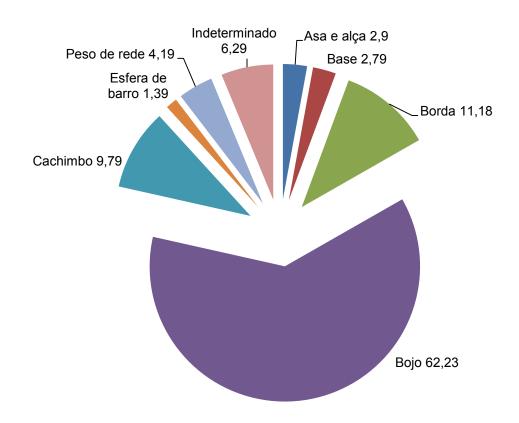



Gráfico 4 – Material cerâmico de barro cozido recolhido na ocorrência Estaleiro 1 (%)

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

Conforme a tabela 22 e o gráfico 4, entre o material cerâmico de barro cozido, destacaram-se os fragmentos de bojo (62,23%), seguidos das bordas (11,18%) e dos cachimbos (9,79%).

A ocorrência Estaleiro 1 apresentou ainda duas esferas de barro coletadas próximo dos respiradouros do forno, quando foi feita a sondagem para a evidenciação do piso interno. As duas peças são maciças, com antiplástico mineral de granulometria entre 1 e 3 mm distribuído de maneira homogênea. Uma hipótese levantada por Paulino da Silva (2001) para uma peça semelhante encontrada no sítio Morro Grande 1 foi o uso relacionado ao bodoque, uma arma construída com forquilha de madeira ou de metal, munida de tiras elásticas e usada na caça de pássaros, por exemplo. Porém, a respeito do material encontrado no Estaleiro 1, não foi possível levantar informações orais ou buscar na literatura questões para confirmar a suposição ou ainda apontar outras hipóteses.

Foram coletados também na área escavada e na superfície seis pesos de rede parcialmente quebrados e com tamanhos variando entre 3 e 6 cm de

comprimento por 3 cm de largura. Apenas um possui queima incompleta, e o outro foi composto de uma argila de coloração preta. Os pesos têm granulometria mineral de 3 a 5 mm. Os trabalhos desenvolvidos por Alves (2003; 2006) na ilha de São Francisco do Sul e no continente também levantaram tal tipologia de forma. Ao mapear as unidades históricas nas localidades da Figueira e de Tapera na ilha, a arqueóloga apontou cinco fragmentos de pesos de rede associados a engenhos de farinha, uma residência em madeira e carvoaria e outra residência edificada sobre alicerces de rocha (ALVES, 2003). No continente, ela encontrou um peso de rede na superfície da área de descarte de uma unidade histórica com pilares parcialmente preservados, construídos com blocos de rocha (ALVES, 2006).

O uso do peso de rede na ilha ou no continente seria muito comum por se tratar de região litorânea. Na área ocorreu a produção dessas peças em barro cozido até meados da década de 1960, período em que foram substituídas pelas de chumbo, conforme indica seu Hélio Barros Corrêa, mais conhecido como Elias:

> Duas coisas que ele [seu Dandão] fazia: cachimbo de barro e chumbo de rede de barro [...] até 1960, e depois ele não fez mais. Aí veio o chumbo mesmo, outro sistema e acabou... Aqui era assim: tinha um furinho que se amarra no cabo da rede. Era mais compridinho e roliço, aí você passava o fio por dentro e amarrava na corda da rede aqui, não é (CORRÊA, 2012).

Dividindo os fragmentos por setores e em níveis, a distribuição apresenta-se da seguinte forma (tabela 23):

Tabela 23 – Fragmentos cerâmicos de barro cozido recolhidos na escavação da ocorrência Estaleiro 1

Setor	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Total
1B	9	8	13	8	11	9	**58**
2B	4	13	24	5	–	–	**46**
2A	1	22	7	2	–	–	**32**
Total por nível	**14**	**43**	**44**	**15**	**11**	**9**	**136**

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

Nota-se mediante a tabela 23 que os setores 2A e 2B foram escavados até o nível quatro, quando o número de fragmentos diminui de modo significativo, diferentemente do quadrante 1B, que chegou ao nível seis. Esse setor, que abarcou o maior número de fragmentos (58), consistia, em parte, numa área de descarte,

feita em um buraco aberto no solo, visivelmente perturbada, assim como parte do quadrante 2A (figura 45). A lixeira no quadrante 1B começou a ser evidenciada no nível três, e isso permite inferir que se trata de um refugo um pouco mais antigo, assim como os materiais ali descartados. As áreas de lixeira, de acordo com Lima *et al*. (1989), possibilitam uma leitura das atividades cotidianas, rotineiras e anônimas dos grupos humanos que habitaram esses ambientes, destacando elementos não conscientes.

> Trabalhando basicamente com o lixo, com aquilo que foi considerado imprestável e, por esta razão, descartado, a arqueologia tenta recompor a trajetória de vida desses elementos materiais, em busca dos padrões passados do comportamento humano que permitiram a sua criação, seleção, aproveitamento, descarte e eventual reciclagem, até o seu abandono final. A feição socioeconômica de uma população transparece claramente em seus dejetos e a variabilidade dos refugos domésticos reflete, entre outros aspectos, diferenças entre classes sociais (LIMA *et al*., 1989, p. 205).

Como se pode observar nos perfis (figura 45), o estrato com a perturbação apresentou proporções diferenciadas no setor, variando entre 3 e 35 cm de profundidade, e composição argiloarenosa de coloração escura com a presença de conchas (três). Com o perfil exposto, também foi possível checar que os quatro níveis escavados tiveram sete estratos variados (conta-se de cima para baixo), remetendo a diferentes usos para o local, e deixaram variadas marcas e vestígios ou alterações no sedimento. De forma geral, as outras camadas exibiram solo argiloarenoso que variou entre a coloração cinza claro com pequenas rachaduras (sete) e mesclada (cinza escuro e alaranjado) (seis), ou ainda camadas arenoargilosas cinza claro (cinco) a cinza médio (quatro). Verifica-se que a noroeste das paredes ficou em evidência um ponto de erosão entre a camada dois e três, indicando também peças arqueológicas. Essas camadas ficaram entre a argila compactada de cor cinza claro (dois) e arenosa de coloração marrom (um).

Figura 45 – Estratigrafia das paredes norte e oeste do setor 2A

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2013).

Figura 44

Ocorrência Estaleiro I

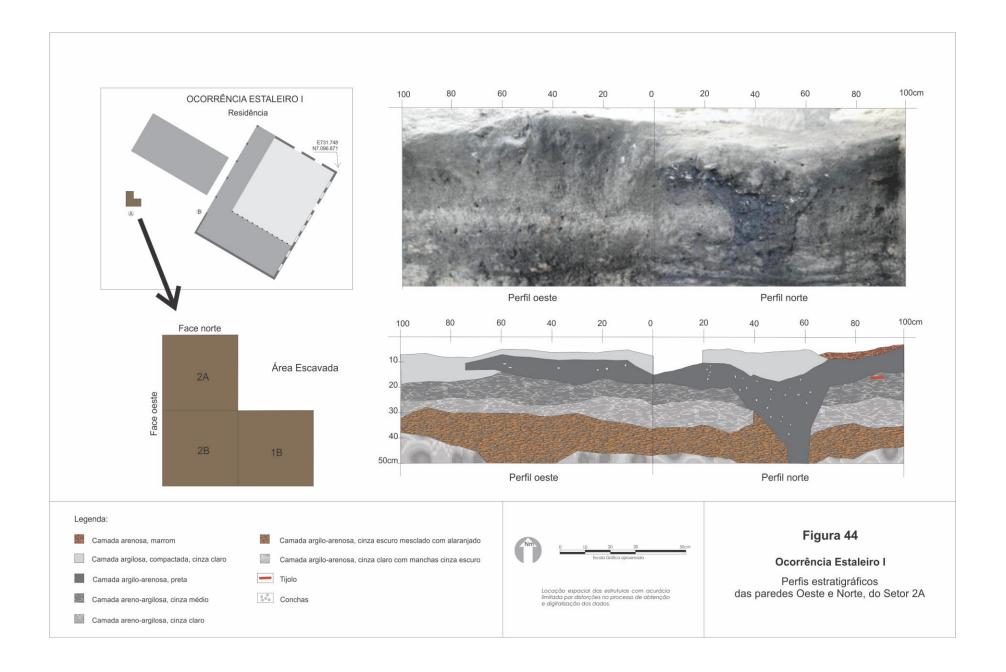
Perfis estratigráficos
das paredes Oeste e Norte, do Setor 2A

É importante lembrar que a escavação alcançou o nível seis na área de descarte do setor 1B, auxiliada pela forte chuva ocorrida durante a última semana das atividades, pois, mesmo com a retirada da água acumulada nos setores, ocorreram pontos de escoamento no quadrante com a lixeira, facilitando a retirada dos materiais (figura 46).

Figura 46 – Setores da escavação alagados e ponto de escoamento da água na ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Acervo pessoal de Fernanda Mara Borba (2012).

Voltando à análise, posteriormente à classificação por formas, os fragmentos foram separados conforme a decoração de superfície, sendo esse atributo muito importante para a discussão do material e para a comparação com outras coleções ou materiais de outros sítios, uma vez que os estudos sobre a cultura material em contextos escravos potencializam tais aspectos. Para a investigação dos atributos tecnológicos e decorativos do material cerâmico utilizou-se a terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica (SEMINÁRIO DE ENSINO E PESQUISA EM SÍTIOS CERÂMICOS, 1966) e os estudos mencionados no primeiro capítulo referentes às peças ligadas a escravos, especialmente Symanski (2007; 2008; 2010) e Agostini (1997; 1998; 2011).

Os fragmentos foram classificados por meio da identificação da técnica de confecção (acordelamento, moldagem, modelagem, torno). Além desses itens, cujos resultados são expostos adiante, foi averiguada a pasta que enfocou o tipo de antiplástico, a granulometria e a cor (queima). Quanto ao tratamento de superfície, observaram-se o tipo (banho ou engobe, alisamento, decoração plástica ou pintura) e a cor das superfícies interna e externa, bem como a presença de manchas de queima. A investigação dos elementos decorativos considerou todos os fragmentos com algum tipo de decoração plástica ou pintada, independentemente de sua morfologia, registrando o tipo decorativo contido no fragmento. Esses padrões também podem aparecer combinados numa mesma peça, formando decorações combinadas duplas ou múltiplas.

Entre a cerâmica de barro cozido, considerada boa indicadora de suporte, de traços com influências africanas e afrodescendentes, os cachimbos mostraram-se interessantes ao passo que são acompanhados por uma literatura historiográfica e arqueológica que registrou, ao longo do tempo, esses objetos como parte dos hábitos cotidianos de escravos em meios urbanos e rurais. Os cachimbos de barro coletados na ocorrência Estaleiro 1 foram submetidos à análise tecno-tipológica específica em virtude do interesse diagnóstico dessas peças. A terminologia e a tipologia empregadas basearam-se em Becker e Schmitz (1969) e Agostini (1997). As partes constituintes dos cachimbos são: corpo do fornilho, cavidade, em forma de funil, que recebe o fumo; porta-boquilha, quase sempre postiça e composta de um canudo; e pedúnculo, o qual pode ou não apresentar um orifício para pendurar o cachimbo (figura 47).

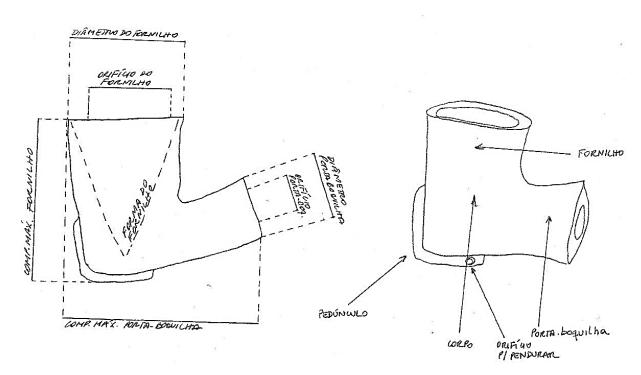



Figura 47 – Nomenclatura das partes do cachimbo

Fonte: AGOSTINI (1997, p. 31).

A tipologia mais empregada no Brasil para a classificação dos cachimbos é de autoria de Serrano (1937), adaptada por Becker e Schmitz (1969) (tabela 24):

Tabela 24 – Tipologia dos cachimbos

<table>
<tr><th>Tipo</th><th>Subtipo</th><th>Variedade</th></tr>
<tr><td rowspan="5">Tubular</td><td rowspan="2">Cônico</td><td>Reto</td></tr>
<tr><td>Curto</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Troncocônico</td><td>Reto</td></tr>
<tr><td>Curto</td></tr>
<tr><td>Piriforme</td><td rowspan="6">–</td></tr>
<tr><td>Fornilho</td><td>–</td></tr>
<tr><td>Monitor</td><td>–</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Angular</td><td>De porta-boquilha curta</td></tr>
<tr><td>De porta-boquilha longa</td></tr>
<tr><td>Em casco de navio</td></tr>
</table>

Fonte: BECKER; SCHMITZ (1969, p. 140).

3.4.2 Aspectos tecnológicos

A cerâmica dos vasilhames da ocorrência Estaleiro 1 apresentou pouca variação tecnológica, predominando a cerâmica confeccionada por intermédio da técnica de acordelamento (superposição de roletes) e modelagem (à mão livre), com poucos exemplares de cerâmica criados com o emprego do torno cerâmico (roda de torno).

A cerâmica acordelada e modelada caracterizou-se pela pasta com antiplástico mineral com granulometria média (grãos de quartzo entre 1 e 3 mm) a grossa (entre 3 e 5 mm). Houve em baixa frequência a presença de elementos não minerais adicionados à pasta, como carvão e cerâmica triturada. A queima incompleta foi a mais frequente, indicando pouco controle do processo de queima da cerâmica. A espessura média registrada nos fragmentos foi de 1 a 2 cm. Os tipos de acabamento de superfície registrados para a cerâmica acordelada e modelada foram: alisamento simples, alisamento vidrado e engobado (face interna, face externa, ambas as faces), decoração plástica, associada ou não ao engobo.

3.4.3 Aspectos decorativos

Do conjunto de material cerâmico de barro cozido, somente os bojos, as bordas e os cachimbos apresentaram padrões decorativos e foram distribuídos por setor e nível, conforme tabela 25:

Tabela 25 – Fragmentos cerâmicos de barro cozido com decoração plástica recolhidos na escavação da ocorrência Estaleiro 1

Setor	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Total
1B	0	2	2	1	3	1	**9**
2B	0	0	3	0	–	–	**3**
2A	0	1	0	1	–	–	**2**
Total por nível	**0**	**3**	**5**	**2**	**3**	**1**	**14**

Fonte: Fernanda Mara Borba (2012).

De acordo com a tabela 25, o setor que mais concentrou fragmentos decorados, ademais do conjunto total, foi o setor 1B, especialmente no nível 3 e adiante, talvez por ter atingido parte de uma lixeira e alcançar dois níveis a mais que o restante. O nível que abarcou o maior número de fragmentos foi o terceiro (cinco), da mesma forma quando a análise foi a do conjunto total de peças cerâmicas de barro cozido.

Dos fragmentos de bordas, dois receberam decoração aplicada e digitada (*a* e *b*), um apresentou um aplicado pinçado (*c*), outro exibe decoração digitada (*d*) e o último traz decoração excisa (*e*) (figura 48).

Figura 48 – Bordas de fragmentos cerâmicos com decoração, da ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Univille.
Fotografia de Fernanda Mara Borba (2013).

O maior conjunto cerâmico da ocorrência Estaleiro 1 foi formado pelos fragmentos de bojo (89), mas somente três peças apresentaram decoração plástica. O maior fragmento, com 8 cm de comprimento por 4 cm de largura, tem decoração escovada no sentido horizontal e marcas incisas na diagonal (*a*), e os

outros dois fragmentos exibem decorações incisas paralelas horizontais e diagonais (*b* e *c*) (figura 49).

Figura 49 – Bojos decorados de vasilhames cerâmicos da ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Univille.
Fotografia de Fernanda Mara Borba (2013).

No conjunto de cachimbos da ocorrência Estaleiro 1, foram registrados cachimbos modelados, em função da não identificação de marcas de molde interna ou externamente. Quanto à morfologia, ocorre o tipo angular, com a presença da parte interna do fornilho com formato cônico e porta-boquilha curto. Identificaram-se 14 cachimbos na ocorrência: um inteiro, um com o fornilho, três somente com a porta-boquilha e nove fragmentos de fornilhos lisos e decorados. Ainda, é necessário lembrar que o proprietário tem posse de outros cinco cachimbos encontrados na propriedade em superfície. Essas peças foram fotografadas e desenhadas para a análise. Dos cinco cachimbos, três estão inteiros e dois com a porta-boquilha.

A análise da pasta sugere que os cachimbos foram queimados em forno, pois a maioria apresenta queima completa (12). Para a averiguação da queima, não foi preciso executar quebras, já que muitos deles tinham partes quebradas, deixando o

núcleo exposto. Os cachimbos contêm antiplástico mineral menor que 1 mm, distribuído de modo homogêneo. Das peças, apenas uma parece ter recebido tratamento de superfície, que a enegreceu, ou a argila usada para a elaboração do cachimbo era mais escura do que a dos outros. Nesse sentido, não foi realizado mapeamento dos depósitos de argila nas proximidades da ocorrência, mas considerando-se a existência de um forno próprio na fazenda é possível que os locais de retirada da argila não sejam muito distantes.

Com relação aos padrões decorativos, do conjunto proveniente da pesquisa (14), juntamente com os de posse do proprietário (cinco), oito cachimbos possuem decoração plástica na superfície. Com decoração incisa dupla paralela somam-se três cachimbos (*a*, *b* e *c*). Com inciso único tem-se somente um fragmento (*d*), e outro com decoração incisa em arcos secantes (*e*), todos próximos à borda do fornilho (figura 50). O fragmento *e* também conta com decoração ponteada.

Figura 50 – Fragmentos de cachimbos com decoração incisa e ponteada da ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Univille.
Fotografia de Fernanda Mara Borba (2013).

Um fragmento de cachimbo apresenta em seu fornilho decoração incisa e ponteada dupla, e outro contém decoração ponteada na porta-boquilha e incisa com ponteado no fornilho. Do conjunto de cachimbos cerâmicos, apenas cinco contavam com pedúnculo, todos sem orifício. Uma única peça possui decoração mais elaborada, com padrão inciso e exciso, criando gomos próximos à porta-boquilha e um pedúnculo proeminente, que também apresentou decoração incisa (figura 51).

Figura 51 – Fragmento de cachimbo com decoração incisa e excisa da ocorrência Estaleiro 1

Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Univille.
Fotografia de Fernanda Mara Borba (2013).

A última peça averiguada constitui um cachimbo com superfície de cor preta e apresenta semelhanças com peças apresentadas por Agostini (1997), com procedência rural de fazendas cariocas e paulistas. Os fragmentos estudados pela arqueóloga foram classificados em sete tipos, mas cabe aqui ressaltar o primeiro, cujas descrições se aproximam às do cachimbo encontrado na ocorrência Estaleiro 1 (figura 52).

> Tipo 1
> O padrão decorativo que caracteriza este tipo apresenta duas linhas paralelas que circundam o fornilho, abaixo uma sequência de semiesferas em alto-relevo, seguida por mais uma linha e outra sequência de semiesferas. Esta decoração se repete no porta-boquilha. No corpo da peça aparecem junto ao pedúnculo duas concentrações de linhas onduladas em ambos os lados. O pedúnculo apresenta-se de forma proeminente, ou simples (AGOSTINI, 1997, p. 31).

Agostini (1997) ainda fez seis subdivisões em função de algumas variações e, para esta análise, interessa reproduzir os subtipos “a” e “e”:

> Subtipo a
> A variação ocorre no motivo representado no corpo, próximo ao pedúnculo: apresenta duas linhas com forma semicircular, de maneira que quando observamos a peça por baixo, na direção do cotovelo, elas formam dois círculos concêntricos, um no fornilho e outro no porta-boquilha (AGOSTINI, 1997, p. 31).

> Subtipo e
> [...] O porta-boquilha também sofre uma variação, apresentando entre duas linhas paralelas, transversalmente a estas, linhas diagonais, também paralelas, em substituição às semiesferas. No caso desta categoria, o pedúnculo apresenta-se um pouco mais proeminente que nas demais, e o tamanho da peça é relativamente menor (AGOSTINI, 1997, p. 32).

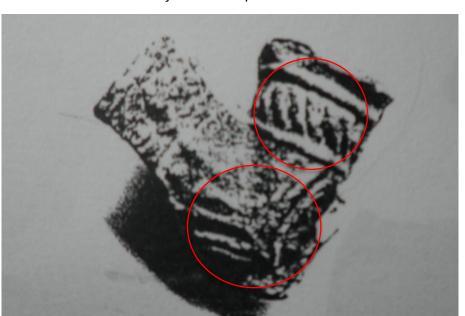



Figura 52 – Cachimbos com decoração incisa e ponteada do sítio São Francisco/SP

Fonte: AGOSTINI (1997, p. 62, 64 e 73).

3.5 A CULTURA MATERIAL DE ESCRAVOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL

O conjunto cerâmico da ocorrência Estaleiro 1 é bastante singelo, considerando que a intervenção arqueológica feita foi muito pequena diante de todo o potencial apresentado pela propriedade e também pelas outras duas ocorrências pesquisadas (Frias 1 e 2). Nesse sentido, optou-se por discutir também o material cerâmico de barro cozido proveniente do sítio Morro Grande 1, estudado por Paulino da Silva (2001), na ilha de São Francisco do Sul. Essa decisão foi tomada com o intuito de enriquecer o debate a respeito da cultura material com a possibilidade da influência africana e afrodescendente no município iniciada pelo trabalho de salvamento.

O conjunto do sítio Morro Grande 1, como supracitado, está presente no Masj e foi acessado somente no começo de 2013. Por essa razão e levando-se em conta o tempo limitado para averiguar todos os fragmentos, a investigação reviu a lista com o inventário da coleção e todas as fichas de análise da cerâmica, separando apenas as peças em que tinham sido identificadas decorações plásticas com influência africana. Estas totalizaram seis fragmentos com borda direta e lábio redondo com inciso, um bojo com inciso e desenho antropomórfico, duas bordas diretas com lábios planos com incisos, dois bojos escovados com incisos, um bojo com borda expandida e lábio plano com inciso, dois bojos com incisos e outro com figura antropomórfica.

Entre o material inventariado por Paulino da Silva (2001) havia o registro de 11 cachimbos, para os quais não se encontraram fichas de análise, mas por serem importantes pelos motivos expostos anteriormente também foram averiguados. Um aspecto que se distingue da ocorrência Estaleiro 1 refere-se ao nível em que essas peças estavam – 20 fragmentos no nível um e cinco fragmentos no nível dois –, enquanto na ocorrência Estaleiro 1 houve predominância de fragmentos no nível três.

O uso do cachimbo no Brasil, segundo Brancante (1981), acompanhou a grande produção do tabaco, de fabrico simples ou elaborado, sobretudo o de barro, disseminando-se sua utilização entre as classes sociais, mais acentuadamente entre as mulheres e os escravos. Ao rever as descrições dos viajantes, destacam-se Saint-Hilaire, George Gardner, Francis Castelnau e o príncipe Maximiliano. Saint-

Hilaire visitou uma venda em Itu (SP) e relatou a presença de “meia dúzia de mulheres fumando longos cachimbos de três pés” (BRANCANTE, 1981, p. 427). Gardner afirmou, em 1836, em Goiás, no Mato Grosso e no Piauí que “as mulheres de quase todas as classes são afeitas ao cachimbo, como os homens” (BRANCANTE, 1981, p. 427). Ele ainda disse que em Natividade o “hábito de fumar é geral entre as mulheres, de manhã à noite, raro lhes sai da boca o pito, com seu longo canudo de pau, de cerca de três pés de comprimento” (BRANCANTE, 1981, p. 433). Em Cuiabá, Castelnau registrou em 1884 uma “velha (octogenária) fumando um comprido cachimbo, cujo cabo era sustido por uma escrava de cócoras” (BRANCANTE, 1981, p. 433). Por fim, o príncipe Maximiliano menciona:

> Cachimbos usados pelos pescadores, como em todo o Brasil, particularmente pelos negros e outras pessoas das classes humildes, constam de um pequeno recipiente de barro cozido escuro e de um tubo fino e liso da haste de uma espécie de planta que cresce a considerável altura (BRANCANTE, 1981, p. 433).

A respeito desses olhares, que registraram grupos escravos portando pequenos artefatos em ambientes urbanos e rurais e em diversas situações, Agostini (1997, p. 97) garante que “o uso de cachimbos decorados como objetos cotidianos e públicos nos mostra, antes de tudo, que circulavam sem distinção aos olhos do branco”. A arqueóloga ainda lembra que o cachimbo decorado poderia ser empregado como uma maneira de expressar determinada identidade, tal qual faziam os escravos com o próprio corpo. Os significados, no momento em que estavam sendo materializados, passavam por um grande processo de recriação e reconstrução, uma vez que em espaços urbanos ou rurais africanos, crioulos e afrodescendentes compartilhavam laços e trocavam experiências culturais.

Cenas cotidianas assim não foram historiadas pela literatura local, com exceção da pesquisa de Cunha (2008) no tocante ao trabalho negro em Joinville. Nele, fala-se do contato entre imigrantes da colônia Dona Francisca e brasileiros afrodescendentes. Mesmo com dificuldade de localizar outros registros como as situações mencionadas no jornal suíço *Der Colonist* (CUNHA, 2008), interpretações podem ser feitas com base no levantamento histórico e arqueológico realizado, retomando questões sobre os arranjos familiares e as escravarias examinados para inferir a propósito dos espaços em que esses escravos transitaram.

Tanto a coleção da ilha como a pequena coleção do continente – Distrito do Saí – do município de São Francisco do Sul apresentaram elementos que demonstram que a população negra do passado pode ter deixado, de forma muito sutil, seus traços nesses ambientes. Mesmo compondo um grupo pequeno e heterogêneo, seus registros ainda, de algum modo, se preservam na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou a primeira experiência de pesquisa arqueológica com base na linha de investigação da arqueologia da escravidão em São Francisco do Sul, município do litoral norte de Santa Catarina. A análise foi feita especialmente em três antigas fazendas do século XIX, a fim de compreender a dinâmica de funcionamento dos estabelecimentos e a atuação da mão de obra escrava, relacionando esses elementos à cultura material negra produzida nesses espaços.

As marcas étnicas de africanos têm sugerido, em pesquisas arqueológicas, fortes semelhanças com as decorações encontradas na cerâmica chamada neobrasileira, já discutida aqui. O padrão escovado e os traços incisos das mais variadas formas (linear, angular, em arco secante) foram as decorações mais presentes nessas peças.

Os cachimbos, por sua vez, afirma Agostini (1997), apresentam desenhos bem próximos e signos específicos, demonstrando que teriam significados importantes, como as escarificações trazidas no corpo. A comparação de marcas tribais com padrões decorativos efetuadas em diferentes suportes da cultura material, tais quais cachimbos e vasilhames com forte significado étnico, somente seria possível quando o conjunto de amostras é representativo e amplo (LIMA; BRUNO; FONSECA, 1993; AGOSTINI, 1997). Apesar de a investigação não ter conseguido garantir essas condições, pôde-se observar no material estudado das ocorrências Estaleiro 1 e Morro Grande 1 elementos decorativos que se assemelham a traços vinculados a etnias africanas, como incisos lineares, angulares e em arcos (figuras 3, 7, 10, 11, 50 e 51) em fragmentos de vasilhames e cachimbos, mesmo mais recentes, indicando a incorporação de elementos dessas culturas, mesmo que hoje em dia não sejam mais vistas como tal.

As discussões referentes às funções realizadas pela população escrava de São Francisco do Sul não apenas apontaram para os espaços de trabalho como também aos tipos de habitação destinados a ela. Tratando-se de antigas fazendas agrícolas, está-se, portanto, trabalhando com contextos rurais, distantes do núcleo urbano da vila, onde os espaços poderiam, talvez, ser partilhados por escravos e senhores. No ambiente rural, esses grupos também poderiam dividir as mesmas habitações (caso das escravarias pequenas), mas de acordo com a literatura a

maioria dos escravos vivia em habitações separadas da casa do proprietário (especialmente quando havia famílias), mantendo proximidade dependendo da extensão da propriedade.

As habitações também poderiam ser coletivas, individuais ou familiares. Ou seja, essas construções estavam bastante relacionadas ao tipo de arranjo familiar dos escravos. Com variação entre três e quatro membros, dificilmente tais famílias moravam em barracões ou em grandes pavilhões com áreas reservadas para elas. Embora a comunidade de São Francisco do Sul tenha apontado para diversas estruturas elaboradas com rochas como senzalas, acredita-se que as famílias cativas ocuparam pequenas casas com plantas simplificadas, de forma retangular, com um ou dois cômodos, como sugere a literatura sobre as senzalas em contextos rurais. Nesses cenários, parecem ter prevalecido construções elaboradas com paredes de pau a pique e cobertura de palha, como as choupanas ou cabanas, que abrigavam de dois a cincos escravos, residências mais simples e pouco resistentes ao tempo, como sugerem Barickman (2003), Weimer (2012), Broos (2002), Symanski e Souza (2007), Slenes (2011) e as figuras 15, 16, 17, 18 e 19.

Porém outros elementos suscitaram questões a respeito da presença desses grupos e da sua produção cultural, como os pequenos objetos elaborados em materiais cerâmicos, sem contar os demais fragmentos não explorados pela pesquisa, mas mencionados pela literatura como elementos de (re)apropriação dos escravos (vidro e louça, por exemplo).

Para a análise da cultura material referente à escravidão numa cidade que incorporou esse sistema por três séculos, houve a necessidade de entender o contexto com que se estava lidando. Ao longo do caminho, à medida que se reuniam as fontes e as informações dispersas em municípios diferentes com diversas temporalidades e muitas lacunas, foi necessário entender como se deu a ocupação desse lugar, seus aspectos históricos e sociais, buscando nesse meio um elemento importante: o escravo. Com os dados históricos e uma linha de investigação, a pesquisa buscou identificar espaços que guardassem estruturas e artefatos que estariam ligados aos negros do passado que por ali transitaram. Ao estudar os espaços e a materialidade, bem como os indícios contidos nas fontes históricas, a tentativa foi de compreender alguns aspectos do cotidiano desses indivíduos e as permanências no presente.

Com a realização deste trabalho, percebeu-se que a cidade de São Francisco do Sul dispõe de potencialidade para averiguações arqueológicas da escravidão e também da diáspora. Symanski e Souza (2007) concluem um de seus trabalhos falando do contexto sociopolítico que esta investigação levanta. Retomam-se aqui seus questionamentos, por acreditar na importância deles:

> Que passado, afinal, retratamos? Quais os possíveis impactos dos nossos estudos sobre as percepções coletivas envolvendo o legado da escravidão e as questões daí decorrentes? O que, exatamente, temos feito e o que temos ainda por fazer nesse campo? Mais do que a prática acadêmica, o estudo da escravidão é também uma prática política... (SYMANSKI; SOUZA, 2007, p. 237).

Assim, essa prática exige uma ação conjunta e um olhar interdisciplinar, ao passo que envolve campos, fontes e métodos diversificados no estudo da escravidão, de seus reflexos e de suas permanências na contemporaneidade.

A presente dissertação, que se fez num programa interdisciplinar, em um espaço no qual a temática não havia sido observada por esse viés, serviu como experiência dessa prática (acadêmica, entretanto também política). Ela foi útil para mostrar ao profissional que a fez a contribuição da pesquisa interdisciplinar e, ao mesmo tempo, a dificuldade de separar os olhares (sobretudo neste caso, ora se é historiador, ora se é arqueólogo. Ou se é os dois). Qual foi o resultado? A união de investigações que vieram do campo histórico e arqueológico e que permeiam o campo do patrimônio cultural com o propósito de construir uma história menos fragmentada e que contemple outros aspectos, antes ausentes.

Todavia, ainda tem-se muito por fazer. Sugere-se que exames futuros retomem à temática e discutam as demais fazendas da ilha de São Francisco do Sul ou de outros municípios da Baía Babitonga que não foram averiguadas aqui, pois existem indícios de que essas propriedades, ligadas a muitos nomes supracitados, tenham contemplado grupos de escravos mais significativos. Recomenda-se ainda uma análise mais profunda dos documentos, como os eclesiásticos e inventariais, com um olhar voltado à perspectiva arqueológica, já que eles apresentam sinais a respeito da materialidade e dos arranjos construídos por esses grupos. Propõe-se a interpretação dos materiais coletados durante o campo e não analisados no trabalho (como o vidro e a louça), afinal, conforme a literatura, esses vestígios podem conter elementos que ditam sobre a população escrava. Que os trabalhos futuros possam

resgatar esses debates e trazer novos apontamentos ausentes aqui, como as experiências escravas apontadas no início: os hábitos alimentares, as manifestações religiosas, a reapropriação de outros materiais etc.

São muitas as questões e as lacunas que se mantêm abertas, e a arqueologia pode colaborar com a construção desse conhecimento, com a divulgação e com a reflexão dessa memória. Permitir a existência de leituras plurais no tocante ao passado e aos grupos que transitaram nessa história pode auxiliar a sociedade para que ela se reconheça nesse repertório com condições de discutir sua produção cultural. A preservação de tal história exige ações que identifiquem e documentem essa memória, abrindo espaços para a participação de todos os grupos sociais no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Camilla. **Cachimbos de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX**. 1997. Monografia (Bacharelado em Arqueologia)–Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1997.

______. **Mundo atlântico e clandestinidade:** dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea, século XIX. 2011. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

______. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 115-137, 1998.

ALLEN, Scott Joseph. As vozes do passado e do presente: arqueologia, política cultural e o público na Serra da Barriga. **Clio Série Arqueológica**, v. 20, p. 81-101, 2006.

ALVES, Maria Cristina. **Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALVES, Maria Cristina; BANDEIRA, Dione da Rocha. Arqueologia histórica no nordeste de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma. (no prelo.)

ANDERMANN, Adriane Schroeder. **Histórias de engenho:** os engenhos de farinha de mandioca em Florianópolis – tradição, modernidade, representações. Joinville: Editora da Univille, 2007.

BARICKMAN, Bert Jason. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. **Afro-Ásia**, v. 29/30, p. 79-132, 2003.

BECKER, Ítala Irene Basile; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Cachimbos do Rio Grande do Sul. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, v. 20, 1969.

BOITEUX, Henrique. O falanstério do Saí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, Florianópolis, v. 12, p. 47-90, 1944.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a cerâmica antiga**. São Paulo: Gráfica, 1981.

BROCHADO, José Proenza *et al*. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas**, Belém, n. 12, p. 1-40, 1969.

BROOS, Hans. **Construções antigas em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Do Autor, 1968.

______. Os açorianos. *In*: CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1. **Anais**... Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950. v. 3.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo: Nacional, 1960.

CARLE, Claudio Baptista. **A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX**. 2005. Tese (Doutorado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CARVALHO, Vanessa Marinho de. **A travessia atlântica de árvores sagradas:** estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT. 2012. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

COMERLATO, Fabiana. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes:** um estudo através da arqueologia histórica. 1998. Dissertação (Mestrado em História, concentração em Arqueologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

______. As experiências das oficinas de arqueologia e populações de origem africana. **Percursos**, Florianópolis, v. 6, p. 1-20, 2005.

______. Retrospectiva da arqueologia histórica em Santa Catarina. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 5, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre, p. 1-17, 2003.

CUNHA, Dilney. Negros, trabalho e sociedade em Joinville. *In*: ______. **História do trabalho em Joinville:** gênese. Santa Catarina: Todaletra, 2008.

CUNHA, Rogério Pereira. Francisco de Oliveira Camacho: a trajetória de um grande proprietário em uma região de abastecimento. *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., Curitiba. **Anais**... Curitiba, p. 1-14, 2009.

______. **Juízes, policiais e administradores:** elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do estado do Brasil – São Francisco do Sul, província de Santa Catarina (1832-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

FAMILY SEARCH. **Free family history and genealogy records**. Disponível em: <https://familysearch.org/>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos Açores ao Brasil meridional:** uma viagem no tempo. Povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense. Florianópolis: Edição do Autor, 1998.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **Métis: História e Cultural**, v. 8, n. 16, p. 267-275, jul./dez. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 56-76.

FRAGOSO, João Luis. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. *In*: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

______. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed. 51. São Paulo: Global, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. A “república de Palmares” e a arqueologia da Serra da Barriga. **Revista da USP**, São Paulo, v. 28, p. 6-13, dez./fev. 1996.

______. Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos Palmares. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, p. 11-38, 2001.

______. Historical archaeology from a world perspective. *In*: ______. **Historical archaeology:** back from the edge. Londres: Routledge, 1999. p. 37-66.

GUIMARÃES, Carlos Magno; LANNA, Ana Lucia Duarte. Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais. **Revista de Antropologia**, v. 31, p. 23-28, 1980.

GUTTLER, Antonio Carlos. A colonização do Saí (1842-1844): uma original colônia francesa em Santa Catarina. *In*: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 105-141.

HILLS, Catherine. Arqueología histórica y textual. *In*: RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología Conceptos Clave**. Madri: Akal, 2008. p. 100-105.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

JACOBUS, André Luiz. **Resgate arqueológico e histórico do registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha/RS)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEONE, Mark *et al*. The archaeology of black. **The Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 575-598, 2005.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. *In*: IVO, Isnara Pereira *et al*. **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, 2010.

LIMA, Tânia Andrade *et al*. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**, São Paulo, n. 1, p. 205-230, 1989.

LIMA, Tânia Andrade; BRUNO, M. C. O.; FONSECA, M. P. R. "Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX": fazenda São Fernando, Vassouras. Rio de Janeiro: Exploração arqueológica e museológica. *In*: MUSEU PAULISTA, HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL. **Anais**... São Paulo: Museu Paulista, 1993. p. 170-206. v. 1.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NAS ROTAS DO IMPÉRIO: EIXOS MERCANTIS, TRÁFICO DE ESCRAVOS, RELAÇÕES SOCIAIS NO MUNDO PORTUGUÊS. **Anais**... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, jun. 2006. p. 1-24.

______. O estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almack**, Guarulhos, n. 2, p. 20-37, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. **Ao sul da história:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

______. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MILLER, Eurico Theófilo. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.** Museu

Paranaense Emílio Goeldi. Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Publicações Avulsas. Belém, n. 6, p. 15-38, 1967.

NASCIMENTO, Antônio Roberto. **Os Gomes de Oliveira**. s.n.t.

______. **Os Gonçalves de Moraes**. s.n.t.

OLIVEIRA, Ricardo da Costa. **Escravos e índios em Joinville de 1888**. 2000. Disponível em: <http://archiver.rootsweb.ancestry.com/th/read/BRAZIL/2000-01/0948027867>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ORSER, Charles E. African American archaeology. *In*: ENCYCLOPEDIA OF HISTORICAL ARCHAEOLOGY. Nova York: Rotledge, 2002. p. 11-14.

______. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1992.

______. The archaeology of the African diaspora. *In*: ANNUAL REVIEW OF ANTHROPOLOGY. 1998. v. 27. p. 63-82.

PAULINO DA SILVA, Osvaldo. **Arqueologia dos engenhos da ilha de Santa Catarina**. Erechim: Habilis, 2007.

PAVANELLO, Laércio José. **Ferramentas, fumo, farinha...** Um estudo sobre o patrimônio comercial de Joinville. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultura e Sociedade)–Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco:** escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PIAZZA, Walter Fernando. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

______. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

______. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: Editora da Udesc, 1975.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROSA, Estefânia Jaékel. **Paisagens negras:** arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil). 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural)–Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do império do Brazil**. Paris: J. P. Aillaud, 1845. v. 2. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=dgMNAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-br&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18 jul. 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Itatiaia, 1978.

SAMFORD, Patricia. The archeology of African-American slavery and material culture. **The William and Mary Quaterly**, v. 53, n. 1, p. 87-114, 1996.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. São Paulo: Símbolo, 1977.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SEMINÁRIO DE ENSINO E PESQUISA EM SÍTIOS CERÂMICOS. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Curitiba: Conselho de Pesquisa da UFPR, 1966.

SERRANO, Antônio. Subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 36, 1937.

SILVA, Denize Aparecida da. Estigmas e fronteiras: atribuição de procedência e cor dos escravos na freguesia de Nossa Senhora da Graça (1858-1888). *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3. Florianópolis: UFSC, p. 1-10, 2007.

______. **Plantadores de raiz:** escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville: 1845-1888. 2004. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SINGLETON, Thereza. The archaeology of slavery in North America. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 119-140, 1995.

SINGLETON, Thereza; SOUZA, Marcos André Torres. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. **International Handbook of Historical Archaeology**, p. 449-469, 2009.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor:** esperança e recordações na formação da família escrava. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE**. Álbum Histórico do Centenário de Joinville (1851).** Joinville: Sociedade Amigos de Joinville, 1951.

SOUZA, Marcos André Torres. Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Vestígios**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 59-92, jan./jun. 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Alocronismo y cultura material: discursos de dominación y la utilización de los bienes materiales en la sociedad brasilera del siglo XIX. *In*: ACUTO, Félix; ZARANKIN, Andrés. **Sed nos Satiata II:** acercamientos sociales en la arqueologia latino-americana. Buenos Aires: Encuentro Grupo Editor, 2008. p. 255-275.

______. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. *In*: MORALES, Walter; MOI, Flávia Prado. **Centenários regionais em arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 279-310.

______. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **História Unisinos**, São Leopoldo, p. 294-310, set./dez. 2010.

______. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Vestígios**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 7-36, 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres. O registro arqueológico de grupos escravos. Questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 33, p. 215-243, 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; ZANETTINI, Paulo. Encontros culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do Vale do Guaporé. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica Vestígios**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 89-123, 2010.

TAVARES, Aurea Conceição. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador:** postura das instituições religiosas africanas frente à Igreja Católica de Salvador no período escravista. 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

THIAGO, Arnaldo S. **São Francisco do Sul:** breve notícia histórico-descritiva do município. [S.l.: s.n.], 1938.

THIAGO, Raquel S. As múltiplas histórias da ilha e arredores. In: SANTOS, Silvio Coelho *et al*. **São Francisco do Sul:** muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. p. 75-103.

THIESEN, Beatriz Valhadão; MOLET, Claudia Daiane; KUNIOCHI, Marcia Noemi. Charqueada e escravidão em Rio Grande. *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2011. p. 1-15.

VIEIRA, Gleison. **Porto de Barrancos:** berço de Garuva. Joinville: Letradágua, 2007.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barros:** o cotidiano doméstico na casa bandeirista. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DOCUMENTOS

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Carta de Lausanne (1990)**. 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=14D8C9366EDAA6666D53765251901585?id=262>. Acesso em: 30 maio 2011.

______. Iphan. **Portaria n. 7 de 1.º de dezembro de 1988**. 1988. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=319>. Acesso em: 30 ago. 2012.

______. Iphan. **Portaria n. 230 de 17 dezembro de 2002**. 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>. Acesso em: 20 ago. 2012.

______. Ministério da Fazenda. **Recenseamento geral do império de 1872, Santa Catharina**. 1872. Disponível em: <http://archive.org/details/recenseamento1872sc>. Acesso em: 20 ago. 2012.

______. Receita Federal. **Memória:** mesas de renda. 2012. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/aduana/unidades/mesasrendas/default.asp>. Acesso em: 20 ago. 2012.

______. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos**. Lei n. 2.040 de 20 de setembro de 1871. 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: 20 ago. 2012.

______. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Sobre as terras devolutas no império**. Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. 1850. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104056/lei-601-50>. Acesso em: 20 ago. 2012.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **The national historic preservation act of 1966**. 1966. Disponível em: <http://www.achp.gov/nhpa.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

JOINVILLE. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. **Registro de batismos da Freguesia Nossa Senhora da Graça**. n. 9-17. 1795-1901.

______. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. **Registro de batismos de ingênuos da Freguesia Nossa Senhora da Graça**. n. 1. 1871-1888.

______. Arquivo da Mitra Diocesana de Joinville. **Registro de óbitos da Freguesia Nossa Senhora da Graça**. n. 12. 1919-1935.

______. Arquivo Histórico de Joinville. **Código de Posturas do Conselho Municipal de Joinville**. Joinville: Secretaria Municipal, 1896-1900.

______. Arquivo Histórico de Joinville. **Sesmeiros da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul**. Reprodução documental sobre Joinville, [s.d.]. (Coleção Memórias da Cidade).

SANTA CATARINA. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. José Antonio de Carvalho (1854-1856). **Códices de Registro de Vigários (Santa Catharina)**. Florianópolis, 1850-1860.

______. Mappa da população da província de Santa Catharina no anno de 1857. *In*: FALLA QUE O PRESIDENTE DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA JOÃO JOSÉ COUTINHO DIRIGIO A ASSEMBLEA LEGISLATIVA PROVINCIAL. Typographia Imperial. Sessão ordinária do anno de 1857. Rio de Janeiro. 1857. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/944/000037.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

______. Mappa da população da província de Santa Catharina no anno de 1866. *In*: RELATÓRIO APRESENTADO A ASSEMBLEA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SANTA CATHARINA. Typographia Nacional. Sessão ordinária do anno de 1867. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/954/000030.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

______. Poder Judiciário. Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Inventários**. Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, 1850-1985.

______. Quadro da divisão civil, judiciária e eclesiástica da província de Santa Catharina com o resumo da sua população relativo ao anno civil de 1840. *In*: FALLA QUE O PRESIDENTE DA PROVINCIA DE SANTA CATHARINA ANTERO JOZÉ FERREIRA DE BRITO DIRIGIO A ASSEMBLEA LEGISLATIVA DA MESMA PROVINCIA. Typographia Provincial. Sessão ordinária do anno de 1841. Desterro. 1841. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u902/000052.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SÃO FRANCISCO DO SUL. Museu Histórico de São Francisco do Sul. **Fundo de emancipação de escravos**. São Francisco do Sul, 1873-1886.

ENTREVISTAS ORAIS

CORRÊA, Hélio Barros. **Hélio Barros Corrêa:** entrevista [nov. 2012]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2012. Entrevista concedida ao Projeto

Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

D'AVIZ, Rosa Dulcelina Lima. **Rosa Dulcelina Lima D'Aviz:** entrevista [mar. 2012]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2012. Entrevista concedida ao Projeto Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

LEDOUX, Dejair de Borba. **Dejair de Borba Ledoux:** entrevista [jun. 2012]. Entrevistadoras: Cibele Dalina Piva Ferrari e Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2012. Entrevista concedida ao Projeto Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

NASCIMENTO, Aldair Carvalho. **Aldair Carvalho Nascimento:** entrevista [nov. 2011]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2011. Entrevista concedida ao Projeto Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

NASCIMENTO, Américo Paulino do. **Américo Paulino do Nascimento:** entrevista [jun. 2012]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2012. Entrevista concedida ao Projeto Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

OLIVEIRA, Andréa de. **Andréa de Oliveira:** entrevista [fev. 2012]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2012. Entrevista concedida ao Projeto Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

PINHEIRO, Soraia das Neves. **Soraia das Neves Pinheiro:** entrevista [fev. 2012]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2012. Entrevista concedida ao Projeto Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

SILVA, Maria Gonçalves da. **Maria Gonçalves da Silva:** entrevista [jun. 2012]. Entrevistadora: Fernanda Mara Borba. São Francisco do Sul, 2012. Entrevista concedida ao Projeto Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC.

JORNAIS

A NOTÍCIA, Joinville, 9 jul. 1961.

FOLHA LIVRE. Joinville, n. 19, ano 1, 15 maio 1887.

______. Joinville, 20 maio 1887.

______. Joinville, 5 jun. 1887.

______. Joinville, jun. 1887.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 25 mar. 1878.

______. Joinville, ano 1, 26 mar. 1878.

______. Joinville, 23 maio 1878.

______. Joinville, 27 out. 1878.

______. Joinville, ano 2, 12 nov. 1878.

______. Joinville, n. 29, ano 4, 20 abr. 1881.

______. Joinville, 27 abr. 1881.

______. Joinville, 4 maio 1881.

______. Joinville, n. 226, ano 5, 14 ago. 1909.

GROTH, Marlise. O velho solar. **A Notícia**, Joinville, 12 nov. 2003.

NASCIMENTO, Antônio Roberto. Escravos francisquenses. **A Notícia**, Joinville, 7 set.1979. p. 13.

ICONOGRAFIA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. **Família afrodescendente no interior de São Francisco do Sul**. Século XIX. 1 fotografia, p&b, 10 cm x 15 cm.

JOINVILLE. Arquivo Histórico de Joinville. **Indícios sobre a presença negra em Joinville no século XIX**. [s.d.] cx. 191. 5 fotografias, p&b, 10 cm x 15 cm. (Coleção Memória da Cidade.)

______. Arquivo Histórico de Joinville. **Mapa da medição e demarcação da Colônia Dona Francisca, compreendendo o Distrito do Saí, Rio e Ilha de São Francisco (Jerônimo Francisco Coelho)**. 1846. 1 mapa, p&b, 95,9 cm x 76 cm. Escala: desconhecida.

SILVA, Maria Gonçalves da. **José Gonçalves de Moraes e família (localidade do Frias – Distrito do Saí, São Francisco do Sul)**. 1920. 4 fotografias, sépia, 20 cm x 22 cm.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Centro de Cartografia Digital e Sistema de Informação Cartográfica**. Indicação de localização da ocorrência Frias 1.** 1 mapa, color., 16 cm x 12 cm. Escala: 1: 25000.

______. Centro de Cartografia Digital e Sistema de Informação Cartográfica**. Indicação de localização da ocorrência Frias 2.** 1 mapa, color., 16 cm x 12 cm. Escala: 1: 25000.

______. Centro de Cartografia Digital e Sistema de Informação Cartográfica**. Indicação de localização da ocorrência Estaleiro 1.** 1 mapa, color., 16 cm x 12 cm. Escala: 1: 25000.

______. Centro de Cartografia Digital e Sistema de Informação Cartográfica**. Mapa de indicação das ocorrências pesquisadas no Distrito do Saí, São Francisco do Sul**. 2012. 1 mapa, color., 16 cm x 24 cm. Escala: 1: 25000.

______. Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babitonga – ATLAS (2007-2010). Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (coord.). **Localização da Baía Babitonga.** 1 mapa, color., 16 cm x 12 cm. Escala: 1:15000.

RELATÓRIOS

ALVES, Maria Cristina. **Diagnóstico arqueológico para as obras de pavimentação asfáltica de estradas municipais em Joinville e São Francisco do Sul, trecho 2**. Joinville: OAP Consultores Associados, 2006.

______. **Diagnóstico arqueológico prospectivo para as obras de pavimentação do Projeto Costa do Encanto, trecho 4, municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, Santa Catarina**. Joinville: OAP Consultores Associados, 2013. (Projeto em fase de execução.)

______. **Salvamento e monitoramento arqueológico em área do entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul (Santa Catarina)**. Joinville: OAP Consultores Associados, 2004.

PAULINO DA SILVA, Osvaldo. **Salvamento arqueológico dos Sítios Morro Grande 1, Morro Grande 2 e Morro Grande 3 (São Francisco do Sul, Santa Catarina)**. Palhoça: ERM Brasil Sul, 2001.

GLOSSÁRIO

Este glossário foi elaborado com o intuito de esclarecer os significados de termos e conceitos pertencentes à arqueologia de modo geral, referentes à decoração, à composição ou ainda às formas de peças arqueológicas, considerando as informações presentes na terminologia arqueológica para a cerâmica brasileira (SEMINÁRIO DE ENSINO E PESQUISA EM SÍTIOS CERÂMICOS, 1966).

Acordelado: técnica de confecção da cerâmica que consiste em superpor roletes de pasta de comprimento variável, sem sentido circular, até construir as paredes do vaso;

Aplicado: tipo de decoração em que se fixam uma ou várias tiras ou bolas de pasta, na superfície cerâmica, com efeitos de variados formas e desenhos;

Asa: apêndice compacto para suspender o vaso, podendo ser vertical ou horizontal;

Bojo: parte de maior diâmetro externo do vaso;

Corrugado: tipo de decoração em que, depois da colocação de cada rolete, é ligado ao anterior por meio de pressões mais ou menos regulares, espaçadas, executadas com as pontas dos dedos, em sentido perpendicular ou transversal ao vaso. A técnica, em certos casos, permite ver a união dos roletes entre as impressões dos dedos ou o outro instrumento;

Engobo: de engóbio. Revestimento superficial de barro fino, aplicado às cerâmicas antes da queima;

Escovado: técnica de decoração exterior que consiste em passar um instrumento com pontas múltiplas que deixa sulcos bem visíveis nas superfícies, guardando paralelismo entre si;

Exciso: tipo de decoração em que se retira da superfície cerâmica, antes da queima, porções de vários tamanhos, formas e profundidade;

Faiança: trata-se de uma forma de cerâmica branca que possui uma massa cerâmica menos rica em caulim do que a porcelana e é associada a argilas mais plásticas, podendo incluir rochas cerâmicas tais quais o granito, o pegmatito e o filito como fundentes. É mais porosa a de coloração branca ou marfim e precisa de posterior vitrificação. As peças de faiança são fabricadas a temperaturas inferiores a 1.250ºC e caracterizam-se pela menor resistência do que à da porcelanas e do grés;

Inciso: tipo de decoração plástica das vasilhas que consiste em incisões praticadas por meio da extremidade aguçada de instrumentos de diferentes formatos e dimensões na superfície da pasta ainda úmida. Essas incisões, de dimensões variadas, em comprimento, largura e profundidade, podem apresentar secções regulares ou irregulares, dependendo da resistência da superfície no momento da operação e das características da extremidade do instrumento utilizado;

Modelado: técnica de manufatura, à mão livre, a princípio em massa informe, até atingir a forma desejada;

Moldado: técnica de manufatura de cerâmica realizada com o auxílio de um molde;

Nível: divisão artificial de um sítio, em profundidade;

Núcleo: porção de coloração mais escura, cinzenta ou negra, que se observa, geralmente, por inspeção visual do plano de fratura, no interior das paredes das vasilhas cuja cocção ou queima não foi completa;

Pinçado: tipo de decoração em que se imprimem marcas espaçadas pela ação contrátil e simultânea das pontas de unhas e dedos, em sentido oposto, na superfície da cerâmica, como se fosse beliscada;

Ponteado: tipo de decoração feito com pontas, deixando marcas independentes, podendo ser de vários formas e tamanhos;

Queima: processo físico-químico que consiste em transformar a pasta em cerâmica por meio da elevação de temperatura, durante o qual a maior ou menor presença de oxigênio determina a oxidação ou redução, evidenciada pela textura e cor da cerâmica;

Tempero: também pode ser chamada de antiplástico. Matéria introduzida intencionalmente na pasta para conseguir condições técnicas propícias à boa secagem e cocção, como cacos triturados, areia fina, quartzo, conchas, cauixi, cariapé, ossos etc.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVILLE

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Joinville, 02 de agosto de 2011

OFÍCIO N. º 200/2011 - PRPPG/ CEP
Para Profa. Fernanda Mara Borba
Projeto de Pesquisa – Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade
UNIVILLE

ASSUNTO: Parecer Processo nº 096/2011

O Projeto de pesquisa intitulado **"ARQUEOLOGIA DE UMA OCUPAÇÃO ESQUECIDA: GRUPOS NEGROS EM SÃO FRANCISCO DO SUL - SANTA CATARINA"** e seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de sua responsabilidade, foram **APROVADOS** pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE, após terem sido analisados e verificados que atendem plenamente aos parâmetros descritos na Res. CNS 196/96 e complementares, e Res. 19/07 CEP/UNIVILLE, conforme parecer em anexo.

Lembramos que, ao finalizar a pesquisa, deverá ser encaminhado ao CEP/UNIVILLE o relatório final.

Atenciosamente,

Eleide Abril Gordon Findlay
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias Km 8 Posto 128 - Iperoba
CEP 89.240-000 - São Francisco do Sul/SC
Telefone: (47) 3442-2577

Unidade Centro - Joinville
Rua Ministro Calógeras, 437 - Centro
CEP 89202-207 - Joinville/SC
Telefone: (47) 3422-3021

Campus Joinville
Rua Paulo Malschitzki, nº 10 - Zona Industrial
CEP 89219-710 - Joinville/SC
Fone: (47) 3461-9000 - Fax: (47) 3473-0131

Campus São Bento do Sul
R. Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Colonial
Caixa Postal 41 - CEP 89290-000 - São Bento do Sul/SC
Telefone: (47) 3631-9100

www.univille.br

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

UNIVILLE
UNIVERSIDADE

PARECER DO PROJETO DE PESQUISA

1) DADOS GERAIS

1) DADOS GERAIS
N° do Protocolo: 096/2011
Data de Entrada no Comitê: 21/06/2011
Instituição: Univille (MPCS)
Comitê: (x) Humanas ( ) Animais
Área Temática Especial: (x) Não ( ) Sim. Qual?
Área Temática: Arqueologia
Fonte Financiadora: Própria
2) TÍTULO.

Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul - Santa Catarina

3) PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Fernanda Mara Borba

4) EQUIPE EXECUTORA:

Fernanda Mara Borba e Dione da Rocha Bandeira (orientadora).

5) SUMÁRIO E ANÁLISE DO PROTOCOLO

A folha de rosto da CONEP está corretamente preenchida.
Os currículos estão anexados e indicam a competência da pesquisadora e da professora orientadora para a execução da pesquisa.
A pesquisa tem como temática a ocupação de grupos negros em São Francisco do Sul a partir do ingresso da escravidão no século XVII. E o patrimônio cultural material de grupos negros que ocuparam a localidade.
A pesquisadora estabeleceu como objetivo geral "Reconhecer, por meio da cultural material, a ocupação de grupos negros e suas práticas cotidianas em São Francisco do Sul- Santa Catarina a partir do século XVII, em condições de escravidão ou livres, contribuindo com os estudos arqueológicos do patrimônio cultural dessas comunidades que tradicionalmente não são representadas". Os objetivos específicos traçados indicam a possibilidade de que o estudo atinja seu objetivo principal.
A revisão da literatura é consistente e fundamenta a temática proposta. Em relação à metodologia a pesquisadora indica o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica, documental em arquivos públicos, em depoimentos orais nos

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias Km 8 Poste 128 - Iperoba
CEP. 89.240-000 - São Francisco do Sul/SC
Telefone: (47) 3442-2577

Unidade Centro - Joinville
Rua Ministro Calógeras, 437 - Centro
CEP. 89202-207 - Joinville/SC
Telefone: (47) 3422-3021

Campus Joinville
Rua Paulo Malschitzki, nº 10 - Zona Industrial
CEP. 89219-710 - Joinville/SC
Fone: (47) 3461-9000 - Fax: (47) 3473-0131

Campus São Bento do Sul
R. Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Colonial
Caixa Postal 41 - CEP. 89290-000 - São Bento do Sul/SC
Telefone: (47) 3631-9100

www.univille.br

acervos do Laboratório de Historia Oral da Univille- LHO- e do Laboratório Oral do Arquivo Histórico de Joinville. O levantamento de novos depoimentos orais sobre a arqueologia da ocupação negra em São Francisco será realizado através de pesquisa de campo. Informa que serão realizadas aproximadamente 10 entrevistas orais. Como critério de inclusão tem-se que serão homens e mulheres pertencentes a diferentes grupos étnicos, nascidos preferencialmente antes da década de 1960 e que estejam presentes em São Francisco por um longo período. A abordagem aos sujeitos da pesquisa se dará através de contato com moradores locais que se prontifiquem a contar as suas vivências ligadas a materialidade negra. O roteiro da entrevista está anexado. A entrevista será gravada e transcrita e posteriormente doada ao LHO. O local das entrevistas será a residência dos sujeitos da pesquisa com o conhecimento do MPCS.

Na análise crítica de riscos e benefícios a pesquisadora informa que os riscos aos sujeitos da pesquisa são mínimos apenas aqueles da vida cotidiana. O principal benefício destacado é o de reconhecer por meio da cultura material, a ocupação de grupos negros em São Francisco do Sul, suas historias e experiências nos diferentes lugares. E a produção de estudos sobre a Arqueologia.

Os resultados esperados elencados referem-se aos estudos arqueológicos do patrimônio cultural das comunidades tradicionalmente não representadas na historiografia, além de viabilizar novas fontes de pesquisa relacionando memória, patrimônio e identidade, para futuros estudos relacionados, principalmente, com a Arqueologia e o patrimônio cultural. E, também, a divulgação através de simpósios, congressos e a própria dissertação.

No cronograma está assinalado que a pesquisa de campo com os sujeitos da pesquisa terá início em outubro de 2011.

O orçamento financeiro está detalhado e informa que o projeto faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada "Patrimônio cultural da Ilha da Rita e Distrito do Sai, São Francisco do Sul- Santa Catarina: estudos interdisciplinares", sob a responsabilidade das Professoras Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e Dione da Rocha Bandeira com financiamento do CNPQ. A pesquisadora é bolsista CAPES.

Não foi encontrado conflito de interesse que impeça a realização da pesquisa.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser reformulado para incluir as informações que estarão assinaladas a seguir.

Em 27/07/2011 foi encaminhado via ofício nº 200/2011 – PRPPG/CEP à pesquisadora responsável o parecer consubstanciado contendo as pendências, a saber:

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias Km 8 Poste 128 - Iperoba
CEP 89.240-000 - São Francisco do Sul/SC
Telefone: (47) 3442-2577

Unidade Centro - Joinville
Rua Ministro Calógeras, 437 - Centro
CEP. 89202-207 - Joinville/SC
Telefone: (47) 3422-3021

Campus Joinville
Rua Paulo Malschitzki, nº 10 - Zona Industrial
CEP. 89219-710 - Joinville/SC
Fone: (47) 3461-9000 - Fax: (47) 3473-0131

Campus São Bento do Sul
R. Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Colonial
Caixa Postal 41 - CEP. 89290-000 - São Bento do Sul/SC
Telefone: (47) 3631-9100

www.univille.br

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - FURJ
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Retirar as informações em negrito.

a) Esclarecer sobre a autorização de utilização de imagem já que na metodologia não existe esta informação. Caso se confirme a utilização de imagem dos sujeitos da pesquisa se faz necessário o envio do modelo de Termo de Cessão de Imagem conforme modelo na pagina do CEP.

b) Inserir uma frase informando que os riscos do sujeito são mínimo.

c) Informar que o documento está redigido em duas vias e que uma pertence ao sujeito da pesquisa.
d) Atualizar as informações sobre o Comitê de Ética referente ao endereço da Univille e também que o número de telefone do CEP é 3461-9235.

Em 28/07/2011 a pesquisadora responsável respondeu ao ofício nº 200/2011 PRPPG/CEP, esclarecendo todas as pendências apontadas no parecer, atendendo plenamente à Resolução CNS 196/96 e complementares.

6) PARECER

( ) Não aprovado;
(X) Aprovado;
( ) Aprovado, a ser encaminhado à CONEP para registro;
( ) Aprovado, a ser encaminhado à CONEP para apreciação e parecer;
( ) Com Pendências.

A partir da análise, constata-se que o projeto intitulado **"ARQUEOLOGIA DE UMA OCUPAÇÃO ESQUECIDA: GRUPOS NEGROS EM SÃO FRANCISCO DO SUL - SANTA CATARINA"** atende plenamente a Resolução CNS 196/96 e complementares, e a Resolução 19/07 CEPE/UNIVILLE, para realização de pesquisas com seres humanos, sendo o projeto aprovado.

Joinville, 02 de agosto de 2011.

Eleide Abril Gordon Findlay
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE

Unidade São Francisco do Sul
Rodovia Duque de Caxias Km 8 Poste 128 - Iperoba
CEP 89 240-000 - São Francisco do Sul/SC
Telefone: (47) 3442-2577

Unidade Centro - Joinville
Rua Ministro Calógeras, 437 - Centro
CEP 89202-207 - Joinville/SC
Telefone: (47) 3422-3021

Campus Joinville
Rua Paulo Malschitzki, nº 10 - Zona Industrial
CEP 89219-710 - Joinville/SC
Fone: (47) 3461-9000 - Fax: (47) 3473-0131

Campus São Bento do Sul
R. Norberto Eduardo Weihermann, 230 - Colonial
Caixa Postal 41 - CEP 89290-000 - São Bento do Sul/SC
Telefone: (47) 3631-9100

www.univille.br

ANEXO B – PORTARIA DO IPHAN DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses.

13 - Processo nº. 01510.002188/2011-02.

Projeto: Programa de Prospecção Arqueológica em Área de Implantação do TERMINAL RETROPOTUÁRIO DO NOVO PORTO DE ITAPOÁ.

Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber.

Apoio Institucional: GRUPEP -UNISUL.

Área de Abrangência: Municípios de Itapoá, Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses.

14 - Processo nº. 01510.001791/2011-69.

Projeto: Levantamento Arqueológico Prospectivo e Educação Patrimonial da JAZIDA DE ARGILA AMOLA FACA.

Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos.

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense (IPAT/UNESC).

Área de Abrangência: Municípios de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 02 (dois) meses.

15 - Processo nº. 01510.001792/2011-11.

Projeto: Levantamento Arqueológico Prospectivo e Educação Patrimonial da JAZIDA DE ARGILA SAN MARCOS MORRO GRANDE.

Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos.

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense (IPAT/UNESC).

Área de Abrangência: Municípios de Sangão, Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 02 (dois) meses.

16 - Processo nº. 01506.003659/2012-31.

Projeto: Programa de Prospecção e Gestão do Patrimônio Arqueológico do LOTEAMENTO INDUSTRIAL DO PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP.

Arqueólogo Coordenador: Plácido Cali e Marianne Sallum.

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - MAI.

Área de Abrangência: Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

17 - Processo nº. 01508.000088/2012-63.

Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Projeto de DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-277, KM 114-123.

Arqueóloga Coordenadora: José Luiz de Morais.

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia do Iepê - Projeto Paranapanema.

Área de Abrangência: Município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

18 - Processo nº. 01403.000252/2011-20.

Projeto: Programa de Prospecção, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial nas Áreas de Influência do Sistema de Esgotamento Sanitário de Marechal Deodoro, Alagoas (Etapa I).

Arqueóloga Coordenadora: Roberto Luiz Quintella Tenório.

Apoio Institucional: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Área de Abrangência: Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

19 - Processo nº. 01450.004804/2012-94.

Projeto: Prospecção Complementar e Salvamento Arqueológico na LT em 600KV Porto Velho/RO - Araraquara/SP - N2.

Arqueóloga Coordenadora: Solange Bezerra Caldarelli e Renato Kipnis.

Apoio Institucional: Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, Instituto Homem Brasileiro, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - Universidade Católica de Goiás, Centro de Arqueologia Annete Laming-Emparaire e Museu Voluntários da Pátria.

Área de Abrangência: Municípios de Alto Paraíso, Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Cabixi, Cacaulândia, Candeis do Jamari, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Monte Negro, Nova Brasilândia D'Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rolim de Moura, São Felipe do Oeste, Teixeirópolis e Urupá, Estado de Rondônia; Municípios de Acorizal, Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Paraguai, Araputanga, Barra dos Bugres, Campo Verde, Comodoro, Cuiabá, Guairatinga, Indiavaí, Jaciara, Jangada, Jauru, Juscimeira, Lambari D'Oeste, Nova Lacerda, Pedra Preta, Pontes e Lacerda, Poxoréo, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Rondonópolis, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santo Antônio do Leverger, São José do Povo, Vale de São Domingos, Várzea Grande e Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso; Municípios de Caçu, Itarumã, Jataí, Mineiros, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis, Estado de Goiás; Municípios de Iturama, Limeira do Oeste, Santa Vitória e União de Minas, Estado de Minas Gerais; Municípios de Araraquara, Borborema, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Gavião Peixoto, Guarani D'Oeste, Ibirá, Indiaporã, Irapuã, Itajobi, Itápolis, Jaci, José Bonifácio, Macaubal, Macedônia, Marapoama, Mendonça, Meridiano, Mirassol, Monte Aprazívil, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Europa, Novo Horizonte, Ouroeste, Pedranópolis, Poloni, Populina, Potirendaba, Sebastianópolis do Sul, Turmalina, Tabatinga, União Paulista, Urepês, Valentim Gentil e Votuporanga, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

20 - Processo nº. 01514.004877/2010-22.

Projeto: Levantamento Arqueológico Interventivo e Educação Patrimonial na Área da VALE FOSFATADOS S.A. - BARRAGENS B6 E B7.

Arqueóloga Coordenadora: Eliete Pythagoras Britto Maximino.

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - PUC/MG.

Área de Abrangência: Município de Araxá, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 02 (dois) meses.

21 - Processo nº. 01512.003290/2010-16

Projeto: Arqueologia Preventiva na LINHA DE TRANSMISSÃO LT 230KV MONTE CLARO - GARIBALDI.

Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani.

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - IPAT/UNESC.

Área de Abrangência: Municípios de Veranópolis, Pinto Bandeira, Bento Gonçalves, Farroupilha e Garibaldi, no Estado do Rio Grande do Sul.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses.

ANEXO II

01 - Processo nº. 01510.000772/2011-15.

Projeto: Levantamento Prospectivo na Área da Linha de Transmissão 138 KV RIO DO SUL (RB) - VIDAL RAMOS.

Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos.

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense (IPAT/UNESC).

Área de Abrangência: Municípios de Rio do Sul, Lontras, Presidente Nereu e Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 03 (três) meses.

02 - Processo nº. 01510.000773/2011-60.

Projeto: Levantamento Arqueológico Prospectivo na Área da Linha de Transmissão 138 kV VIDAL RAMOS.

Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos.

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas, Universidade do Extremo Sul Catarinense (IPAT/UNESC).

Área de Abrangência: Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 03 (três) meses.

03 - Processo nº. 01506.000339/2011-49.

Projeto: Programa de Diagnóstico Arqueológico, Prospecção Intensiva, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial das OBRAS DE INSTALAÇÃO DO ECOPÁTIO VIRACOPOS.

Arqueólogo Coordenador: Manuel Mateus Bueno González.

Apoio Institucional: Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas - Núcleo de Pesquisas em Chondrichthyes.

Área de Abrangência: Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses.

04 - Processo n°. 01508.000573/2011-56.

Projeto: Projeto de Prospecção Interventiva e Monitoramento Arqueológico nas Áreas de Intervenção das Obras de Restauro da CASA ROCHA POMBO.

Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes.

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - UFPR

Área de Abrangência: Município de Morretes, Estado do Paraná.

Prazo de Validade: 06 (cinco) meses.

05 - Processo nº. 01514.003325/2011-88.

Projeto: Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica na Área da EIMCAL - EMPRESA INDUSTRIAL DE MINERAÇÃO CALCÁRIA LTDA.

Arqueólogo Coordenador: Edward Koole.

Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

Área de Abrangência: Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Prazo de Validade: 02 (dois) meses.

06 - Processo nº. 01492.000181/2010-22.

Projeto: Avaliação e Levantamento do Potencial Arqueológico do PROJETO JACARÉ.

Arqueólogo Coordenador: Fabiano Lopes de Paula.

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Área de Abrangência: Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

07 - Processo nº.: 01514.004562/2010-85.

Projeto: Diagnóstico Arqueológico - ALTEAMENTO DA BARRAGEM CASA DE PEDRA.

Arqueólogos Coordenadores: Maria Teresa Teixeira Moura e Márcio Alonso Lima.

Apoio Institucional: PUC/MG - Museu de Ciências Naturais.

Área de Abrangência: Município de Congonhas, Estado de Minas Gerais.

Prazo de Validade: 08 (oito) meses.

08 - Processo nº. 01512.000183/2009-01

Projeto: Pesquisa Arqueológica nas Obras de Implantação de um SHOPPING BOURBON NO TERRENO ONDE FUNCIONAVA A ANTIGA FÁBRICA DA WALLIG.

Arqueóloga Coordenadora: Ângela Maria Cappelletti.

Apoio Institucional: Museu Joaquim José Felizardo, Secretaria Municipal da Cultura, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Área de Abrangência: Município de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul.

Prazo de Validade: 13 (treze) meses.

ANEXO III

01 - Processo nº. 01510.001776/2011-11.

Projeto: Arqueologia de uma Ocupação Esquecida: GRUPOS NEGROS EM SÃO FRANCISCO DO SUL/SC.

Instituição Executora: Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE.

Arqueólogos Responsáveis: Fernanda Mara Borba e Dione da Rocha Bandeira.

Área de Abrangência: Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses.

02 - Processo nº. 01512.002260/2011-73.

Projeto: Projeto Arqueológico BACIA DOS TRÊS FORQUILHAS.

Instituição Executora: Universidade do Vale do Rio Sinos - Instituto Anchietano.

Arqueólogo Responsável: Jairo Henrique Rogge.

Área de Abrangência: Municípios de Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Itati, Estado do Rio Grande do Sul.

Prazo de Validade: 48 (quarenta e oito) meses.

ANEXO IV

01 - Processo nº. 01506.001849/2011-33.

Projeto: Programa de Monitoramento Arqueológico do SISTEMA DE CANALIZAÇÃO PARA FIBRA ÓPTICA PARA CLARO/EMBRATEL.

Arqueólogo Coordenador: Cássia Rodrigues Bars.

Apoio Institucional: Departamento do Patrimônio Histórico - Secretaria Municipal de Cultura - Prefeitura Municipal de São Paulo.

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

02 - Processo nº. 01514.001217/2010-90.

Projeto: Diagnóstico Arqueológico do Projeto Itabiritos Mariana - LIGAÇÃO FERROVIÁRIA PERA DE CARREGAMENTO.

Arqueólogos Coordenadores: Márcio Alonso Lima e Maria Teresa Teixeira de Moura.

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Área de Abrangência: Municípios de Mariana e Santa Bárbara, no Estado de Minas Gerais.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

ANEXO V

01 - Processo nº. 01498.000583/2010-77.

Projeto: Resgate e Monitoramento Arqueológico na VILA DOS REMÉDIOS.

Instituição Executora: Laboratório de Arqueologia - Universidade Federal de Pernambuco.

Arqueólogo Coordenador: Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque.

Área de Abrangência: Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Estado de Pernambuco.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses.

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº. 26/2011, de 11 de agosto de 2011 (DOU 12/08/2012), ANEXO II, Projeto 02, Seção I, onde se lê: "Arqueólogas Coordenadoras: Maria Luiza Freitas Monteiro de Barros e Rute de Lima Pontim", leia-se: "Arqueóloga Coordenadora: Rute de Lima Pontim".

Na Portaria 03/2012, de 07 de fevereiro de 2012 (DOU 08/02/2012), ANEXO II, Projeto 01, Seção I, onde se lê: "Projeto: Prospecção Arqueológica em Áreas da ARACRUZ CELULOSE S.A.", leia-se: "Projeto: Prospecção Arqueológica em Áreas da CMPC".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 147, DE 19 DE MARÇO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
11 13932 - Circulação Ceará/Paraíba - Sua Incelença, Ricardo III
Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare
CNPJ/CPF: 01.414.372/0001-27
Processo: 01400.041381/20-11
RN - Natal
Valor do Apoio R$: 142.622,45
Prazo de Captação: 20/03/2012 a 31/07/2012

ANEXO C – TERMO DE DOAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL – L.H.O.

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente termo, eu ____, residente na Rua ____ n. _________, Complemento ____ na Cidade de ________________________, Estado de ______________________, portador da Cédula de Identidade n. ____________________________, expedida por ________________, cedo ao Laboratório de História Oral da Univille – LHO –, todos os direitos de uso e divulgação que me correspondem, do conteúdo da gravação de __________ fita(s) cassete, marca __________________, num total de ____________ horas e _____________ minutos e transcrição da mesma, da entrevista concedida por mim a ____, em data ______ de _________________ de _____________, na Cidade de ______________________________, Estado de ____________________________. Declaro também que, pela natureza do trabalho apresentado, o conteúdo das gravações pode ser consultado _____________ (com/sem) restrições por pessoas qualificadas e devidamente acreditadas a partir desta data.

Outrossim, autorizo a reprodução do conteúdo da gravação, de qualquer forma, pelo Laboratório de História Oral da Univille, sem alteração de sua essência.

OBS.: Restrições (se for o caso):____
____.

São Francisco do Sul, _____ de _________________ de ___________.

____________________________ ____________________________

Entrevistado Entrevistador

ANEXO D – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL – L.H.O.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ENTREVISTA ORAL

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:

1.1. Nome:____

1.2. Data de Nascimento: ____/____/____

1.3. Local de Nascimento: Cidade _______________________________________

Estado _________ País _____________________

1.4. Filiação: ____

1.5. Endereço: Rua ____ n. ______

Bairro __________________ Complemento __________________________________

Cidade __________________________ Estado ________ Fone __________________

CEP _______________

2. ENTREVISTADOR(ES): ____

2.1. Função: ( ) Professor ( ) Funcionário ( ) Estagiário ( ) Aluno ( ) Outros _________

3. LOCAL DA ENTREVISTA: ____

4. DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____

5. QUANTIDADE DE FITAS GRAVADAS: ______________________

6. HORAS DE GRAVAÇÃO: __________________________________

7. TRANSCRIÇÃO:

7.1. Autor: ____

7.1.1. Função: ( ) Professor ( ) Funcionário ( ) Estagiário ( ) Aluno ( ) Outros ______

8. TERMO DE DOAÇÃO: ( ) SIM ( ) NÃO

8.1. Data de Assinatura: ____/____/____

8.2. Restrições ( ) Sim ( ) Não

8.2.1. Tipo: ____

ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Conforme Resolução n. 196 de 10 de Outubro de 1996 (Conselho Nacional de Saúde)

Eu, ____, aceito livremente participar da pesquisa intitulada: “Arqueologia de uma ocupação esquecida: grupos negros em São Francisco do Sul/SC”, sob a responsabilidade da pesquisadora Fernanda Mara Borba, do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille. Essa pesquisa tem como objetivo reconhecer, por meio da cultura material, a ocupação de grupos negros e suas práticas cotidianas em São Francisco do Sul (SC) a partir do século XVII, em condições de escravidão ou livres, contribuindo com os estudos do patrimônio cultural dessas comunidades.

Autorizo a utilização de minha voz ao conceder depoimentos orais, bem como autorizo o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização dessas informações será para fins institucionais. Estou ciente de que a pesquisadora responsável prestará esclarecimentos sobre os procedimentos a serem realizados e que a pesquisa não trará risco à minha integridade física e moral, sendo os demais riscos mínimos. As informações obtidas nesse estudo serão úteis cientificamente, sobretudo para as áreas de arqueologia e patrimônio cultural, e poderão ser divulgadas em publicações e congressos. Em qualquer momento do estudo, poderei solicitar maiores esclarecimentos sobre o seu desenvolvimento e serei prontamente atendido pela pesquisadora responsável, bem como, poderei me recusar em responder quaisquer das perguntas, independentemente de justificativas. Minha participação é, portanto, voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer ônus ou consequência para mim. Será garantido sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e poderei me recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo.

Este documento está redigido em duas vias. Uma pertence à pesquisadora citada, e a outra, ao sujeito da pesquisa. Para outras informações, esclarecimentos ou reclamações, entrar em contato com Fernanda Mara Borba, pelo telefone celular 9124-7631 ou *e-mail* fernanda.borba@univille.br.

ATENÇÃO: A SUA PARTICIPAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE PESQUISA É VOLUNTÁRIA. EM CASO DE DÚVIDA QUANTO AOS SEUS DIREITOS, ESCREVA PARA: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVILLE. ENDEREÇO: RUA PAULO MALSCHITZKI, 10. *CAMPUS* UNIVERSITÁRIO – ZONA INDUSTRIAL. CAIXA POSTAL: 246. CEP: 89219-710. JOINVILLE/SC. OU ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE: 3461-9235

São Francisco do Sul, ______ / ______ / ______.

______________________________ Participante ou responsável

______________________________ Pesquisador responsável

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PROJETO ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

– Identificação Inicial: dia, mês e ano da entrevista, nome do entrevistador e sua função, local da entrevista, nome do entrevistado e sua profissão.
– Identificação do projeto: conteúdo que será tratado na entrevista, o título da pesquisa envolvida e os responsáveis.
– Registro da anuência do entrevistado/a em relação aos procedimentos da entrevista: gravação e transcrição, utilização durante a pesquisa e, posteriormente, doação do material ao Laboratório de História Oral, da Univille.
– Identificação do entrevistado/a: nome, idade, data e local de nascimento, nome dos pais.
– Endereço e o tempo que mora no local.
– Conhece ou ouviu falar que houve escravos na região? Conhece alguma história dessa ocupação?
– Já ouviu alguma história sobre senzalas e quilombos na região? Onde se localizam?
– Conhece ou ouviu falar de casa antiga, engenho, olaria, alambique? A quem pertencia? Onde se localizam?
– Conhece ou ouviu falar de alguma ruína de construção? Onde se localiza?
– Conhece ou ouviu falar de local, por exemplo, roça ou sítio, em que foram encontrados cacos de panelas de barro, louças antigas ou cachimbos? Onde se localizam?
– Sabe o que é patrimônio cultural?
– Conhece histórias e práticas relacionadas com o patrimônio cultural africano e/ou afro-brasileiro? Histórias do cotidiano, das práticas relacionadas à saúde, ao trabalho, à educação, a atividades culturais e à religiosidade?

– Identifica essas histórias e esses vestígios como integrantes da memória, da identidade e da cultura da cidade? Acha importante?
– Conhece algum morador antigo ou pessoa que pode dar mais informações sobre esses assuntos?
– Tem outras informações que queira nos dar?
– Agradecimentos.

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE SONDAGENS

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PROJETO ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

FORMULÁRIO DE SONDAGEM

Atividade: ______________________ Data: ____________ Horário: ________

Transect: _______________________ Local: ______________

Sondagem n.º	Camada	Espessura	UTM	Descrição	Detalhes

Equipe:
____
____

Observações:
____
____
____
____
____

APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE SETOR

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

PROJETO ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

FORMULÁRIO DE SETOR

Q/NO Q/NE

Q/SO Q/SE

Data: ______________________________

Sítio: ______________________________

Quadra: ______________________________

Nível: ______________________________

Camada: ______________________________

NP: ______________________________

Responsável: ______________________________

Carvão: ______________________________

Amostra: ______________________________

Cor da matriz: ______________________________

Textura da matriz: ______________________________

Legendas:

★	Vidro	●	Plástico	▙	Estrutura
◆	Metal	▲	Cerâmica	▯	Tijolo
▬	Telha	✚	Orgânico	○	Tecido

Descrição do setor por quadrantes:

____

____

____

____

____

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE NÚMERO DE PROCEDÊNCIA

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

PROJETO ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

FORMULÁRIO DE NÚMERO DE PROCEDÊNCIA

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO	
Área:	Quadra:	Área:	Quadra:	Área:	Quadra:
Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:
Data:	Mat.:	Data:	Mat.:	Data:	Mat.:
NP:	Resp.	NP:	Resp.	NP:	Resp.

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO	
Área:	Quadra:	Área:	Quadra:	Área:	Quadra:
Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:
Data:	Mat.:	Data:	Mat.:	Data:	Mat.:
NP:	Resp.	NP:	Resp.	NP:	Resp.

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO	
Área:	Quadra:	Área:	Quadra:	Área:	Quadra:
Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:
Data:	Mat.:	Data:	Mat.:	Data:	Mat.:
NP:	Resp.	NP:	Resp.	NP:	Resp.

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO	
Área:	Quadra:	Área:	Quadra:	Área:	Quadra:
Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:
Data:	Mat.:	Data:	Mat.:	Data:	Mat.:
NP:	Resp.	NP:	Resp.	NP:	Resp.

ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO		ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO	
Área:	Quadra:	Área:	Quadra:	Área:	Quadra:
Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:	Nível 1:	Nível 2:
Data:	Mat.:	Data:	Mat.:	Data:	Mat.:
NP:	Resp.	NP:	Resp.	NP:	Resp.

APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE CONTROLE DE NÚMERO DE PROCEDÊNCIA

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

PROJETO ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

FORMULÁRIO DE CONTROLE DE NÚMERO DE PROCEDÊNCIA

N.º	Data	Setor	Camada	Nível	Prof.	Material coletado	Responsável

APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE CURADORIA

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE

PROJETO ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

FORMULÁRIO DE CURADORIA

N.º	Setor	Camada	Nível	Coletor	NP	Identificação	Dimensão

APÊNDICE G – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE MATERIAL

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PROJETO ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE MATERIAL

N.	Nome do item	Matéria-prima	Antiplástico			Características da pasta		
			Tipo	Quant. distri.	Tamanho	Queima	Porosi.	Bolhas

Morfologia			Elaboração	Tratamento de superfície			Marcas e vestígios	
Parte	Forma	Dimensão	Técnica	Tipo	Local	Motivo cor	Técnica cor	Local